



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA



# PALAVRAS DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY - I

— 15 de março a 30 de junho de 1985 —

PALAVRAS  
DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY — I



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PALAVRAS  
DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY - I

— 15 de março a 30 de junho de 1985 —

354.810 35

S246p Sarney, José, presidente do Brasil, 1930 —

Palavras do presidente José Sarney, 15 de março a 30 de junho de 1985. v.1. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1985.

220 p.

1. Sarney, José, Presidente do Brasil, 1930 --  
Discursos.

I. Título.

CDD 18. 354.810 35

15 DE MARÇO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRE-  
SIDÊNCIA DA REPÚBLICA, AO EMPOS-  
SAR O MINISTÉRIO

Eu estou com os olhos de ontem. E ainda prisioneiro de uma emoção que não se esgota. O Deus da minha fé, que me guardou a vida, quis que eu presidisse a esta solenidade. Ele não me teria trazido de tão longe, se não me desse também, na sua bondade, as virtudes da paciência, do equilíbrio, da coragem, do idealismo, da firmeza e da visão maior das nossas responsabilidades perante esta Nação e sua História.

Na forma da Constituição Federal assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o Senhor Presidente Tancredo de Almeida Neves, a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias entregarei o Governo na forma da Constituição e das Leis, no desejo e vontade do povo brasileiro.

Os nossos compromissos, meus e dos Senhores agora empossados, são os compromissos do nosso líder, do nosso co-

mandante, do grande estadista Tancredo Neves, nome que constitui a bandeira de união do País.

Exerceremos os nossos deveres, eu e os Senhores, como escravos da Constituição, das Leis, do Povo e dos compromissos da Aliança Democrática, compromissos estes que com determinação jamais abandonaremos, das mudanças e das transformações.

Desejo a todos os Senhores Ministros êxito em suas tarefas. Declaro empossado o Ministério e encerrada esta solenidade.

17 DE MARÇO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRE-  
SIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR OCA-  
SIÃO DA ABERTURA DA PRIMEIRA REU-  
NIÃO DO MINISTÉRIO DA NOVA  
REPÚBLICA

Declaro aberta a primeira reunião do Ministério da Nova República.

Tenho a honra de dar leitura ao pronunciamento de Sua Excelência o Presidente Tancredo Neves:

“Senhores Ministros,

“Este Ministério terá sobre seus ombros a tarefa de implementar as transformações econômicas, políticas e sociais que constituíram nossa plataforma eleitoral, e que respondem aos mais legítimos anseios da sociedade brasileira.

“Nesta mesa se reflete uma característica essencial da Nova República: A unidade do Governo expressada em pluralidade partidária ampla e ponderável.

“Juntos assumimos hoje, perante a Nação, o solene compromisso com a democracia e a justiça. Juntos nos compro-

metemos a pautar-nos pela seriedade na administração da coisa pública, pela devoção no serviço do País, pelo respeito ao cidadão e pela firme determinação de preservar os altos valores da nacionalidade.

“Dignidade e austeridade são regras essenciais, que devem presidir ao exercício da democracia, e que nos conduzirão ao atendimento das reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero.

“Se não bastasse o imperativo ético, não faltaria uma razão política maior a ditar essa postura. É que estou convencido de que a austeridade no Governo será fator decisivo para o êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático, um dos mais importantes capítulos da carta-compromisso da Aliança Democrática.

“A política econômica a ser implementada será de todo o Governo, de co-responsabilidade de todo o Ministério.

“Não abrirei mão da posição de condutor da política econômica do País e não permitirei que o Ministério se divida em dois: os comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos. Em meu governo todos, absolutamente todos os Ministros e dirigentes de empresas públicas, terão que estar igualmente comprometidos com a geração de recursos e com a parcimônia nas despesas.

“Faltaria ao Governo a verdadeira autoridade, o legítimo poder de persuasão, caso lhe faltasse a disposição de impor a si mesmo o comportamento que espera obter dos vários segmentos da sociedade. Somente através do exemplo poderemos inspirar confiança renovada na capacidade do Brasil de realizar-se como grande nação.

“Não fomos o candidato das promessas. Não avançamos com a perspectiva de milagres. Não seremos o Presidente a promover ilusões, que não foi para isso que o povo pediu “mudanças já” com tanta determinação e esperança.

“O Povo brasileiro terá o Governo que exigiu e que não se teria viabilizado sem o seu apoio inequívoco. E sabem os seus Ministros que este será um só governo, que o Presidente não admitirá que se divida, que se desuna, que se descoorde e assim reduza a sua capacidade de agir na busca das soluções para os grandes problemas nacionais.

“Como Presidente da República não fugirei a meu dever de estabelecer as diretrizes que presidirão aos esforços da administração pública no cumprimento de sua missão.

“Claro está que essas diretrizes não surgirão apenas das observações e da vontade presidencial, que não se pretende onisciente nem onipotente. Elas emanarão do estudo, do trabalho dos Ministros e de suas equipes, estimulados todos pelas contribuições da sociedade civil, pela estreita colaboração com o Poder Legislativo e pela crítica da opinião pública.

“Os Ministros serão meus colaboradores na formulação dessas diretrizes e dessas políticas e, uma vez decididas, serão responsáveis por sua implementação, em um esforço para o qual não lhes faltarão jamais o apoio e o respaldo presidencial.

“O Presidente e o Vice-Presidente da República, bem como os Ministros do meu governo, estarão em sintonia com o Congresso Nacional. Respeitaremos as prerrogativas dos representantes do povo e procuraremos valorizar o relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, através do diálogo freqüente e construtivo e das contribuições que estaremos sempre oferecendo à tarefa legislativa e fiscalizadora do nosso Parlamento.

“Ao mesmo tempo, não terei qualquer hesitação em esclarecer a opinião pública sobre as dificuldades que teremos para resolver nossos problemas. O Povo entenderá que há uma diferença considerável entre o que o Presidente quer e o que ele pode fazer, especialmente nesta fase de recursos escassos, de déficits nas contas internas e externas, de limitações de toda espécie. Não temos receio das responsabilidades. Não nos faltará coragem para contrariar interesses, sejam eles de grupos, de classe, ou de quaisquer parcelas da sociedade, se isto for necessário para assegurar a defesa do bem-comum, a proteção dos interesses maiores da Nação.

“Para a proteção desses altos interesses, é indispensável manter-se a ordem. Sem ordem não chegaremos a parte alguma. Sem ordem não há progresso, não há democracia, não há produção, não há bem-estar social. Não há segurança para o cidadão, sua família, sua cidade, seu Estado, sem que a ordem presida às transformações, sob o manto do direito e dos valores éticos da sociedade.

“Estou seguro de que, como sociedade nacional integrada que somos, saberemos encontrar, através do respeito mútuo e do diálogo responsável, o grau de consenso necessário à solução dos conflitos de interesses. Na busca desse grande entendimento nacional teremos tanto mais êxito quanto mais judiciosamente utilizarmos os mecanismos amplos, abertos e equânimes que nos proporciona a convivência democrática.

“Essa forma de convivência interna deverá refletir-se em nosso relacionamento externo. O Brasil esteve sempre pronto a unir seus esforços aos da comunidade internacional em busca de um mundo melhor. Seguiremos dispostos a sentar-nos

à mesa de negociações, desde que o objetivo visado se enquadre dentro de nossa concepção de um mundo mais justo, em que os interesses de países como o nosso tenham guarida, e os processos decisórios não constituam o monopólio de uns poucos.

“Vamos trabalhar, Senhores Ministros. Estão sendo criadas hoje comissões especiais que ajudarão a Presidência da República a cumprir alguns dos seus compromissos mais inadiáveis com a Nação.

“Durante nossa campanha para a Presidência, ouvimos vigorosos reclamos por uma reforma tributária. A questão é complexa e delicada, e tem seu fulcro na evidente desproporção entre o montante dos recursos que se pode arrecadar e as múltiplas atividades — e conseqüentemente gastos — a serem cobertos com os fundos públicos. Está sendo criada uma comissão de alto nível para tratar da reforma tributária e da descentralização administrativo-financeira. Entre os aspectos a serem por ela examinados, está o da superposição de tarefas entre os vários níveis da administração pública, redundância que deverá ser eliminada através da melhor repartição dos encargos entre eles, com o fortalecimento da ação dos Estados e Municípios. A comissão deverá também atentar para a necessidade de tornar o regime tributário mais justo, buscando maior correspondência entre os níveis de contribuição e a capacidade contributiva. Esse trabalho servirá de base às propostas a serem encaminhadas ao Poder Legislativo e, eventualmente, à Assembléia Constituinte.

“Igualmente importante é a questão dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado, e direcionados para regiões me-

nos desenvolvidas e setores da economia necessitados de estímulo. Tratando-se de recursos limitados, devem ser imediatamente concentrados em atividades prioritárias, sobretudo as que criem novos empregos nessas regiões. Ao mesmo tempo, uma comissão está sendo instituída para fazer uma avaliação do universo dos incentivos fiscais e dos resultados obtidos através de sua aplicação, com vistas a fazer sugestões para seu reordenamento e aperfeiçoamento, conferindo assim maior racionalidade a seu papel no desenvolvimento das regiões e dos setores da economia mais carentes.

“Notei também, ao longo da campanha, um vivo sentimento de indignação quanto à falta de proteção à poupança popular. Sucederam-se nos últimos tempos os casos em que milhares de pessoas, cujas economias somadas representam em última análise o louvável esforço da sociedade em investir no futuro, foram lesadas por agentes inescrupulosos que se aproveitaram de lacunas na lei e das deficiências da fiscalização. É inaceitável que esses recursos, muitas vezes penosamente amealhados e entregues em confiança para serem aplicados, sejam administrados de forma tão criminosa sem que os responsáveis recebam exemplar punição. Estamos, em consequência, instituindo uma comissão com a finalidade de elaborar um projeto-de-lei que defina a responsabilidade dos administradores e controladores das instituições financeiras, tipifique as ações lesivas à economia popular e comine as penas cabíveis, de forma a restituir a confiança que a sociedade precisa ter nas instituições e nas pessoas que administram seus recursos financeiros.

“Estamos criando também uma comissão, a ser presidida pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da

presidência da República, para examinar a questão dos benefícios indiretos concedidos pela administração federal direta e indireta. Trata-se de medida consoante com a austeridade que exigirei em todos os escalões do Governo. As chamadas “mordomias” constituem um dos símbolos mais execrados do abuso e da prepotência. É chegada a hora de proceder a um amplo levantamento dessa situação e de propor as medidas cabíveis para reduzir ao mínimo essencial esses benefícios, respeitados a dignidade da função pública e o requisito da eficiência.

“Na mesma linha de pensamento, estamos estabelecendo uma comissão para analisar a questão dos pagamentos em dólar aos funcionários mantidos por diversas empresas estatais no Exterior.

“Estamos também instituindo uma comissão encarregada de examinar o problema da multiplicidade de orçamentos, que causa enormes dificuldades à administração das finanças do setor público, e ao qual tenho me referido freqüentemente. A existência de vários orçamentos, apenas um dos quais é submetido ao Congresso Nacional para aprovação, os demais sendo geridos de forma autônoma, não só contraria preceito fundamental do regime democrático, como também dificulta a formulação e condução de uma política governamental integrada, distorce a orientação dos recursos em detrimento de áreas prioritárias e, mais grave ainda, constitui fonte de alimentação do processo inflacionário ao autorizar despesas sem a correspondente receita.

“Quero ainda ressaltar a necessidade de darmos alta prioridade aos estudos orientados para a reforma do sistema educativo do País, inclusive de sua Universidade. Atendendo aos

reclamamos que tantas vezes nos foram apresentados durante a campanha, uma comissão de alto nível, cujos nomes indicaremos em conjunto com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, está sendo incumbida de estudar a situação e formular propostas que possam ser imediatamente consideradas.

“O objetivo mais alto de minha Presidência é a reorganização constitucional do País. É preciso alicerçar a ordem política sobre a legitimidade democrática. Trata-se de uma profunda aspiração de toda a comunidade nacional. A nova Carta, que institucionalizará definitivamente a democracia no Brasil, deve adequar-se às nossas condições econômico-sociais, à índole de nosso povo e à linha de nossa evolução jurídica. Ademais, deve responder a um amplo consenso da generalidade dos setores que compõem a sociedade civil. Por isto tudo, impõe-se criar canais que facilitem uma ampla consulta e favoreçam um grande debate nacional. Tendo em vista esse objetivo, estarei criando nos próximos dias uma Comissão Constitucional do mais alto nível que, auscultando a sociedade civil, colhendo sugestões e negociando com as lideranças de todos os setores, elaborará um esboço do anteprojeto de Constituição.

“Para atingirmos o objetivo de uma sociedade próspera e mais justa, a tarefa primordial é compatibilizar a contenção da inflação com a retomada do desenvolvimento. Tenho alertado para a ameaça que o processo inflacionário representa para as perspectivas de retomada do desenvolvimento, e para nosso desígnio de criar novos empregos, remunerar melhor a força de trabalho e distribuir mais adequadamente a renda nacional. No combate contra a inflação e pela retomada do crescimento econômico é evidente que teremos que equacionar a dívida interna e a dívida externa, projetadas ambas contra o pano de fundo da nossa dívida maior, que é a dívida social

contraída por todos os brasileiros para com os que vivem na linha da pobreza ou abaixo dela. A luta contra a inflação exige coragem e abnegação. Exige também a articulação de um pacto social justo, no qual cada um possa vislumbrar, ao final do embate, recompensas ao esforço realizado. Exige finalmente a moderação de egoísmo de indivíduos ou de grupos, em favor do interesse maior da nação brasileira.

“Para assegurarmos o engajamento de todos na luta contra a inflação, é necessário que a distribuição dos custos da política antiinflacionária seja compatível com as possibilidades de cada um. Mas é também indispensável que o Governo faça sua parte, melhorando a produtividade dos gastos públicos.

“Tem existido uma tendência, no início de cada governo, para que as personalidades indicadas para ocupar a chefia dos Ministérios, das autarquias e das empresas estatais anunciem de imediato planos de impacto, programas ambiciosos e obras de grande porte. A experiência tem ensinado que os planos de impacto têm vida efêmera, criam ilusões que duram pouco e trazem frustrações que marcam todo o Governo.

O anúncio de tais programas e obras, sem uma base sólida que garanta a sua realização, acaba por transformar a expectativa inicial em grande decepção. O Governo não deve anunciar planos de impacto, novos programas e novas obras antes de fazer, de imediato, um levantamento da situação financeira do setor público.

“É fundamental que cada Ministro, na sua área de atuação, seja nos Órgãos da Administração Direta, seja nas empresas vinculadas ao Ministério, verifique a disponibilidade de fundos, as despesas comprometidas, antes de anunciar a realização de qualquer programa que envolva a aplicação de recursos financeiros. O Governo não deve anunciar nada que não possa ser executado, nem enganar o povo com promessas

que não possam ser cumpridas. Nestes primeiros três meses os Ministros devem, portanto, efetuar um levantamento da situação financeira de seus ministérios e das empresas a eles vinculadas. É, uma vez identificadas as disponibilidades financeiras, devem estabelecer, dentro de esquema de trabalho conjunto com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, as prioridades para a sua aplicação, tendo em vista principalmente os objetivos de um desenvolvimento econômico com criação de empregos e melhor distribuição de renda.

“Enquanto não for realizado esse trabalho e não for estabelecida uma prioridade para investimentos de acordo com as diretrizes do meu programa de governo, a ordem é a seguinte:

“É proibido gastar.

“O posterior remanejamento das despesas públicas será feito no sentido da satisfação das carências básicas da população. Reafirmo aqui minha convicção de que retomar o crescimento significa criar empregos, e nessa direção pretendemos orientar a aplicação daquela parcela dos fundos públicos hoje desperdiçada em obras adiáveis, consumo injustificado e programas de baixo ou nenhum rendimento.

“O esforço pela retomada do desenvolvimento e a luta contra a inflação começam, assim, no dia de hoje. Não pode haver desenvolvimento se não for controlado, de pronto, o processo inflacionário. A persistência das tendências atuais nos levará a patamares insuportáveis, com conseqüências nefastas para todos. Vamos atacar de frente esse processo e vamos reverter sua tendência. Vamos fazer esta inflação cair.

“O governo da Nova República dá à sociedade uma demonstração de austeridade ao fixar, em sua primeira reunião ministerial, a diretriz de reduzir seus dispêndios. Neste momento, conclamo o empresariado brasileiro, que tem dado pro-

vas de elevado patriotismo, a oferecer também sua colaboração ao combate nacional contra a inflação. Reconheço no lucro o prêmio da eficiência e o motor da atividade econômica. Repudio, contudo, o lucro especulativo e o ganho de ocasião. Desejo ver a classe empresarial aderir a este programa de austeridade, evitando remarcações de preço no presente baseadas em expectativas de inflação futura e unindo-se ao Governo para coibir as práticas contrárias ao interesse público e ao bem-estar de todos.

“Senhores Ministros,

“Quero convidá-los a visualizar, num futuro não muito distante, uma nação em que haja sido abolida a insegurança gerada pela miséria, pela ignorância e pelo desemprego; uma nação em que todos os cidadãos possam almejar a melhores condições de vida e alcançá-las através de seu próprio esforço; uma nação em que os menos afortunados e os menos aptos não sejam condenados a permanecer à margem do corpo social, mas dele recebam apoio solidário com vistas a sua integração na coletividade; uma nação que, seja em pequenas e médias cidades, nos campos ou nas grandes metrópoles, tenha orgulho de haver sabido organizar-se de forma a melhor usufruir das riquezas geradas por sua iniciativa e por seu trabalho; uma nação que, tendo podido atender às necessidades básicas de seus cidadãos, bem como a suas aspirações de consumo e lazer, disponha ainda de recursos excedentes para investir na continuada melhoria de seu padrão de vida.

“É indispensável nos conscientizarmos de que isto não é utopia. A construção dessa nação está ao nosso alcance. Depende de liberarmos toda a energia e a vontade de nossa gente, num imenso mutirão para o progresso.

“Vamos somar nossas forças, cabendo ao Governo essencialmente o papel de indutor do desenvolvimento. À iniciativa

individual e empresarial caberá ocupar os espaços vazios ainda existentes, tanto em nosso Território quanto em nosso sistema econômico, e abrir novos espaços através da inovação e da disposição para assumir riscos. Neste contexto, desejo exortar especialmente os pequenos e médios empresários e agricultores a ocupar o lugar estratégico que lhes está reservado na economia, com a segurança de que contarão com todo o apoio que o Governo, dentro de suas possibilidades, puder prestar.

“Convoco o Ministério da Nova República para executarmos a parte que nos cabe desta grandiosa empreitada. Ao trabalho denodado, acrescentaremos a fé inquebrantável. Ao exercício do poder, agregaremos o espírito de justiça social. À intransigente defesa da ordem pública, aliaremos a prática do debate persuasivo.

“E conclamo o povo brasileiro a continuar a prestar-nos seu apoio nessa difícil missão. Que cada cidadão oriente suas ações no sentido de atingirmos, na paz social e na concórdia, os altos objetivos que juntamente nos fixamos em praça pública, ao longo de nossa memorável campanha cívica pela democracia. Que cada grupo, cada entidade, cada representação política, ideológica ou profissional busque, a cada passo, aferir sua atitude pública pelos elevados padrões de comportamento político atingidos por nosso povo. Que cada brasileiro, enfim, dê o melhor de si no exercício da responsabilidade intransferível de, com seu esforço consciente, plasmar para si e para seus filhos o futuro deste País.”

28 DE MARÇO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRE-  
SIDÊNCIA DA REPÚBLICA, AO RECEBER  
A BANCADA DO PMDB NO RIO DE  
JANEIRO

Dando prosseguimento ao projeto de restauração democrática no qual todos nós estamos comprometidos, tenho a honra de assinar, neste instante, mensagem ao Congresso Nacional descaracterizando como áreas de Segurança Nacional todos os municípios aí incluídos. Este é um passo importante para o qual convidei os Senhores Líderes e membros do Congresso Nacional, a quem agradeço pelo prestígio que dão a este ato.

Devo assinalar, também, que este gesto é praticado, hoje, no Sesquicentenário do Município de Angra dos Reis, um dos incluídos e agora retirado da área de Segurança Nacional.

10

11

12

13

14

01 DE ABRIL  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRE-  
SIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR OCA-  
SIÃO DA ASSINATURA DO PROJETO  
NORDESTE

Já temos dito e repetido: o Nordeste é a primeira, a maior e a mais importante das prioridades nacionais. Estas palavras foram do nosso grande Presidente Tancredo Neves na Convenção do PMDB, em que foi proclamado candidato.

Prioridade ao Nordeste é reconhecimento de sua capacidade na formulação das soluções mais adequadas ao resgate da dívida nacional para com a Região. São palavras do Presidente Tancredo Neves e de todos nós no compromisso perante a Nação brasileira na constituição da Aliança Democrática.

Como brasileiro e como nordestino, e na qualidade de Presidente da República em exercício, tenho uma grande felicidade e uma grande responsabilidade em assinar este grande projeto. Não é mais um projeto para o Nordeste. É um esforço extraordinário de alocação de recursos da ordem de 12 bilhões de dólares, ordenados continuamente na busca de um

programa, não digo de salvação, mas de redenção da Região no resgate da dívida do País para com o seu Povo.

Todo projeto tem problema. Não existe projeto sem problema. Naturalmente este não será um projeto perfeito. No seu acompanhamento ele merecerá, sem dúvida, a crítica dos homens da Região, daqueles que irão executá-lo e daqueles que estão voltados no diuturno trabalho e na vivência dos problemas da área.

Mas, o que nós desejamos é que este projeto seja um marco para que o Nordeste saia do sonho para a realidade.

17 DE ABRIL  
TEATRO SÉRGIO CARDOSO  
SÃO PAULO-SP

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRE-  
SIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR OCA-  
SIÃO DA ABERTURA DO CONGRESSO  
NACIONAL DE ESCRITORES

Este momento é um interlúdio inesperado em meio às tempestades que me envolveram neste instante de grande comoção para o País.

Estou aqui, na qualidade de Presidente da República, na ausência do nosso líder, e também intelectual de grandes méritos, Tancredo Neves. Não renuncio ou esqueço minha condição de escritor, pois se Presidente é o cargo público que ocupo neste instante, escritor é a devoção e a vaidade.

Não tenho mais a inquietação e os sonhos do participante dos primeiros Congressos regionais de escritores a que assisti no meu fascinante Nordeste, há mais de trinta anos. Tenho entretanto a visão clara e nítida da atual condição dos trabalhadores das Letras, esmagados numa sociedade que tem como base os bens materiais e em que os valores do espírito são postergados.

A circunstância de ter vindo a esta solenidade, atendendo à gentileza de vosso convite, deve ser interpretada como homenagem aos meus confrades.

Declinando minha condição de escritor, neste lugar, neste momento, nada mais faço do que reconhecer que a minha vida pública não me desprende de minha primeira vocação.

Sem perder de vista o contexto de minha Pátria, de que me orgulho, sou homem de minha província, e disto me desvaneço.

Foi na terra natal que despertei para a vocação das Letras. Se na origem de toda vocação há um exemplo que nos sugere o caminho a seguir, nada mais natural que eu me tivesse orientado para a Literatura, na cidade em que me preparei para a vida.

São Luís do Maranhão não se caracteriza apenas por seus sobrados de azulejos e por suas palmeiras. Caracteriza-se também por esta peculiaridade: são de poetas e prosadores quase todos os seus monumentos.

Mais tarde, quando o destino político me levou a outro caminho, pude reconhecer que não há incompatibilidade entre a Política e as Letras desde que as Letras e a Política se inspirem na consciência da Liberdade.

E é essa consciência que inspira este Congresso, como inspirou aquele que hoje celebramos como seu ponto de partida.

Há quarenta anos, quando os escritores fizeram de São Paulo o seu ponto de encontro, a Segunda Guerra Mundial aproximava-se de seu termo, depois de encerrado o processo do fascismo e do nazismo, com a contribuição heróica das armas brasileiras.

O mundo livre reabria um novo ciclo histórico, e essa reabertura iria influir no processo político brasileiro, com a superação do Estado Novo, 1945 é, assim, uma data na reconquista da liberdade, em nosso País.

Antes que essa superação ocorresse, já os escritores se mobilizavam, para que se substituísse o regime autoritário pelo regime democrático, em consonância com o mundo livre.

Neste momento, reabre-se, para o Brasil, o ciclo das liberdades democráticas. Estou certo de que se trata agora de uma reconquista definitiva, que trará consigo o estabelecimento de uma sociedade mais justa e mais humana.

As Letras não se limitam ao processo estético da criação poética e romanesca. São elas a consciência de uma nação. Consciência social e política, que transcende os valores formais, para ser a afirmação da liberdade e a vigilância de nossa autonomia.

Todos nós lamentamos que não esteja aqui neste momento, para falar, para prometer, para assegurar a nossa autonomia, aquele que falaria por todos nós: Tancredo Neves.

Ainda guardamos conosco a vibração de suas palavras nos comícios populares que devolveram plebiscitariamente ao País o compromisso das liberdades democráticas.

Nada mais justo nem mais oportuno do que reafirmarmos agora que o compromisso de Tancredo Neves é o nosso compromisso. O que ele prometeu realizar, ao longo de nossa campanha política, será fielmente realizado. Nada será esquecido. Tudo quanto ele assegurou ao País, como plano de governo, está assegurado: liberdade, justiça social, autonomia, reformas básicas, conciliação, desenvolvimento, ordem, paz, plenitude democrática.

Sou dos que pensam que a palavra escrita, concebida como obra-de-arte, no poema, no romance, no ensaio, na crônica, na peça de teatro, no discurso, é um privilégio, por ser a palavra que perdura. A palavra usual tende a durar o momento de sua enunciação. É efêmera: vibra e se desfaz.

Convém entretanto atentar para a palavra que tem o Povo por testemunha. Sobrevive. Permanece. Não se limita a ressoar no comício da praça pública ou no limite dos anfiteatros. É penhor. É caução. É compromisso. Como foi a criação do Ministério da Cultura, já em funcionamento.

Senhoras e Senhores,

O escritor brasileiro enfrenta uma multiplicidade de problemas que estão estreitamente ligados à realidade social e econômica do País. A exigüidade do público leitor, a precariedade do mercado editorial, as tiragens reduzidas, as dificuldades na comercialização e distribuição das obras, a remuneração baixa, quando não inexistente, as limitações do ensino e da divulgação da literatura no Brasil e tantas outras vicissitudes formam sem dúvida um panorama que põe à prova a vocação literária e a própria sobrevivência do ofício de escritor entre nós.

Essas dificuldades se acentuam com o privilégio concedido ao desenvolvimento econômico por uma sociedade que depende tão amplamente do seu desenvolvimento cultural e educacional para alcançar suas grandes metas de progresso material e aperfeiçoamento social e espiritual.

Nosso País é jovem; ainda está em formação, à procura de sua identidade. A Cultura desempenha um papel primordial nesse processo. Ela é ao mesmo tempo um objetivo e um instrumento do projeto nacional brasileiro. Cabe-nos portan-

to a tarefa cada vez mais premente de adequar as metas do nosso desenvolvimento econômico aos rumos e ao papel decisivo que a Educação e a Cultura devem assumir neste País. Nenhum país é forte, é coeso, é generoso, se seus valores espirituais são reprimidos.

À Literatura brasileira e aos seus escritores está reservado um lugar de realce nesse desafio. Para ocupá-lo plenamente, porém, é preciso que encontrem terreno fértil.

Necessita nossa Literatura do incentivo de toda a sociedade. São imprescindíveis medidas concretas, materiais, que incluem a criação de facilidades, subsídios e incentivos fiscais para a abertura de livrarias e bibliotecas e para a ampliação do mercado livreiro em nosso País, mediante a criação de novos pontos de distribuição e de divulgação da nossa Literatura. É fundamental o fortalecimento da indústria editorial, de que tanto depende o desenvolvimento material e espiritual do País, por meio da abertura de crédito prioritário e barato para as editoras, algumas das quais formam já parte do patrimônio da Nação. Uma política adequada de direitos autorais e de proteção e promoção do talento literário brasileiro deve ser posta em prática por toda a sociedade. O País precisa desenvolver a consciência de que a sua Cultura — e portanto as suas Letras — são um grande patrimônio nacional, a ser cuidadosamente promovido em nome dos interesses maiores da Nação brasileira.

A democracia e a liberdade devem ter uma influência decisiva sobre esse projeto que é de todos nós.

Temos neste instante uma etapa nova e crucial para a Cultura neste País. Assenta-se ela na luta e no empenho daqueles que na etapa anterior aproveitaram cada nesga de céu aberto

para procurar a luz com a sua expressão e a sua criatividade. A arte é sempre um refúgio seguro para a liberdade.

Vejo um renascimento das Artes e das Letras no Brasil. Seus prenúncios são claros e encontram-se no vigor crescente da poesia, do conto e do romance em nosso País.

Reencontro aqui velhos amigos, grandes nomes que aprendi a admirar e que formam uma parcela significativa da consciência e da personalidade cultural do meu País.

Venho aqui assegurar-vos, meus confrades e meus patrícios, que a palavra da pregação política de Tancredo Neves tem o sentido e o valor da palavra escrita, por ser o nosso compromisso com as liberdades democráticas.

A restauração da democracia em nosso País, neste momento, irmana os intelectuais com a classe política, tal como ocorreu em 1945. É obra dos professores e dos estudantes. Dos escritores e dos jornalistas. Dos trabalhadores e dos homens de empresa. Dos artistas e dos artesãos. Do homem do campo e do homem da cidade. Em suma: de todos aqueles que acorreram ao nosso chamado, selando com seus aplausos o novo compromisso do Brasil — o compromisso do desenvolvimento, da ordem e da paz social. E, acima de todos, os compromissos da liberdade, liberdade que importa na abolição de qualquer censura à inteligência.

Não me limito a vos dizer que este Congresso se identifica com o Congresso de 1945. Quero reconhecer que ele corresponde a uma nova expressão de nossa consciência política, em tudo quanto assegure a continuidade deste País como Nação democrática. Trago-vos, como escritor, a minha solidariedade de colega interessado pelos complexos problemas da classe.

21 DE ABRIL  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRE-  
SIDÊNCIA DA REPÚBLICA, EM CADEIA  
NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, AO  
ANUNCIAR O FALECIMENTO DO PRE-  
SIDENTE ELEITO TANCREDO NEVES

Deus é testemunha de que eu lhe entregaria o melhor dos meus dias para não enfrentar a fatalidade desta hora:

Tancredo Neves morreu.

Eterniza-se com ele a legenda do idealismo que comoveu, num movimento sem precedente em nossa História, as praças e as ruas do Brasil com a bandeira da Nova República.

Ninguém o excedeu no amor do povo, que acompanhou o seu longo e santificado martírio, que teve fim neste dia simbólico da Pátria, 21 de abril, com a evocação do Herói da Inconfidência, Tiradentes.

Lágrimas temos todos, das fronteiras escondidas no verde da Amazônia até o menor dos arroios que nos separa no extremo Sul.

Aqui estou, meus compatriotas, sob o peso de um instante que não pedi e não desejei. Tenho a consciência de mi-

nhas responsabilidades e a humildade de dizer que preciso ser ajudado por todos, e a todos peço ajuda.

Asseguro à Nação, com todas as forças da vontade e da coragem, que o legado de Tancredo Neves permanecerá vivo.

Assim como não lhe faltei com a minha lealdade no período do seu calvário, saberei honrá-lo após a sua morte. E não deixarei murchar a chama da esperança que plantamos no Brasil.

Serei maior do que eu mesmo neste desafio que a História me entregou.

Cumprirei com fidelidade e honra, mercê de Deus, o meu destino.

Saberei ser o responsável pelo Estado, pela Nação e pela visão histórica da Pátria. Saberei ser o Comandante Supremo das Forças Armadas, patrióticas, mantenedoras da ordem e das instituições, bem como o condutor firme das nossas sofridas forças políticas, a que me orgulho de pertencer.

Quis que assim fosse a vontade de Deus. E assim a cumprirei, com a Sua ajuda e a Sua proteção.

A vida de Tancredo Neves foi um exercício de diálogo e conciliação. Seguiremos seu exemplo. Realizaremos um governo de concórdia, mudanças, trabalho, moralidade e austeridade. Implacável contra a corrupção.

O ideal federativo, consagrado no primado da ordem constitucional, será revigorado, e a melhor maneira de realizá-lo é acabar com as desigualdades regionais que humilham o País.

As mudanças reclamadas serão feitas. O nosso programa será o mesmo de Tancredo Neves. O nosso compromisso é o da Aliança Democrática, formada pelo PMDB, Partido que é uma página de heroísmo; pela Frente Liberal, homens

que quebraram amarras, e por todas as forças que, privadas da liberdade, lutaram pela liberdade.

O Governo dará prioridade aos pobres. Ninguém pode ser feliz num país em que milhões de pessoas não têm direito à felicidade.

Combateremos, sem tréguas, a inflação, que corrói a economia e destrói os salários, levando fome e desespero aos lares de nossos irmãos. Lutaremos pelo fortalecimento da iniciativa privada, criativa e competitiva, mas vigilantes contra os especuladores e os excessos do poder econômico.

Os direitos humanos são sagrados. Lutaremos contra a violência, pela segurança dos cidadãos e contra a desordem e a anarquia.

Implantaremos a reforma agrária, para instaurar a justiça no campo.

No setor externo, a palavra do Brasil será independente e firme.

A nossa tolerância terá o limite da sobrevivência digna dos trabalhadores e da empresa nacional, da retomada do desenvolvimento e do nível de emprego.

Vamos construir a democracia, capaz de liberar as energias criadoras da juventude e assegurar a liberdade política. O objetivo maior do nosso projeto nós o atingiremos com a realização da Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, aspiração legítima de toda a sociedade.

Este é um momento de dor, que compartilho com todos os brasileiros. Compartilho com a família Tancredo Neves, simbolizada nessa dama extraordinária, Risoleta Neves, cuja dignidade no sofrimento é comovente exemplo de fé e das virtudes da mulher brasileira.

A memória de Tancredo Neves será nossa convergência, nossa inspiração, a vela acesa na escuridão de nossas tristezas.

Ela nos manterá unidos: não nos dispersaremos. Juntos tornaremos realidade os ideais do nosso grande inspirador.

Tancredo Neves disse: “A esperança é o único patrimônio dos deserdados e ela faz ressurgir as nações dos seus desastres históricos”. E disse mais: “Em matéria de sofrimento, privações e injustiça suportadas com resignação, poucos povos se igualam aos brasileiros”.

Quis o destino que Tancredo Neves fosse, ele próprio e por sua morte, causa de mais um sofrimento, símbolo de mais uma privação.

Estou certo que, a todas essas dificuldades, o País vencerá.

Nossa luta tão grande, tão forte e tão bela será fecundada pelas nossas lágrimas.

A ressurreição de Tancredo Neves virá na construção da Nova República, seu idealismo, seu símbolo.

Deus nos ajude a todos, nos ampare e nos console, nesta comunhão de sacrifícios e esperanças.

Humildemente, só vos posso oferecer, neste instante, determinação, coragem e trabalho. Com dignidade, honra e responsabilidade.

24 DE ABRIL  
CEMITÉRIO DA ORDEM TERCEIRA DE  
SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
SÃO JOÃO DEL REI-MG

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO SEPUL-  
TAMENTO DO PRESIDENTE ELEITO  
TANCREDO NEVES

O Brasil te conheceu, Minas Gerais, em dias de glória. Em dias de festa, em que os sinos de tuas centenárias catedrais repicavam em alegrias.

O Brasil te conhece pelo sangue de teus mártires e pela tua *paixão da liberdade*.

Hoje é um instante diferente. Nesta noite fria, os sinos dobraram em silêncio e em finados. O Brasil entrega a Minas Gerais, nesta santa terra, de São João del Rei, a relíquia do corpo de um dos maiores homens de sua história. A sua alma, liberta da vida, neste instante, flutua na eternidade. Perante Deus ela não chegará só. Ela irá acompanhada de brasileiros que ontem, na Praça da Liberdade, num simbolismo trágico, como anjos do povo, acompanharão Tancredo Neves no caminho da morte. Deixa Tancredo Neves para esta Nação um grande legado. Deixa o legado da dignidade na vida

pública. Deixa o legado do amor ao povo. Deixa o legado da tolerância, deixa o legado da conciliação e deixa o legado da grandeza na vida pública.

Nós saberemos honrá-lo. O seu compromisso, já o disse, será o nosso compromisso. A sua promessa será a nossa promessa. O seu sonho será o nosso sonho.

Tancredo Neves será, sem dúvida, nos momentos e nas encruzilhadas de dificuldades, inspiração. E será força. Porque neste País, em nenhum instante de sua história, tantas esperanças se somaram a tantas dificuldades.

Neste momento, em sua honra e em sua memória, diante deles, como Presidente deste País, eu penso nos pobres, penso nos humildes, penso nos que sofrem, penso nos que estão sedentos de justiça. E é desse pensamento que nós vamos extrair o barro de construção e da construção da Nova República.

Tancredo Neves, em nome do povo brasileiro, adeus, até sempre, saudade.

30 DE ABRIL  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ASSI-  
NATURA DO DECRETO DE CRIAÇÃO DO  
MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DE-  
SENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Hoje tivemos dois eventos importantes que mostram a sensibilidade do Governo para o problema social. Pela manhã, assinamos decreto dobrando o salário-mínimo, marcando o início de uma política de reposição de perdas salariais aos mais pobres. E, nesta tarde, assinamos a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Não se trata de uma simples mudança de sigla, nem de um simples ato burocrático.

Desde o primeiro despacho que tive com o Senhor Ministro de Assuntos Fundiários, acertamos que o Ministério Extraordinário, por si mesmo de caráter transitório, seria transformado num ministério definitivo e que claramente dissesse qual seria o seu objetivo, que é aquele definido na sua sigla, de promover a reforma e o desenvolvimento agrário.

Estamos, assim, resgatando um compromisso da Aliança Democrática assinado por todas as nossas lideranças du-

rante a campanha, que em determinado tópico diz o seguinte: reforma agrária mediante o cumprimento do Estatuto da Terra, a melhoria das condições de vida do homem do campo.

Assim, o Ministério que agora é criado se destina à implantação do Estatuto da Terra editado no Governo do Presidente Castello Branco e até hoje à espera de realmente transformar-se em uma realidade e não numa simples lei. Também compete ao Ministério harmonizar os conflitos no campo, para acabar com a injustiça e a violência nesse setor, incompatíveis com os ideais da conciliação, com os ideais cristãos e com a formação do povo brasileiro.

Assim, Senhor Ministro, cabe a Vossa Excelência a tarefa de conduzir esse importante programa do Governo. Vamos iniciar, neste País, uma reforma agrária democrática, dentro de padrões da conciliação, que é o grande legado de Tancredo Neves, e ao mesmo tempo voltada para que se possa criar melhores condições de vida no campo, para atender a esta população tão marginalizada e tão sofrida do povo brasileiro.

Se tivéssemos que encerrar esta solenidade com uma simples recomendação, eu diria ao Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário: mãos à obra.

30 DE ABRIL  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, EM CADEIA NACIONAL  
DE RÁDIO E TELEVISÃO, POR OCASIÃO  
DO ANÚNCIO DO NOVO VALOR DO  
SALÁRIO-MÍNIMO

Nesta data, véspera de 1º de Maio, dia símbolo do Trabalho, afirmo à Nação que somente um esforço conjugado entre Povo e Governo poderá vencer os grandes desafios que enfrentamos. As circunstâncias associaram a urgência à necessidade, para tornar mais dramático o quadro de problemas em que nos movemos.

Meu trabalho terá de ser sempre parte do trabalho geral com que haveremos de fundar o verdadeiro poder de transformação deste País e de nossa sociedade. É desse modo que entendo a milagrosa conjugação de vontades e de sentimentos que marcou, sob a enorme e generosa liderança de Tancredo Neves, a abertura de um rumo comum para a conciliação da família brasileira.

Uma conciliação e esperança que não podem ser fraudadas.

Acabo de assinar o decreto dobrando o valor do salário-mínimo. É o início de uma política de reposição gradativa de perdas salariais. É o resgate de uma dívida que não pode ser paga de uma vez só. Terá de ser em etapas, de modo a não permitir uma explosão inflacionária, o que seria uma burla das nossas intenções. Nada mais confiscatório, mais corrosivo do salário do trabalhador do que a inflação. Assim, não se veja nos índices agora fixados um abandono desse objetivo, mas uma posição coerente em favor dos pobres.

Igual tratamento para todas as categorias salariais tornaria inviável uma política em favor dos que mais precisam, dos que passam fome, dos que convivem com a miséria, com a necessidade.

O combate à pobreza exige dar prioridade aos mais pobres, isto é, aos que ganham apenas salário-mínimo.

Muitas são as nossas dívidas. Nenhuma maior do que a dívida do País com o seu povo. Dívida para com os que trabalham, dívida maior ainda com os desempregados, privados de qualquer salário e da dignidade humana.

Seguirei uma política que ofereça trabalho para os que estão sem trabalho. Uma política que possibilite a criação de novos empregos.

Uma sociedade democrática, pluralista e aberta tem suas energias criativas na convivência, na liberdade. Capital e trabalho juntos na construção de melhores condições de vida.

Assim, não se pode conceber nem tolerar que as relações de trabalho sejam marcadas pela violência. A violência mancha e conspurca a reivindicação justa. É igualmente inaceitável quando exercida pelo poder público.

A negociação, neste Dia do Trabalho, seja o caminho da solução dos conflitos salariais.

O progresso não é obra de ninguém isoladamente. É obra de todos. Ele começa dentro de cada um de nós. É para essa visão conjunta que eu concito a Nação neste dia.

O Presidente se compromete a ser o trabalhador indormido, severo, simples, disposto a todos os sacrifícios, na defesa do País e da soberania nacional.



02 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DA ENTREGA DO PRÊMIO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Entendi não deveria apenas presidir a esta solenidade. Mas, ao encerrá-la, trazer expressamente, em nome de todo o Governo, os aplausos que merecem os Professores Celso Furtado e Zilton Andrade, pelo trabalho extraordinário desenvolvido, ao longo de tantos anos, a serviço da cultura brasileira, muitas vezes até de forma anônima ou de forma tão discreta que, em algumas ocasiões, a sociedade nem se apercebeu de sua profundidade.

O Governo, através da criação do Ministério da Ciência e da Tecnologia, demonstrou a sua sensibilidade para a participação e a assistência do Estado nesse setor.

E agora, com as minhas congratulações pessoais, quero louvar esses eminentes brasileiros, o Professor Celso Furtado e o Professor Zilton Andrade. O Professor Celso Furtado, no seu discurso, teve a oportunidade de fixar ponto fundamental

para o intelectual, que é a presença constante de uma interrogação e a presença permanente da dúvida. Unamuno escreveu livro extraordinário e marcante, acerca do sentimento trágico da vida, e esse sentimento trágico é, indiscutivelmente, o sentimento da dúvida, base para o homem de ciência, que busca encontrar caminhos e soluções àquela inquietação intelectual. Inquietação intelectual que encontra no latifúndio da solidão dos homens que pensam, dos homens que estudam nos laboratórios e nos seus gabinetes, momentos de ofertar a todos a descoberta de bens culturais que irão gerar novas vidas e, em consequência, novas dúvidas e novas interrogações.

02 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTA-  
LAÇÃO DA COMISSÃO DE ALTO NÍVEL  
PARA PROCEDER À REFORMA DO EN-  
SINO SUPERIOR

Escrevi algumas palavras para dizer nesta solenidade.

Ao instituir esta Comissão, considerei a recomendação do Presidente Tancredo Neves, constante do seu discurso-programa, que tive oportunidade de tornar pública na primeira reunião ministerial, em 17 de março, e no qual ressaltava a “necessidade de darmos alta prioridade aos estudos orientados para a reforma do sistema universitário do País...”, atendendo os “reclamos — são palavras dele — que tantas vezes nos foram apresentados durante a campanha”.

Essa medida nasceu da convicção, que temos todos, de que a Universidade vive graves e ingentes problemas. Há muito se vem convertendo em fonte de inquietações e objeto de amplas discussões que se desenvolvem, quer no âmbito estritamente universitário, quer no plano político.

É verdade que, nos anos recentes, foi ampliado o acesso à Universidade. É, porém, igualmente verdade que a expansão do ensino superior ocorreu às expensas de sua qualidade.

Integram ainda esse quadro de dificuldades questões outras relacionadas com a organização e processo de gestão das universidades, níveis de remuneração dos professores e servidores administrativos, oferta de infra-estrutura, equipamentos e laboratórios e, sobretudo, a preocupante e irrealizada meta de democratização das oportunidades de ensino superior.

Entendo que a educação superior não pode limitar-se às suas funções tradicionais. É indispensável que adote novas concepções, preparando as futuras gerações para enfrentar os desafios de uma sociedade caracterizada por um mais intenso uso da Ciência e da Tecnologia.

Vale salientar que a crise na instituição universitária é de tamanha importância e magnitude, que, se não for superada tempestivamente, pode vir a comprometer valores que moldam a nossa própria nacionalidade. É que a Universidade é a grande responsável pela geração de novos conhecimentos e pela formação das nossas elites intelectuais e das nossas elites profissionais.

Afinal, o termo “nação” era, na Idade Média, utilizado para designar colégio universitário em que trabalhavam juntos alunos e professores. Estabeleceu-se, daí, uma proximidade entre o conceito do nacional e o de universidade, permitindo que, mais adiante, fosse desenvolvida a própria concepção de nação política, a partir de uma íntima colaboração entre governantes e mestres do saber.

Vivemos, sem dúvida, nova etapa histórica, em que hão de predominar novas perspectivas políticas voltadas para

atendimento dos mais profundos anseios nacionais. Nesse contexto, assume uma especial relevância a legítima aspiração de mobilidade social que o saber universitário pode viabilizar.

Iniciam-se, agora, os trabalhos desta Comissão, na qual está representada a sociedade brasileira por seus segmentos mais significativos. Aqui estão educadores, estudantes, cientistas, religiosos, empresários, trabalhadores. Desta forma, não é só a Universidade que vai refletir sobre si mesma, pois seus problemas interessam ao País como um todo. Não se trata apenas de saber de suas questões internas. Trata-se, tanto mais, de saber da função da Universidade atualmente no contexto social do nosso País.

Estou certo de que os ilustres membros desta Comissão de alto nível estão qualificados, com patriotismo, para empreender análises, que ajudarão o Governo a honrar o compromisso da Aliança Democrática, colhido de aspirações manifestas, em especial de nossa juventude, desejosa e confiante de que a Nova República traga para o Brasil também uma Nova Universidade.

Com esta certeza, declaro instalados os trabalhos desta Comissão, constituída com o propósito de oferecer subsídios à reformulação da política do ensino superior em nosso País.

Assim, neste instante, damos mais um passo para cumprir os compromissos que assumimos com o País. O tempo tem sido escasso para o cumprimento desses árduos deveres. Mas vamos em frente.



03 DE MAIO  
SEDE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS  
CRIADORES DE ZEBU  
UBERABA-MG

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA 51ª EX-  
POSIÇÃO NACIONAL DE GADO ZEBU

Estou em Minas, renascem as invocações de sua glória. A liberdade e a saudade. A liberdade, que é eterna, cresceu e frutificou nestas terras, e a saudade, com os olhos secos dos cantares da ausência que não se acabam, vive agora no silêncio dos sinos que, não dobrando, dobram eternamente pela memória de Tancredo Neves.

Estou no Triângulo, onde as bacias do Rio Grande e do Paranaíba se juntam, e onde, já no passado e no dizer de Afonso Arinos, “o gado alçado se criava às soltas nas grotas e socavões, e fímbria das águas móveis”.

Império do zebu, reino dos homens que, de paciência em paciência, criaram raças, disseminaram espécies, enriqueceram e modificaram a paisagem da pecuária pobre do boi baiano, curraleiro de minhas terras — o Nordeste e o Norte — magro e pobre como as nossas sofridas gentes, andarilhas e esquelidas.

Tancredo Neves era o Presidente de Minas. Terei de ser o Presidente que não pode deixar de guardar o espaço de Minas na política, no Governo e na Nação.

Tancredo lutou e Minas com ele. Tenho deveres para com essa luta e quero que o povo mineiro inscreva meu governo como um pedaço de Minas na República, herdeiro de uma saga que não posso esquecer.

Serei com Minas e em mim Minas não decairá. Esta exposição é uma tradição nacional. Todos os Presidentes aqui passaram. Aqui esteve Getúlio Vargas, nos primórdios deste certame. Aqui estiveram outros Chefes-de-Estado, sem esquecer entre eles o mineiro Juscelino Kubitschek. Agora aqui estou eu, o mais humilde de todos num momento difícil da nacionalidade para dizer aos pecuaristas que o Governo sabe do seu esforço e sabe de suas dificuldades.

Que o Governo nunca recorrerá às promessas ou às negações para fugir aos seus deveres.

Tancredo Neves afirmou que na Nova República a agricultura e agropecuária serão prioridades e eu reafirmo que serão. Ao setor primário deve o Brasil sua riqueza. Ao suor e ao trabalho do homem que trata do gado e da terra devemos tudo o que veio depois, da indústria ao sofisticado mercado de serviços e bens de alta tecnologia.

Estamos começando. Mas já se sabe que na minha mão o poder civil não definhará, nem a anarquia substituirá o direito justo da tranqüilidade pública.

Igualmente já é sabido que reconheço a iniciativa privada como um corolário da liberdade, porque esta não medra onde o Estado substitui a criatividade do homem e o seu poder de iniciativa, que ela será intocável.

Mais eficiência e maior produtividade consistem no indesviável compromisso do Governo para com a agropecuária.

Para o nosso êxito é imprescindível a participação de todos os Senhores.

Assim, vamos atender aos interesses ligados à produção, à distribuição e à comercialização, etapas interativas dessa atividade.

Dentre as modificações de relevância que imporemos à política rural no País, haveremos de conseguir a geração de fontes estáveis e não-inflacionárias de recursos, a revisão e a definição realista de uma política de preços, de estocagem e de investimentos que atendam também às exigências de projetos, por sua própria natureza, de resultados a médio e longo prazos.

Mesmo sob as fortes emoções dos últimos dias, o Governo não descuidou dos seus compromissos para com os Senhores nessa busca de crescimento da agropecuária.

E assim é que estamos assistindo ao financiamento e à comercialização agrícola e dando meios para a estocagem de carne.

Aos pecuaristas brasileiros o Governo quer declarar que acredita no quanto são capazes de contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do País e que respeitará sempre os seus valores.

De todos quer a contribuição participativa e a todos pede ajuda para a realização dos ideais da Nova República. De certo que nesse atributo estarão presentes aquele senso de criatividade e aquela competência de continuado aperfeiçoamento, marcas identificadas da presença e do crescimento da pecuária brasileira.

Agradeço ao Governador Hélio Garcia as palavras generosas e o seu apoio forte e imprescindível.

Eu sei que o teremos ao nosso lado. Minas conhece seu generoso coração e a impecável lealdade com que ele acaba de mostrar ao Brasil como se cumprem os deveres da amizade na sua sublime dor, marcada pela solidariedade a Tancredo Neves.

Desejo a todos os expositores, a todos os que amassam o barro do trabalho, na melhoria dos nossos rebanhos e no aprimoramento da raça do zebu, êxito em suas tarefas. E que esta exposição, pelo tempo afora, mantenha viva a marca do pioneirismo e da tenacidade.

Sairei daqui levando comigo a noção tangível do que podem e vêm fazendo os realizadores da pecuária nacional. Tudo isto sob a moldura de civismo que se recolhe neste chão, pois nunca faltou ao Brasil a voz serena de Minas. Vale dizer: a marca do diálogo, da conciliação e da concórdia.

03 DE MAIO  
SEDE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE  
CRIADORES DE ZEBU  
UBERABA-MG

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO EN-  
CONTRO COM AS LIDERANÇAS DAS  
COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS

Nesta visita a Uberaba constitui realmente um interlúdio esperado este encontro com as lideranças das comunidades afro-brasileiras.

As palavras do nosso saudoso Presidente Tancredo Neves, a respeito do apoio total às reivindicações das comunidades afro-brasileiras, são por mim referendadas. Elas encontrarão sempre todo o apoio e a ação de governo necessários a uma integração maior da raça negra, que tem dado uma contribuição extraordinária à formação deste País.

Se eu tivesse que acrescentar alguma coisa às palavras do Presidente Tancredo Neves, seria apenas para ressaltar, além da contribuição à nossa Cultura, a contribuição decisiva da raça negra à formação da nossa história e da nacionalidade.

Levam-me a esta posição razões de Estado, como Presidente. Razões de consciência pelo débito que temos com a so-

frida comunidade afro-brasileira, razões de ordem sentimental que me ligaram a vida toda, desde os tambores do Maranhão, aqui aludidos pelo vosso orador. Lembranças de São Luís, tão marcadamente influenciadas e vividas pela cultura africana que se reflete em todos os setores da vida do Estado e que se refletiu na nossa formação, na nossa literatura, na nossa educação, na nossa vida e na nossa carreira política.

Desejo terminar estas palavras agradecendo ao Senhor Prefeito de Uberaba a oportunidade deste encontro, dando-lhe a certeza de que o documento que foi entregue ao Presidente Tancredo Neves será estudado por mim, em todas as suas reivindicações. Ao mesmo tempo quero dizer que a orientação da Nova República é de que as decisões sejam tomadas sempre ouvindo a comunidade.

Gostaria de lembrar que em 1961, era eu delegado do Brasil na Comissão de Política Especial das Nações Unidas, nascia a questão da África do Sul. E talvez tenha sido eu uma das primeiras vozes a manifestar-se naquela Comissão, perante as Nações Unidas, contra o *apartheid*, afirmando que um país como o Brasil, uma democracia racial, que tem tantas raízes sentimentais com o povo africano, jamais poderia tolerar, de qualquer maneira, a discriminação racial que é, para resumir numa só palavra, desumana. Isto é: não é uma política feita para a Humanidade.

Agradecendo a oportunidade desta reunião, Senhor Prefeito, desejo ter a comunidade afro-brasileira ao meu lado, não somente no apoio, mas no debate, na reflexão e na orientação das decisões que o Governo tiver que tomar nesse setor tão importante da vida brasileira.

07 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE REU-  
NIÃO MINISTERIAL

Entre a primeira reunião de 17 de março e o nosso encontro de hoje, a Nação viveu dias de perplexidades. Viajamos entre a ressurreição e a tragédia, entre a esperança e o desencontro. Ninguém em nossa história assumiu o poder diante de tantos transtornos e em momento tão difícil. É assim que vejo o presente, mas não é assim que vislumbro o futuro. O Brasil não é catastrófico.

O legado de Tancredo Neves é a conciliação e dele é a voz de comando que nos ampara: “Não vamos nos dispersar”.

Perdemos o nosso condutor, mas não perdemos a esperança e não renunciaremos ao seu compromisso. Renovo meu juramento da noite fria de São João del Rei: “Seu sonho será o nosso sonho; sua esperança será a nossa esperança”.

Estes cinquenta dias têm sido de grande trabalho. De in-dormida preocupação com os problemas da Pátria.

O esforço foi compensado: a mudança chegou. Assumimos o poder civil, as decisões passaram a ter a marca da participação, o Governo perdeu a arrogância da infalibilidade para ser uma busca de acerto. A voz das ruas, dos políticos, do povo em geral, passou a ser ouvida e os governantes assumiram a missão de servir ao País.

Em meio às perplexidades gerais da transição destes dias difíceis, a máquina do Estado não parou. Um estilo novo foi implantado, e a seriedade para com a coisa pública é permanente em nossas deliberações.

Nas diretrizes fixadas na primeira reunião ministerial, e que se inspiraram no “Compromisso com a Nação” da Aliança Democrática, foi estabelecida uma prioridade para o social de acordo com o programa da Nova República, definindo-se que o remanejamento das despesas governamentais fosse feito no sentido da satisfação das carências básicas da população.

Foram alocados à agricultura, nos meses de março e abril, recursos da ordem de Cr\$ 4,5 trilhões. Nos mesmos meses, Cr\$ 1,1 trilhão foram destinados ao apoio às atividades de exportação.

O equilíbrio das contas externas está sendo buscado através da obtenção de significativo superávit no comércio exterior. A prioridade concedida ao financiamento das exportações contribuiu para que o saldo comercial do mês de abril ultrapassasse 1 bilhão de dólares. O nível das reservas brasileiras está na casa dos 8 bilhões de dólares.

Dentro da estratégia de combate à inflação, o Governo está executando uma política fiscal e monetária austera e estabelecendo maior seletividade nos gastos públicos, tanto no campo da administração direta quanto da indireta. Está tam-

bém desenvolvendo uma política de disciplina de preços, que se faz necessária nesta fase.

Embora essas políticas não costumem produzir resultados expressivos em curto prazo, a inflação em abril já se situou em 7,2%.

De outra parte, o crescimento anual da base monetária que, em início de março, era de 260%, baixou, no final de abril, para 207%.

Ao examinarmos cada decisão a tomar, emerge com toda nitidez o enorme desafio, que já antecipávamos, de compatibilizar a necessária retomada do crescimento com o controle da inflação.

Mas não podemos adiar essas decisões. Elas têm que ser tomadas de imediato, sob pena de sermos arrastados para o pior, o que não acontecerá: recessão com hiperinflação.

Temos um quadro que exige definições, e esta é uma das razões desta reunião. Trata-se de como atender às carências mais imediatas da população brasileira, em termos de alimentação e emprego.

Senhores Ministros,

Estou aprovando as prioridades sociais (Plano de Emergência para 1985), que contemplam programas nas áreas de alimentação, saúde, saneamento básico e habitação popular, ampliação do emprego, segurança pública, desenvolvimento rural do Nordeste, recuperação da infra-estrutura danificada pelas enchentes.

A urgência do combate à fome, à miséria e ao desemprego desaconselha a criação de programas complexos, de demorada maturação. Optei por buscar maior eficiência e eficácia para ações de desenvolvimento social de indiscutível impor-

tunidade e de rápido retorno social. É o que estamos fazendo para cumprir a opção pelos pobres.

O conjunto desses programas, que atendem às prioridades sociais do Governo para 1985, conta, a partir de hoje, com recursos, de origem não-inflacionária, no montante de Cr\$ 12,9 trilhões.

Estou adotando as providências para que esses recursos sejam liberados com rapidez, cumpridos rigorosamente os cronogramas de desembolso aprovados.

Além das medidas de curto prazo que atestam a prioridade conferida pela Nova República ao desenvolvimento social e ao Nordeste, estou adotando as providências com vistas à elaboração do projeto do IV Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Esse Plano será feito num estilo aberto, participativo, em relação ao qual cabe ao Congresso estabelecer as grandes opções consubstanciadas na política de desenvolvimento, competindo ao Executivo definir a estratégia para viabilizá-las. Planejamento que concilie a unidade de objetivos com a liberdade econômica. Planejamento democrático, que reflita a vontade da maioria e que oriente o desenvolvimento para beneficiar a maioria. Planejamento consentâneo com o pluralismo econômico, social e político propugnado pela Nova República.

O IV PND espelhará, com realismo, o elenco de propósitos contido no “Compromisso com a Nação”, firmado solenemente pela Aliança Democrática. Será o leme que orientará os destinos nacionais nos próximos quatro anos.

Senhores Ministros,

Devo uma palavra sobre o quadro financeiro com que nos defrontamos. O Orçamento da União, de acordo com

previsões feitas por este Governo, inclui uma arrecadação de Cr\$ 121 trilhões.

O total previsto de gastos do Governo — incluídas as despesas da administração pública direta, as transferências às empresas estatais e demais entidades da administração indireta, aos Estados e Municípios, à Previdência Social, bem como os dispêndios incluídos no orçamento monetário — ascende a casa dos Cr\$ 205,9 trilhões.

Há, portanto, de acordo com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, um déficit de caixa de Cr\$ 84,9 trilhões, assim distribuído:

- déficit do Tesouro Nacional: Cr\$ 4,9 trilhões
- déficit das empresas estatais e demais entidades da administração indireta, coberto pelas autoridades monetárias: Cr\$ 20 trilhões
- déficit dos governos estaduais e municipais, da administração direta e indireta, coberto pelas autoridades monetárias: Cr\$ 8,2 trilhões
- necessidade de recursos da Previdência Social, coberta pelas autoridades monetárias: Cr\$ 4,5 trilhões
- déficit do orçamento monetário por conta de subsídios, juros e demais encargos financeiros: Cr\$ 47,3 trilhões, dos quais Cr\$ 15,9 trilhões correspondem a juros da dívida pública interna

No caso da Previdência Social, deve-se mencionar que a União a ela está destinando aproximadamente Cr\$ 4 trilhões adicionais.

Assinala-se que, nesses números, não figura a parcela dos débitos das empresas estatais que é financiada por fornecedores, por prestadores de serviços e pelo sistema bancário público e privado, assunto que está em exame pela SEPLAN.

O montante de Cr\$ 84,9 trilhões constitui, pois, um déficit de caixa que só pode ser coberto por controle de despesas, aumento do endividamento público, aumento da carga tributária ou emissão de moeda. Temos assim um caos das contas públicas e uma máquina administrativa emperrada, sem agilidade e desestimulada.

Um levantamento exaustivo de todos os dispêndios e compromissos financeiros do Governo está sendo cuidadosamente finalizado. Todas as fontes de recursos estão identificadas. Estão sendo analisadas todas as contas do Orçamento da União, do orçamento monetário, do orçamento das empresas estatais e da Previdência Social.

O descontrole que enfrentamos resulta, em grande medida, da inexistência de um orçamento único, que, discutido pela sociedade e aprovado pelo Congresso Nacional, seja executado pelo Governo, com todo o rigor.

Já determinei que a Comissão de Reordenamento Financeiro do Governo Federal, criada pelo Decreto n.º 91.156, de 18 de março de 1985, intensifique seus trabalhos para que possamos submeter ao Congresso, ainda este ano, esse orçamento unificado.

A dívida externa brasileira superou os 92 bilhões de dólares em fins de 1984. Seu vencimento em cada um dos próximos 5 anos é de cerca de 14% desse total. A esse montante devem-se somar cerca de 12 bilhões de dólares correspondentes à dívida vencível em curto prazo.

São compromissos financeiros que é imperioso renegociar com grande realismo e objetividade. O Governo já afirmou que o Brasil não repudia esses compromissos. Vai honrá-los, mas buscará ajustá-los a prazos e condições compatíveis

com as exigências de nosso desenvolvimento, sem posição conformista. Os credores têm que reconhecer que não podemos parar de crescer. Como disse Tancredo, a dívida não se paga com a fome do povo brasileiro, nem com a paralisação do nosso desenvolvimento, nem com o desemprego. Temos obrigação de assegurar aos brasileiros melhores condições de vida e bem-estar.

Determinei especial urgência à proposta de legislação que vai tornar realidade a punição para todos os responsáveis por fraudes no setor financeiro. É evidente que as leis existentes representam uma porta aberta para a impunidade, e são necessárias providências de imediato controle e vigilância para as atividades desse setor, de modo que não se repitam os escândalos que envergonham a Nação.

A economia nacional não pode mais ser compelida a assumir prejuízos provocados pela incompetência, pela desídia ou pelos crimes dos que administram recursos de terceiros. Neste sentido, a fiscalização das autoridades terá que ser mais exigente, atuante e rigorosa.

A luta contra a corrupção é fator decisivo e ponto de honra do Governo para o êxito da administração pública, que não deve ser descuidada, porque ela é fator de eficiência.

Recomendo aos Senhores que façam minucioso inventário dos bens sob a sua guarda. Se não devemos nos mover pela histeria punitiva, é conveniente verificar onde e como foi possível a ação corruptora e cuidar para que tais fatos não se repitam.

É preciso que todos saibam que neste Governo não será permitido o peculato, que neste Governo não admitiremos o favorecimento ilícito e que todos que se desviarem dos

severos padrões éticos em nome dos quais ele se constituiu, serão sumariamente punidos.

Senhores Ministros,

A ordem democrática foi restaurada sob o primado da Lei. O Governo não tem transigido e não vacilará em seu dever de preservá-la. As greves esperadas nesta época do ano, quando os salários de importantes categorias profissionais são ajustados, estão sendo acompanhadas, com isenção de atitude conciliadora, mas firme, pelo Governo.

É de estranhar o número e extensão desses movimentos neste momento tão difícil, mas na medida em que conseguirmos impor disciplina à economia, o recurso à greve, direito dos que trabalham, certamente, será cada vez menor.

Há também algum exagero nas reivindicações de determinadas categorias profissionais que não se encontram entre as mais sacrificadas de nosso povo. Delas espero, portanto, mais compreensão nesta hora de transição que estamos vivendo.

Reitero que a firmeza do Governo não se manifestará apenas na manutenção da ordem pública e na proteção à propriedade e aos direitos da cidadania. Ela é indispensável também no rigoroso controle dos preços, que decidimos implementar para combater a inflação.

Senhores Ministros,

É compromisso da Aliança Democrática a ordenação constitucional. Dando cumprimento a essa promessa, instalaremos a comissão encarregada de sugerir à Assembléia Nacional Constituinte, conforme inspiração de Tancredo Neves, as linhas mestras da nova Carta Política do Brasil.

O Governo estimulará amplo debate nacional sobre a futura Constituição, de modo a preparar a Nação para promulgá-

la em clima de liberdade e participação de todas as forças políticas, sem exclusão de ninguém, porque uma democracia pluralista e aberta não pode conter discriminação ideológica. Assim convocaremos, em breve, a Assembléia Nacional Constituinte.

Por outro lado, iniciaremos imediatamente consultas com vistas à formulação de um projeto político integrado para a Nova República.

Quero anunciar à Nação que, em seguida, na presença dos Presidentes da Câmara e do Senado, dos Presidentes dos Partidos e dos seus Líderes perante o Congresso Nacional, assinarei Mensagem encaminhando proposta de Emenda à Constituição restabelecendo as eleições diretas, acabando com o Colégio Eleitoral, que se reuniu, em 15 de janeiro, para que fosse extinto. É o que estamos fazendo.

Embora a duração do mandato presidencial deva ser objeto de deliberação soberana da Assembléia Constituinte, manifesto, de logo, a minha posição de que este mandato deve ser de quatro anos.

Senhores Ministros,

Algumas considerações e recomendações finais:

Não abduco da responsabilidade de todas as decisões de Governo. Exercerei supervisão e controle sobre toda a máquina administrativa que necessita de mecanismos modernos de ação.

A unidade do Governo é básica. Ele deve agir com espírito de corpo e de maneira solidária. A falta de recursos jamais deve ser o apanágio da inoperância. Devemos voltar às coisas simples e ao poder criativo para encontrar maneiras de realizar em condições adversas.

O ritmo do Governo deve ser o do trabalho árduo. O Governo não é uma festa, mas o exercício de uma missão. Assim, deve ser austero e humilde.

A coesão do Governo é, portanto, imperativo das severas razões nacionais. Sei, como sabem os Senhores, que estamos todos sujeitos à fragilidade da nossa condição humana. Mas a hora é singular, e singular deve ser a nossa atitude. Temos que nos conduzir acima de nós mesmos, e exigir mais virtudes de nossas virtudes, mais paciência de nossa paciência, e mais inteligência de nossa razão.

As grandes transformações se fazem com sacrifícios. Deus nos tem preservado dos conflitos políticos maiores. Soubemos realizar a grande mudança de março, sob a bandeira do entendimento. Para fazer a Pátria com justiça vamos depender da inteligência e do desprendimento dos homens públicos, a começar pelo desprendimento daqueles que integram a cúpula do Governo.

Continuaremos essa marcha. Ela não será detida por nada. No rigoroso respeito para com o povo brasileiro, a que servirei com honra e devotamento, exercerei a Presidência da República na plena autoridade que me concede a Constituição.

Não me sinto inibido diante das circunstâncias que me conduziram a este momento, ao contrário: elas me exigem mais força e mais audácia. Este é meu dever e eu o cumprirei com absoluta determinação.

As manifestações de apoio e confiança que venho recebendo do povo brasileiro ajudam-me a cumprir minhas obrigações para com o País.

Agradeço a todos os Senhores pela dedicação nestes primeiros e difíceis dias de governo.

Não preciso pedir-lhes mais uma vez o espírito de equipe. Este deve ser o primeiro dever de lealdade à Nova República, que exige trabalho e sacrifício.



07 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO ASSINAR MENSAGEM  
AO CONGRESSO NACIONAL, RESTABE-  
LECENDO ELEIÇÕES DIRETAS PARA  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a imensa satisfação de ter assinado esta Mensagem que é o resgate de um compromisso assumido para com a Nação, pela Aliança Democrática.

Fiz questão de convidar homens de todos os partidos para que assistissem a esta solenidade, porque se trata de um ato que não diz respeito somente aos nossos partidos, aos partidos que compõem a Aliança Democrática. Mas é sobretudo um ato que diz respeito a uma vontade unânime da própria nação brasileira, a que todos nós devemos nos curvar, e que está acima de todos os partidos, de todas as tendências, porque representa um grande anseio nacional. Espero, portanto, que o Congresso Nacional o receba, como uma demonstração inequívoca do Governo, de que ele deseja, de imediato, que as eleições diretas sejam restabelecidas. Como acabo de dizer perante o Ministério, embora considerando que a dura-

ção do atual mandato, e a data a ser marcada para a eleição do sucessor do atual Presidente seja uma atribuição da Assembleia Nacional Constituinte, que iremos convocar, desde logo manifesto o meu ponto-de-vista de que o mandato deve ser de 4 anos.

Por outro lado, imediatamente procurarei o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, e o Presidente da Frente Liberal, Senador Jorge Bornhausen, bem como os nossos líderes, no sentido de iniciar conversações para que possamos estabelecer o projeto unificado, que possa fazer uma revisão institucional em toda a matéria a ser votada, de modo a que todos nós, de todos os partidos, caminhemos sabendo quais os prazos que temos, os objetivos que teremos, e as finalidades que nós desejamos. Esse é o objetivo do Governo. De caminhar com a Nação, com os partidos e com o Congresso, para que este País seja totalmente institucionalizado e a democracia volte a ser aquela democracia que todos nós desejamos.

Muito obrigado a todos pela honrosa presença nesta Casa.

08 DE MAIO  
CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO  
PÚBLICA TANCREDO NEVES  
RIO DE JANEIRO-RJ

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO INAUGURAR O CEN-  
TRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PÚ-  
BLICA TANCREDO NEVES

Agradeço ao Governador Leonel Brizola a distinção de convidar-me para inaugurar este Centro Integrado de Educação Pública, que acabo de visitar e que constitui uma experiência audaciosa no setor do ensino público. Tem esta escola algumas sugestões que serão permanentes. Em primeiro lugar, o seu patrono: Tancredo Neves. Ele será uma lembrança permanente aos jovens, como homem que dedicou a sua vida e construiu o seu martírio em favor dos ideais maiores das nossas instituições democráticas.

Tancredo Neves foi o homem que a História produziu para ser, em determinados instantes da vida pública, o estuário e a confluência de todas as correntes políticas desejosas de que o País se reencontrasse na convivência que havia perdido. Convivência que, hoje restaurada, significa presença de todos nós, amassando o barro do trabalho em favor do povo brasileiro.

Outra sugestão importante para aqueles que aqui irão estudar será, sem dúvida, a presença permanente, flutuando nesse conjunto e no concreto, do talento extraordinário de Oscar Niemeyer. Um dos marcos mais importantes da inteligência brasileira de todos os tempos, sua obra ficará não somente na nossa História, como de maneira igualmente definitiva na paisagem brasileira, através das formas que ele concebeu, integrando-as à Natureza e à beleza das cidades.

Outra sugestão importante é ser este Centro Integrado o primeiro de todos os inaugurados e imaginados pelo Governador Leonel Brizola. E não podemos negar, nem ele, o Governador, nega, porque o proclamou dizendo da presença nesta realização da criatividade extraordinária do talento de Darcy Ribeiro. Será a escola a iniciar, como disse, uma nova experiência educacional no Rio de Janeiro, sem dúvida podendo servir de laboratório a estender sua avaliação a outras regiões do País.

De minha parte, digo ao povo do Rio de Janeiro que aqui me encontro, o mais humilde de todos os Presidentes que já teve este País. E também aquele que recebeu, em determinado instante de nossa História, como nenhum outro já recebeu, um conjunto de tantas dificuldades e de tantas esperanças. Mas isto não me faz conceber um governo ausente da certeza do êxito. Terei a ajuda do povo brasileiro. A visão histórica da missão que me foi entregue. Espero cumprir com aquele sonho, que foi o sonho de Tancredo Neves, e que eu naquela noite fria de São João del Rei, tive oportunidade de dizer que será também o nosso sonho, não só o meu, mas de todo o povo brasileiro.

Senhor Governador,

Agradeço a Vossa Excelência a compreensão que tem para com as minhas dificuldades na hora presente. Asseguro-lhe que o Governo Federal trabalhará em coordenação, de mãos juntas, em colaboração estreita com a administração de Vossa Excelência. O País precisa muito de todos nós, todos nós temos o dever do sacrifício por ele. Juntos, Governo Federal, Governo Estadual, poderemos realizar, não aquilo que não seja possível, mas aquilo que for necessário e que dependa de nossas decisões.



08 DE MAIO  
HOTEL NACIONAL  
RIO DE JANEIRO-RJ

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DAS SOLE-  
NIDADES DE HOMENAGEM À MEMÓ-  
RIA DOS MORTOS NA SEGUNDA GUER-  
RA MUNDIAL.

Esta manhã, quando tive a honra de presidir às solenidades de homenagem à memória dos mortos na Segunda Guerra Mundial, pensei no meu destino. Pensei, para estabelecer, como Presidente da República, uma sintonia do simbolismo das minhas responsabilidades e do meu cargo em relação ao ato de que participávamos.

Ao me aproximar do Túmulo do Soldado Desconhecido, estabeleci a relação espiritual de quem, em nome de todo o povo brasileiro, da Nação, do melhor sentimento patriótico, homenageava, na figura daquele, todos os nossos heróis. Todos que deram a vida ao serviço da Pátria, principalmente aquele, tal como na mais bela definição do soldado desconhecido, cujo nome só é conhecido por Deus. Os homens não sabem o nome dele.

Nenhuma pátria se faz sem heróis. São a vanguarda do sentimento nacional. Lembro-me do pequeno poema do poeta português Miguel Torga. Fala desse sentimento de pátria, lembrando a fronteira: de um lado existe terra, de outro lado existe terra, mas há uma linha invisível que separa as nações e faz vivo, em cada lado, um sentimento de pátria que desperta no mais pequenino sorgo adormecido.

Os soldados que lutaram há 40 anos defendiam este sentimento de pátria, em nome das gloriosas Forças Armadas do Brasil. Forças Armadas, que não têm um só momento de derrota. Participaram das guerras da Independência, das guerras da unidade nacional, das campanhas em que foram envolvidas fora deste País e sempre recolheram louros de vitórias. Forças Armadas e corpos combatentes recrutados no seio do povo. Forças Armadas que têm, ao longo da história do País, uma tradição de devoção e de manutenção da ordem e das instituições. Forças Armadas compostas de heróis e de homens extraordinários como Caxias, Osório, Pelotas, Mascarenhas de Moraes, Tamandaré, Eduardo Gomes, Castello.

Se pela manhã homenageamos os mortos, nesta tarde o Presidente da República, com esta mesma sintonia, vem homenagear os vivos, testemunhas do heroísmo e da bravura com que nós participamos da Segunda Guerra Mundial. O único país da América Latina na Europa. Lutar não por uma guerra de conquista, mas em nome da liberdade e dos valores fundamentais do direito do Homem.

Na condição de Presidente da República, em nome da Nação, de todo o Povo brasileiro, com aquela mesma responsabilidade com que na manhã homenageei os mortos, nesta tarde eu quero homenagear os vivos, os grandes veteranos

da FEB, aqui reunidos, 40 anos depois, para testemunhar a glória das Forças Armadas deste País.

Em nome do Brasil, a todos os Senhores a homenagem da Nação brasileira.



14 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTA-  
LAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO  
CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA MULHER

Mais do que as palavras, o Presidente da República deseja transmitir, em nome do Governo, a sua confiança de que agora teremos uma participação ativa da mulher na formulação de nossas políticas. Eu disse *mais do que as palavras*, porque a reunião que ora fazemos é um gesto. Um gesto que significa a manifestação da importância com que vislumbramos a constituição desta Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

Não preciso de outra imagem senão aquela da oradora, quando falou na magia da mudança. Realmente, todos nós temos hoje mais do que a esperança, mas o dever dessa magia. Resgato, aqui, um compromisso de campanha feito por todos nós na pessoa do inolvidável Tancredo Neves. Espero cumprir com meu dever, e só tenho esse objetivo que é real-

mente o de poder ser, neste instante da História brasileira, o intérprete dessas aspirações e a figura correta que soube encarar as responsabilidades que lhe foram entregues em momento tão difícil.

E para esse objetivo, espero contar com a presença efetiva, dinâmica, participante das lideranças femininas deste País.

A Comissão está instalada e espero que ela faça um bom projeto.

15 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTA-  
LAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE  
INFORMÁTICA — CONIN

É com plena consciência da importância deste momento que presido a abertura dos trabalhos da primeira reunião do Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, e dou cumprimento, desta forma, à Lei nº 7.232, aprovada em outubro de 1984 pelo Congresso Nacional.

Poucas vezes, na história recente do País, assistiu-se, em matéria de tal relevância, a votação tão próxima da unanimidade, expressão de um sentimento nacional, pela voz do Congresso.

Relembro aqui a palavra do saudoso Presidente Tancredo Neves quando, referindo-se a essa luta da nossa Casa de Representantes, definiu-a já com a determinação de incorporar seu sentido à tarefa maior que incumbiria à Nova República: “o Congresso Nacional viveu um momento histórico ao elaborar a Lei de Informática que é, ao mesmo tempo, instrumento de resguardo dos direitos dos cidadãos, das liberda-

des democráticas, da soberania nacional e da cultura do povo. Esta lei será a pedra-angular da construção desse projeto que, sendo nacional, nos fará partícipes do moderno e do universal”.

A inovação tecnológica em campos como a Biotecnologia, a Microeletrônica e a Informática está presente nas grandes transformações das sociedades contemporâneas. Além de um fator de processo, é também preponderante na configuração do ordenamento internacional, impondo novas formas de relacionamento entre as nações.

O êxito da experiência brasileira em Informática expressa-se na existência, hoje, de mais de duas centenas de empresas nacionais, ofertando equipamentos de complexidade tecnológica crescente, projetados e fabricados no País, que já representam mais da metade do mercado brasileiro de computadores. Cerca de 25.000 pessoas, grande parte delas técnicos de alta qualificação, trabalham em nossa indústria de informática.

Nestes últimos anos, organizações públicas e privadas passaram a utilizar, de forma crescente, complexos de alta tecnologia. O sistema financeiro, as comunicações, a saúde pública, a educação, e até o lazer, são exemplos de campos que se apóiam progressivamente na informatização.

É necessário, neste instante, uma palavra tranquilizadora ao Amazonas. Durante a campanha, afirmei em Manaus: “A Zona Franca foi uma experiência válida, e, assim, os incentivos devem continuar e ela deve ser prorrogada”. Reafirmo essa posição, agora como decisão de governo. As conquistas ali implantadas não serão abolidas ou revisadas.

Senhores,

Cabe ao Conselho Nacional de Informática a responsabilidade de normatizar a política para o setor.

Uma das primeiras tarefas será a formulação do plano nacional de informática, cujo esboço lhes foi submetido para que receba contribuições e aperfeiçoamento, antes de ser enviado ao Congresso Nacional.

Fundamental nesse esforço de mobilização de energias criativas é a participação efetiva, aqui neste Conselho, do empresariado, da comunidade científica, dos usuários, dos profissionais e técnicos. Essa participação garantirá o caráter democrático das decisões que dele venham a emanar.

Neste, como em outros campos da vida nacional, a grande missão do meu governo consistirá em contribuir para a construção de uma sociedade brasileira democrática, moderna e soberana. Por esse caminho trafega também o acesso aos benefícios da informática. Conto com a colaboração de todos os Senhores para alcançar este fim.



18 DE MAIO  
PARQUE AGROPECUÁRIO DOUTOR PE-  
DRO LUDOVICO TEIXEIRA  
GOIÂNIA-GO

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ABÉR-  
TURA DA 40ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁ-  
RIA DO ESTADO DE GOIÁS

Recordou o Senhor Governador do Estado ser esta a segunda vez que, como Presidente da República, compareço a uma exposição agropecuária. A primeira, a fiz em Uberaba, e a segunda, aqui em Goiânia.

De minha parte quero dizer que é manifestação, a homenagem, o apoio que o Presidente da República, através do Governo, presta àqueles que lutam no setor primário, pecuaristas e agricultores que, através do seu trabalho, constróem, no campo e no duro amassar da terra, uma parte da grandeza deste grande País.

Experimento uma emoção muito grande e diferente ao voltar a Goiás. Reencontro o povo invencível, não apenas pelo que ele foi, mas também pelo que ele é.

Aqui aconteceu, na Praça do Povo, o instante inaugural do caminho que levou à Nova República. E este não foi

um capítulo de história escrita, mas de uma história que se escreve, e mais ainda, que nós, juntos, todos nós, continuaremos a escrever.

Reitero que experimento emoção diferente neste retorno cheio de responsabilidade, mas fiel a uma dominação pela paixão física. Naquele início memorável das nossas jornadas, Tancredo Neves estava conosco. Ele era o farol, era o comandante, era a voz que anunciava. E, hoje, não está mais aqui o homem, mas presente está o seu exemplo maior que ficará na História do Brasil. Presente estará sempre o compromisso de fazer o que ele assegurou: um governo vertical na decência física, total no cumprimento da seriedade da ação, íntegro na sua consciência e inteiramente comprometido com a democracia.

Reafirmo estas determinações perante o povo goiano, merecedor da minha exaltação, saudando a todos na pessoa do Governador Íris Resende, dos pecuaristas que aqui se encontram, dos agricultores e dos nossos líderes. Dele, do Governador, o mínimo que se pode dizer é que, em momento transcendental da vida brasileira, ele não esperou o futuro, foi buscá-lo, e junto dele estava o Estado de Goiás inteiro, o PMDB e a Frente Liberal.

Vive o Brasil uma quadra de grandes dificuldades e de perplexidade. Elas são naturais na essência da vida democrática. Os conflitos em busca da harmonia são uma forma de viver a democracia e de exercitá-la. O Governo tem consciência dessa dimensão nova que a vida nacional adquire, oxigenada pelos novos ventos.

Vejo aqui a participação de todos na presença das reivindicações e na voz do povo, sabendo que tenho um governo

que tem ouvidos para ouvir. Contudo, não podemos abrir mão das nossas prerrogativas e de nossas obrigações constitucionais. O Governo não consentirá que se atropelem os valores da convivência, do pluralismo, da conciliação. Desassossegos de circunstâncias não podem perenizar os objetivos que nos moveram na campanha e nos direcionam no Governo. Tudo deveremos fazer no trabalho, na severidade, na tolerância, na dedicação sem calendários e sem horas, para que na Nova República haja a alegria de participar. Alegria igual àquela que encontro no semblante de todos nesta terra. É como se a resposta cívica dada ao chamamento da redemocratização, feita de luzes e vozes, repetisse a resposta econômica feita de pioneirismo e de constante aperfeiçoamento, marca da agropecuária de Goiás.

Ouvi as palavras do Vice-Presidente em nome da Sociedade de Pecuária e de Agricultura de Goiás. Elas serão levadas ao Governo e serão meditadas, mas de logo devo confessar e proclamar que elas têm sido nossa preocupação e serão a prioridade para o setor primário, de onde, como eu disse, nascem e constituem a raiz da grande árvore do progresso e do futuro da terra.

Asseguro que o Governo jamais pensará em substituir a iniciativa privada ou violar a propriedade neste setor, como também nos outros setores. O nosso compromisso é o compromisso de apoiá-la, prestigiando-a na inventividade e na sua competência. A pesquisa, o crédito, a extensão rural são algumas das ações que competem ao setor público proporcionar. E ele as proporcionará, pois tem compromisso de ampliar o mercado dos produtos agropecuários, mediante a racionalização do processo de comercialização, e de melhorar os níveis

tecnológicos pela concessão de estímulos aos produtores na fórmula da assistência técnica e creditícia.

Aos ruralistas não deve faltar a esperança, mas não é só dela que eles vivem. Eles têm direito à realização, e para tanto o Governo não haverá de lhes faltar.

Minhas homenagens aos agropecuaristas, a todos que trabalham no meio rural e a todo o heróico povo de Goiás.

Fico feliz porque também ouvi, ao sair do Palácio do Governo, uma frase de um popular que vou guardar para o resto do meu período governamental. Me disse ele: — “Vá em frente, Presidente Sarney: onde Tancredo riscou o Senhor está cortando”.

18 DE MAIO  
PALÁCIO DAS ESMERALDAS  
GOIÂNIA-GO

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO EN-  
CONTRO DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS

Antes de atender ao compromisso oficial da minha visita a Goiânia, pedi ao Governador este encontro para rever os meus companheiros de campanha, amigos e lutadores, para fazermos algumas reflexões políticas, conjuntamente.

Muito me orgulho de ser político. E nós, os políticos, somos escolhidos pelo destino para pensar coletivamente, de modo a superarmos nossos horizontes pessoais para uma total doação de nossas vidas a serviço da comunidade. Só assim os políticos se justificam e encaram os sacrifícios.

Aos políticos, agradeço a manifestação de solidariedade que aqui recebo. Somos homens incompreendidos, injustiçados, sofridos no idealismo de vidas dedicadas à causa do bem-comum. É com esta visão que me permito afirmar que estamos vivendo um dos instantes mais desafiadores de nossa História. Estão em jogo, hoje, no Brasil, a consolidação e a capacidade do poder civil, a nossa competência para vencer crises,

superar entraves, ter desprendimento, espírito público e, sobretudo, muita coragem. Aos que previam que, devolvido o poder aos políticos, a inflação subiria a níveis incontrolláveis, que a anarquia substituiria a ordem, que as nossas determinações de mudança não se cumpririam, que as esperanças se transformariam em revolta, nós todos, hoje, podemos dizer que respondemos com resultados positivos e altamente favoráveis. Suportamos o pior golpe que nós podíamos suportar: a morte do nosso grande chefe Tancredo Neves. Mas não nos disperamos. A inflação baixou, exorcizamos o caos. E o País começou a mudar. Reacenderam-se as esperanças e a confiança do povo. Uma sociedade de participação. E as nossas decisões demonstram a absoluta presença de um governo democrático que tem ouvidos para ouvir.

Senhoras e Senhores,

Há uma cena destes tempos fortes que freqüentemente me ocorre, não me abandona, para retemperar-me nas horas de dificuldades.

Na manhã de 15 de janeiro, há tão poucos e densos meses, diante do Congresso, o povo abrigou-se da chuva sob a Bandeira Nacional. E sob a bandeira, ele cantou a vitória democrática. Foi um ato espontâneo e simbólico que se transformou, pela transcendência daquela hora, no mais belo momento nas cerimônias daquele dia.

É sob a bandeira que nesta tarde de Goiânia eu proclamo que a Nação deve ser protegida.

O povo, em sua grandeza, havia construído a hora, com determinação e paciência. E determinação e paciência devem ser os atributos dos líderes políticos, quando nos cumpre dar fatos à esperança.

Temos o melhor momento de nossa história republicana para criarmos instituições sólidas e duradouras, ajustadas estritamente às aspirações do povo. Se são graves as dificuldades do País, a vontade nacional criará a força e a inteligência capazes de vencê-las, dentro da verdade democrática que, com o apoio do povo, acabamos de restaurar.

Senhoras e Senhores,

Necessitamos concertar, imediatamente, um pacto político, a fim de consolidar este momento e favorecer a continuidade do processo de reconstrução do Estado democrático. Não se trata de um acordo que venha a oferecer seu apoio ao Governo, mas de um entendimento que dê sustentação ao regime representativo, e estabeleça o tempo e o modo dos atos seguintes, dando coerência e dando uniformidade a nossos propósitos.

O grande desafio é o pacto social amplo e duradouro, que se chama Constituição, e que alcançaremos por meio da Assembléia Nacional Constituinte. Mas para chegarmos a esse contrato social, se recorremos à definição clássica dos convênios políticos nacionais, devemos, democraticamente, ajustar as regras de sua discussão. Na verdade, toda ação política corresponde a um consenso, a um pacto. O pacto que tornou possível a nossa vitória eleitoral foi o compromisso com a Nação que, em nome das oposições, firmamos nós, os dirigentes do PMDB e da Frente Liberal. A composição do Governo foi outro pacto. Agora devemos negociar a forma pela qual iremos consolidar as instituições reclamadas pela sociedade e pelo tempo.

Não peço a ninguém que renuncie às suas posições políticas e, muito menos, que abjure suas convicções ideológicas.

Se nós queremos, e lutaremos, por uma sociedade pluralista, devemos aceitar a diversidade das opiniões. Não estamos pedindo compromisso doutrinário, mas apenas a discussão dos modos e das idéias pelas quais chegaremos à plena realização dos nossos objetivos nacionais.

Confio nos homens públicos brasileiros. Confio nos políticos brasileiros. E devo repetir à classe à qual tenho muito orgulho de pertencer: confio no sentimento de responsabilidade que tornou possível a passagem pelo trecho mais difícil da nossa História. Eu receio, no entanto, que essa vitória possa nos conduzir à ilusão de que tudo está feito, e nos é permitido malgastar esforços na luta menor por posições de poder e de vaidade pessoal.

Por isso, daqui de Goiânia, neste lugar extraordinário, onde a Aliança Democrática realizou o seu primeiro e histórico comício de campanha, eu faço uma convocação a todos os líderes partidários, aos Governadores dos Estados, aos parlamentares, prefeitos e vereadores, e a todo o povo brasileiro: Não chegou o momento de descansarmos as bandeiras. Antes, estávamos juntos para, em nome do povo, conquistar o poder sobre o Estado. Agora, devemos nos reunir para decidir como usaremos este poder em favor e em benefício da Nação e de todo o povo brasileiro.

O primeiro passo é o do entendimento entre as direções partidárias.

Fiz um convite ao Presidente Ulysses Guimarães — esse extraordinário homem público — a que conduza, como líder do partido majoritário em nossa coligação de Governo, o acordo interpartidário de que carecemos para levar adiante o compromisso assumido com o povo brasileiro pela Nova República.

Estou certo de que não faltará, neste entendimento, o patriotismo dos homens responsáveis, e do qual nenhuma força política estará ausente, porque a Nação assim exige.

Ao Governador de Goiás, Íris Resende, e a toda a classe política de Goiás, brava e heróica, onde começamos esta luta, a minha homenagem e agradecimento pela grande contribuição que deram à Nova República.



22 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER A ASSOCIAÇÃO  
DOS PREFEITOS DO PMDB DE SANTA  
CATARINA

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas pelo desencontro que fez com que esta reunião fosse retardada de 24 horas. Em segundo lugar, quero agradecer a solidariedade que recebo, neste instante, de lideranças tão expressivas e tão importantes deste grande Estado de Santa Catarina. Essa solidariedade robustece o meu ânimo e ao mesmo tempo estabelece uma sintonia grande entre o Governo Federal, através da Presidência da República, e as suas bases de sustentação, que estão justamente nos Municípios.

Recordo da alegria com que o Presidente Tancredo Neves falou-me da solidariedade que ele tinha recebido, da unanimidade dos Prefeitos de Santa Catarina. Foi um dia em que ele se mostrava muito feliz, e me relatou em detalhes esse encontro.

Os Senhores sabem que sou político, como os Senhores. E há poucos dias dizia em Goiânia que muito me orgulho

de ser político, porque nós todos somos homens sofridos, muitas vezes incompreendidos, que aprendemos a pensar coletivamente, trabalhando pelo interesse de todos, e trabalhando com grandes sacrifícios, principalmente na base municipal, que é aquela base em que a política se desenvolve de uma maneira que se torna mais autêntica pela própria significação das lutas municipais.

A minha homenagem a todos os Senhores. A reivindicação que agora recebo encaminharei ao Senhor Ministro do Interior, de modo que se possa atender as solicitações que me foram feitas. Por outro lado, aqui está presente o superintendente da SUDESUL, meu ex-colega de Senado Federal Evi-lásio Vieira, a quem peço que procurem, bem como ao Senhor Ministro do Interior, ao qual estou transmitindo orientação sobre a reivindicação que agora me é feita.

Os Senhores sabem que não é fácil a missão que me foi entregue. Ela é muito difícil. Tenho procurado cumprir com o meu dever e vou cumprir de modo que possa honrar o poder civil, e sobretudo o poder político a que todos nós pertencemos.

Finalmente, ao agradecer mais uma vez a presença dos Senhores e sua solidariedade, o que desejo é retribuir essa solidariedade e dizer que, em qualquer momento, sou solidário com os meus companheiros, aqueles que sustentam a nossa causa das mudanças, que é a grande causa da esperança do povo brasileiro.

22 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BANCÁRIAS DA REGIÃO AMAZÔNICA

Em primeiro lugar, expresso o meu grande agradecimento pela presença de todos aqui, pela solidariedade que me é emprestada e pela compreensão das dificuldades que todos enfrentamos neste momento, principalmente o Presidente da República, nestes dias difíceis que passamos, mas que, sem dúvida, com a força e o vigor do nosso povo e do nosso destino, nós as superaremos.

A presença dos Senhores, além das palavras de solidariedade, através de seus intérpretes, significa um gesto de confiança, porque ninguém vai a nenhum governo com solicitações e colocar problemas, se não acredita que esse governo tem ouvidos para ouvir, e se esse governo não tem o desejo de solucionar, com espírito público, essas solicitações.

Nós, do Amazonas, da Região Amazônica, do Norte do Brasil, estamos todos unidos secularmente pelas nossas gran-

des dificuldades. Quando eu falei em governo de ouvido para ouvir, estava pensando na nossa Região. Porque foi justamente o primeiro Governador da Província do Rio Negro, que depois foi Governador do Maranhão, o Marquês de Melo e Póvoa, sobrinho de Pombal, que recebeu uma carta de seu tio recomendando a ele alguns princípios que achava seriam princípios da arte de governar. E um deles era este: que o Senhor tenha ouvidos para ouvir o povo que governa.

As solicitações que aqui foram feitas serão examinadas. Encaminhá-las-ei aos ministérios respectivos. Serão estudadas e, sem dúvida, daremos resposta, pois desejo que o Governo seja marcado pela credibilidade e nunca por suscitar esperanças que não possa cumprir, ou promessas que sejam irrealizáveis. Tenho, até mesmo pelas minhas origens, uma grande sensibilidade para com os problemas da Amazônia. Conheço as dificuldades profundas que hoje a Região atravessa, para dizer do problema mais imediato, que é aquele que se refere à malha rodoviária, comunicação de tamanha importância para as populações que ali estão.

Recomendei, já há alguns dias, ao Senhor Ministro dos Transportes, que a prioridade do Governo será não para a construção de novas obras que não tenhamos recursos para fazer, mas para a recuperação de toda a malha rodoviária do País, principalmente daquela área do Nordeste e da Amazônia, atualmente tão castigada. E os Senhores podem sair com a certeza de que aqui nós procuraremos honrar o poder civil, honrar a classe política e dedicar-nos, sem calendários e sem horas, ao trabalho árduo do bem-comum de nosso País.

Eu tenho certeza que em breve os resultados aparecerão. Colocaremos a mão direita e o Governo se fará presente em

todos os ramos da administração pública no acompanhamento, na supervisão e no planejamento, de modo que seja motivada a máquina administrativa, e que o País também se motive nas responsabilidades que todos temos para que o Brasil reencontre, o mais breve possível, o caminho da esperança e não o do desespero.



24 DE MAIO  
SEDE DA SUDENE  
RECIFE-PE

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SUA VI-  
SITA A RECIFE

Este, sem dúvida, não é um tempo de promessas. É um tempo de trabalho e de realizações.

É com grande emoção que volto ao Recife e me reencontro com este grande Nordeste. Aqui estão minhas raízes, aqui me preparei para a vida pública, aqui conheci a pobreza, vi o homem superar a si mesmo em todas as adversidades, porque não existe neste País povo mais sofrido. Por vezes obrigado a dispersar-se, fustigado pela fome, nele não morre o sentimento da terra, que aparece de maneira mais tocante no verde das folhas, mal começando a brotar. Porque tem a persistência da onda, retrocede e volta: para lutar, para ficar, fiel às suas origens. Serenidade e paciência de Pernambuco recebi da gloriosa lição de minha mãe, de Correntes; da Paraíba, dos meus avós; de Ingá do Bacamarte, de Alagoa Grande e do Maranhão, o chão molhado dos rios, que se enroscam na planície e nos alagados, e o gosto dos bens espirituais.

Em minha casa jamais faltaram livros na estante e ouvidos para ouvir o clamor dos humildes e dos pobres.

Este é um tempo de verdades.

Eu sou parte deste povo de andantes que, na síntese geográfica, deixa de ser terra para ser sentimento. O Nordeste é, sobretudo, um estado de espírito.

É o maior problema do País, mas hoje já é também uma grande apreensão internacional. Está na consciência de todos. É prioridade, mas é muito mais do que isso, porque é necessidade. Sobreviveu como exportador de mão-de-obra barata e pode ver-se a transformação do que era uma reivindicação justa, em amargura, ressentimento e ameaças de apartação. Mas aqui se encontra nossa mais poderosa força histórica e cultural.

É o Brasil popular, é o Brasil heróico. É a grandeza do homem, do trabalho árduo e de uma região de imensas potencialidades.

Nordestinos,

Não venho aqui para repetir a retórica dos convênios. Venho para dar ordens de Presidente. E vê-las obedecidas. O Nordeste vai funcionar. O Nordeste vai ser Brasil.

A SUDENE precisa reviver. E em breve, em muito breve, ela será transformada em autarquia especial para recrutar de novo os nossos melhores talentos. Será uma fonte de debate, germinadora de soluções, terá prestígio e terá força.

Assinamos o chamado Nordesteão, com investimento da ordem de 12 bilhões de dólares. Mas ele precisa de ajustamentos estratégicos. Vamos discuti-lo em debate amplo e participativo, e vamos melhorá-lo.

Hoje, tratamos de outra dificuldade. Aos problemas da estiagem somaram-se os problemas da chuva. A natureza, depois de castigar o chão sedento, na maior seca do Século, abriu as comportas do Céu e arrebentou os açudes, castigou plantações, cidades, pontes, estradas. E do homem sofrido, rio abaixo, levou o gado, os trastes, as casas e também muitas esperanças.

Mas não é a Natureza a responsável pelas injustiças sociais, nem foi ela quem criou as distorções econômicas. Esse quadro é produto das opções que o País não devia fazer e fez. Não incorreremos nos mesmos erros.

O Governo Federal aplicará na reconstrução imediata do desastre das enchentes cerca de Cr\$ 3 trilhões. Como anunciou o Senhor Ministro do Interior, já hoje estão liberados Cr\$ 300 bilhões. Iremos acompanhar desempenhos, iremos supervisionar, iremos cobrar resultados. A administração pública estará presente a serviço do povo.

Asseguro-lhes que aqui no Nordeste não haverá cortes de verbas. E peço licença, neste momento, para usar a linguagem simples e sincera do povo nas nossas feiras: fazer cortes em recursos no Nordeste seria o mesmo que tirar pão da boca de cego.

Os incentivos estão sendo estudados para serem aprimorados, jamais violados. Fortificar o FINOR.

Precisamos discutir projetos e alternativas.

Precisamos motivar a administração pública e modernizá-la.

Precisamos juntar nossas mãos aos governadores que tanto contribuíram para a Nova República e, firmemente, trabalhar-mos juntos.

Precisamos ouvir a voz dos que contestam e questionam. Eles também ajudam a encontrar soluções.

Vamos enfrentar a questão da terra e vamos enfrentar a desgraça do homem.

Enfim, convido a todos nós, nordestinos, a vivermos a aventura de um processo de desenvolvimento humano e criador.

A Nova República não é só esperança. Já demonstrou que é mudança. Restauramos as eleições diretas, o voto do analfabeto, as eleições nas capitais, todas as tendências ocupam os seus espaços. Dobramos o salário-mínimo e a prioridade do Governo é para o problema social. Cumpriremos todos os nossos compromissos e teremos, em 1986, a Assembléia Nacional Constituinte. Trabalhamos no Plano de Emergência e de Prioridade Social. E pela primeira vez tivemos dotações disponíveis para a agricultura, e trabalha-se no Governo dia e noite. Não existem mais descansos. Não temos calendários, nem temos horas. Estamos brigando a sério com a inflação. A voz do povo é respeitada e os direitos humanos são sagrados.

• Mas nos falta uma presença e nos ressentimos dela porque ela é força e nos dá força: Tancredo Neves. Aqui ele passou, deixou idéias, solidariedade e amor. Quanto a mim, declaro que as minhas deficiências serão supridas por aquelas qualidades que aqui no Nordeste fazem grande o nosso caráter. Terei determinação, coragem, garra para enfrentar desafios, forças para vencer os deuses da tempestade. Reafirmo e concluo: não vim aqui para prometer. Vim para fazer.

26 DE MAIO  
GINÁSIO DE ESPORTES PRESIDENTE  
MÉDICI  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO IV  
CONGRESSO DE TRABALHADORES NA  
AGRICULTURA

Sei que falo a homens amanhecidos na terra e indormidos no sofrimento.

Não venho cultivar ilusões. A semente da Nova República é a verdade e o entendimento. Este é o Governo do diálogo com a Nação.

Minha consciência e meu Deus fizeram-me assumir o compromisso de governar tendo como prioridade os pobres. É uma ação de política social.

Não me canso de repetir que não podemos ser felizes numa nação em que milhões de brasileiros não têm direito à felicidade.

Ao afirmar, na posse, que seria maior do que eu mesmo, tinha visão do cargo e das minhas responsabilidades perante a História. Conheço a amargura das injustiças no campo e sei que elas começam na paisagem dos trabalhadores sem ter-

ra, dos posseiros, dos expulsos e de todos que são vítimas da violência, da cobiça e da exploração.

Aqui estou para prestigiar os trabalhadores na agricultura, que se reúnem para analisar as condições de vida da categoria e sustentar a luta pelo pleno exercício de suas liberdades.

Na campanha eleitoral, o compromisso com a Nação, firmado pela Aliança Democrática, prometeu: “Reforma Agrária. Execução de política agropecuária que assegure a fixação de preços mínimos realistas e a formação de estoques reguladores adequados”. E ainda: “Reforma agrária mediante cumprimento do Estatuto da Terra; e melhoria das condições de vida do homem do campo”.

Em dois meses de Governo, já alcançamos conquistas extraordinárias. Restabelecemos na Constituição as eleições diretas para Presidente da República. As Capitais voltam a eleger seus prefeitos e não há mais municípios de segurança nacional. Em qualquer lugar deste País o cidadão passou a ter direito ao voto, inclusive os analfabetos. O Governo tem ouvidos. Todas as correntes de opinião pública são hoje livres para se organizar em partidos políticos, podendo, assim, participar abertamente do jogo democrático. As leis de exceção estão sendo removidas e, para as eleições do próximo ano, pretendemos acabar com as causas das fraudes e as influências do poder econômico, que conspurcam o processo político e violentam a consciência dos eleitores. Estamos nos entendendo com todos os partidos, acertando um pacto político que antecederá a Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, exigência nacional e que já decidimos convocar imediatamente.

Nestes dois meses de reencontro do povo com o Governo até a inflação baixou.

Em dois meses de Governo, criei o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Coloquei à frente desse novo desafio um homem que conhece os problemas fundiários e procurei, num equilíbrio necessário à paz social, todas as correntes envolvidas na área, para que participassem desse projeto.

Agora, estou apresentando para debate a proposta do 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária, inspirado no Estatuto da Terra.

Ao mesmo tempo, o Ministério da Agricultura inicia um programa de apoio ao setor primário, tornando-o verdadeiramente prioritário. Dou cumprimento à Lei n.º 4.504, em consonância com o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, cujas diretrizes estão colocadas para apreciação por todos os segmentos sociais.

Os trabalhadores rurais, empregados e empregadores, serão ouvidos e ajudarão a decidir. Aplicar o Estatuto da Terra é respeitar o homem do campo e assegurar a milhões de brasileiros o direito de não sofrer a mais degradante das privações humanas, que é a fome. Desenvolvendo a agricultura, garantindo ocupação aos lavradores, vamos ter, também, as nossas indústrias produzindo mais, e o trabalho vencendo o desemprego nas cidades.

Assegurar a propriedade da terra a quem queira nela trabalhar, não é, apenas, ato de reparação de uma preterição histórica multissecular, mas, também, decisão política que atende as carências do presente e previne as necessidades do futuro.

Foi a ousadia e o sacrifício de homens e mulheres batalhando a terra que permitiram aos brasileiros conquistar a

maior parte deste Continente. E a tornaram de tal modo fecunda que, com eu esforço, pagaram, por um largo período, o preço das fábricas, das usinas e das indústrias.

Nesse processo de ocupação e exploração do solo concentrou-se a propriedade e a posse da terra em níveis perigosos para o bem-estar dos brasileiros e a estabilidade de suas instituições políticas e sociais.

É deplorável constatar que 1% das propriedades rurais representa, hoje, 45% da área rural integral. Isto é o latifúndio devorante, agravo que pesa desde as primeiras sesmarias e que se tornou o símbolo oneroso de um desequilíbrio que se traduz em ineficiência econômica e incapacidade produtiva.

O direito à propriedade da terra pode ser ameaçado pelo Estado e pelos próprios indivíduos quando concentram imensas áreas improdutivas, e ainda impedem que outros nela produzam.

Assim, o Programa de Reforma Agrária do Governo não é contra a propriedade, mas um meio de democratizá-la, tornando-a acessível a milhões de brasileiros. É um sincero programa de Governo, não um lance de retórica; é um projeto político de alcance nacional, não um conceito técnico ou um exercício de afirmação ideológica. É uma busca de solução sem traumas. E nesse sentido é meu dever uma palavra de louvor pelo que a Igreja Católica tem feito, procurando mediar os conflitos, assistindo os desamparados e revigorando a fé na promessa divina da redenção aos injustiçados.

A política fundiária é também um capítulo da política agrícola para que se cumpra a função social da terra, a de produzir para uma sociedade que se urbanizou, evitar o êxodo rural, possibilitar a diminuição de impostos sobre a produção

agrícola, de modo que, reduzidos os custos da produção, possamos ter comida barata para o nosso povo. Por outro lado, devemos acompanhar os programas de colonização pública e privada para que não se tenha, de forma alguma, a legalização da grilagem. Aplicar medidas duras para evitar a violência dos conflitos, cujo ônus maior recai nos desprotegidos posseiros. Violência que a cada dia é mais dramática, e muitas vezes gerada por conflitos urdidos para alcançar objetivos subalternos. Ninguém deseja violar a propriedade. Mas cumprir a Constituição que a submete ao interesse social. Nós sabemos que sem democracia econômica não há liberdade, e sem liberdade os trabalhadores são os primeiros a ser esmagados.

Queremos justiça no campo. Queremos aquilo que Deus determinou aos homens — paz na Terra. E a terra, aí, é o barro duro do trabalho dos pobres.



27 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTA-  
LAÇÃO OFICIAL DA COMISSÃO NACIO-  
NAL DO ANO INTERNACIONAL DA JU-  
VENTUDE

Ao instalar a Comissão Nacional do Ano Internacional da Juventude, o Brasil se junta a inúmeros países que, sob inspiração da Organização das Nações Unidas, decidiram dedicar o ano de 1985 à reflexão e ao desenvolvimento de ações relacionadas com necessidades, anseios e perspectivas dos jovens.

Nossos jovens, entre 15 a 24 anos, constituem cerca de um quinto de nossa população. Representam mais de um quarto da mão-de-obra empregada nos centros urbanos e aproximadamente um terço dos trabalhadores rurais. Seus problemas e aspirações não podem, portanto, ser relegados, sob pena de comprometer seriamente o próprio destino nacional.

Nos países em desenvolvimento, os problemas que afligem nossa juventude tornam-se tanto mais complexos quanto mais traduzem os profundos desníveis que separam regiões,

grupos sociais, setores da economia caracterizados por diferentes conteúdos tecnológicos, afora as dificuldades entre os meios rural e urbano.

Embora se constate uma crescente modernização do setor primário, a verdade é que o jovem, no meio rural, tem um limitado acesso aos serviços básicos — mormente à educação —, voltando-se prematuramente para outras atividades, pela absoluta impossibilidade de prosseguir — ou muitas vezes ingressar — na escola. No campo, encontram-se, por isso mesmo, três quartos dos jovens brasileiros não alfabetizados.

Na cidade, enfrentam os jovens, freqüentemente, a falta de oportunidades ocupacionais. Atividades sem perspectiva de progresso, que perpetuam situações de pobreza aguda, em que o emprego é inseguro, a renda é tão incerta como variável e as possibilidades de carreira inexistentes. Boa parte destes jovens constitui a clientela de nossas escolas noturnas.

Nesse quadro, é natural que a educação se confunda com as expectativas de ascensão e de integração social. Suas funções são, de fato, múltiplas, podendo-se, entretanto, ressaltar seu papel como agente social, sobretudo em lares desfeitos pela migração do chefe de família.

A Nova República, em consonância com o que preconiza a Organização das Nações Unidas, entende que a busca do desenvolvimento e a luta pela paz não podem prescindir da ativa participação da juventude. Essa participação dispensa encorajamento, porque nos jovens está a mais clara e manifesta certeza de que somente a democracia pode viabilizar o progresso com justiça social.

O Governo convida os jovens a se associarem à patriótica tarefa de modernização e democratização das instituições

políticas nacionais e, através delas, estabelecer padrões de comportamento econômico e conduta social, compatíveis com as exigências do povo brasileiro.

Aos ilustres membros desta importante Comissão, quero transmitir a minha esperança de recolher subsídios à formulação de uma política para a juventude brasileira. Tenho a convicção de que, assim procedendo, estaremos cuidando, com responsabilidade e amor, do futuro do Brasil.

Como símbolo, gesto e expressão do nosso sentimento, escolhemos para Presidente de Honra deste órgão, o mais jovem brasileiro, a juventude com gosto de perenidade, porque é feita de caráter, patriotismo, doação e grandeza: Sobral Pinto.



28 DE MAIO  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SEU  
DESPACHO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Estou aqui, hoje, no Ministério da Agricultura, iniciando uma prática administrativa que acho extremamente importante. Eu cheguei à conclusão de que o Presidente da República tem grandes poderes na Constituição. Mas que, na realidade, são frágeis os instrumentos de que ele dispõe, hoje, para fazer com que as políticas decididas sejam cumpridas. Então, é necessário que se unifique a linguagem em todos os setores da Administração Pública, que se motive a máquina administrativa, e que as ordens do Presidente da República sejam cumpridas em benefício da Nação.

Aqui, hoje, nós discutimos, em companhia do Ministro Pedro Simon, com todos os chefes e dirigentes de órgãos deste Ministério, uma maneira de, a começar pelo Ministério da Agricultura, termos uma ação solidária do Governo, recomendando que, em prática democrática, se motive a Administra-

ção Pública a cumprir a grande tarefa da Nova República. Que os dirigentes que aqui estiveram façam reuniões como esta com os seus subordinados, e que todos estejam motivados para a tarefa que é hoje o grande desafio: vencer a crise que o País atravessa.

Neste sentido, recomendei que como ponto principal devemos ter credibilidade perante a opinião pública. Ninguém pode anunciar programa se não tiver uma base segura de que ele possa ser executado. Ninguém pode deixar de dizer aquilo que seja a verdade em relação às nossas dificuldades e à realidade da nossa Administração Pública: austeridade no trato da coisa pública. O poder não é uma festa: é um sacrifício. Mas é um sacrifício em benefício de todos. Ao mesmo tempo, devemos todos estar unidos, unidos pela tarefa mais alta que é essa que hoje nos traz aqui ao Ministério da Agricultura e que nos levará a todos os Ministérios, a todos os ramos da Administração Pública.

Assim, o que desejamos é que no Brasil, hoje, para cumprirmos as políticas que devem ser deflagradas, nós tenhamos uma equipe que fale uma só linguagem, que tenha só um objetivo, que tenha um só ideal.

É esse o motivo da minha presença no Ministério da Agricultura, começando a costurar essa unidade, essa nova mentalidade, essa garra com que levaremos avante e venceremos as tempestades que o País enfrenta neste instante.

29 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO DAR POSSE AO MINIS-  
TRO DA CULTURA ALUÍSIO PIMENTA

Com justificada honra, o Governo passa a contar na Pasta da Cultura, a partir de hoje, com a inteligência, a cultura e o espírito público do Professor Aluísio Pimenta.

Vem ele da presidência da Fundação João Pinheiro, que, em Minas Gerais, constitui uma entidade que tem espaço consagrado no Brasil, pelo que realiza no estudo e na reflexão dos problemas daquele Estado e dos problemas do Brasil.

O Ministério da Cultura é uma pasta extremamente importante na paisagem da Nova República. Sabemos perfeitamente que a sociedade industrial gera valores materiais, esmaga os valores espirituais e posterga os valores culturais. O Brasil jamais poderá ser uma grande potência econômica se não for uma grande potência cultural. É essa tarefa de organizar, no nível da Administração Federal, um ministério voltado para os problemas da Cultura, que, a partir deste instante, cabe a Vossa Excelência, Senhor Ministro Aluísio Pi-

menta. Temos confiança na sua ação e no seu trabalho. Desejamos-lhe êxito absoluto na missão.

30 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER MEMBROS  
DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-  
ESTADOS UNIDOS

É com grande alegria e imenso prazer que recebo a todos nesta tarde, ao mesmo tempo que presto, em nome do Governo, a minha homenagem aos empresários brasileiros e norte-americanos que trabalham em benefício de nossas relações e do desenvolvimento de nossos povos.

Recebo o Conselho Empresarial lembrando a contribuição que seus membros têm dado ao desenvolvimento e à modernização da economia brasileira, bem como o trabalho que ele tem tido para manter um diálogo efetivo e estimular o fluxo bilateral de comércio e de cooperação industrial.

Sei que para alcançar esse objetivo e melhorar cada vez mais as nossas relações, posso contar com o apoio dos homens de empresa, que comigo participam das nossas preocupações. Convoco-os à construção do futuro, com seus esforços e as suas propostas, seguros de que a liberdade e a justiça são os funda-

mentos do Estado e da sociedade democrática, que todos estamos construindo.

Tenho dito e devo repetir perante os Senhores: a iniciativa privada é a grande alavanca da riqueza na vida democrática. Sem liberdade econômica não há liberdade política. Onde a liberdade econômica entra em colapso, os direitos individuais acabam e a própria liberdade, no seu todo, morre.

Agora mesmo, dentro da meta do desenvolvimento com justiça social, estamos iniciando aqui no Brasil um processo de reforma agrária, com o objetivo de acabar com a violência no campo, de restabelecer a paz no setor rural, onde sofrem tantos brasileiros injustiçados, de possibilitar a produção de alimentos, de evitar o êxodo rural. Não estamos iniciando uma guerra, ou abrindo uma ferida. Ao contrário, estamos trabalhando pelos mecanismos da convivência pacífica. Essa Reforma, portanto, busca a paz e não a discórdia. Desejo que o debate, como ocorre em toda a sociedade democrática, seja feito de maneira não passional.

Desejo manifestar-lhes a minha inabalável determinação de praticar a justiça social em regime de plena liberdade, assegurando a todos os brasileiros o direito de empreender e criar riquezas e de viver sob a égide de organização social que assegure, a cada um, o direito a padrões de vida compatíveis com a dignidade humana.

Desejo que esta reunião tenha absoluto sucesso.

Sou grato pela gentileza da visita de todos os Senhores, a quem desejo manifestar os meus votos de êxito empresarial e bastante felicidade pessoal.

31 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO LAN-  
ÇAMENTO DO PROGRAMA "EDUCA-  
ÇÃO PARA TODOS"

Estamos aqui reunidos para uma grande e uma nobre tarefa: darmos início à modificação do atual quadro do ensino básico em nosso País.

Ao lançar este Programa assinalo que o Governo dá um passo firme no propósito de assegurar educação fundamental para todos, diretriz que se inscreve entre os compromissos inadiáveis e fundamentais com a Nação brasileira, que nós todos assumimos através da Aliança Democrática.

A sociedade não pode conviver com a dramática realidade formada por milhões de crianças fora da escola. Se não soubermos conduzir nossas energias para superação desse quadro, certamente estaremos comprometendo o nosso futuro. Jamais seremos uma nação efetivamente livre, se o Estado não cumprir o indeclinável dever de proporcionar igualdade de oportunidades educacionais.

“Educação para Todos”, programa que hoje submetemos à Nação, é um testemunho da inabalável determinação da Nova República em propiciar a universalização da educação pública. A universalização da educação reclama uma ampla mobilização social, capaz de reabilitar a educação como valor, capaz de possibilitar uma permanente revisão de objetivos e capaz, enfim, de despertar a consciência nacional para o significado político e social da educação.

O Programa hoje lançado — “Educação para Todos” — deverá voltar-se para a elevação da produtividade do ensino, preservando espaço para as peculiaridades locais e regionais. Esses objetivos somente serão alcançados mediante decisiva atuação do professor, condignamente remunerado e dispondo de adequadas condições de preparo e de trabalho.

Incumbe ao Programa ampliar as oportunidades de acesso à escola, recuperar e reequipar a rede física, a fim de atender a demanda do ensino básico observando-se, nesse sentido, um criterioso sistema de planejamento. Não basta matricular; é indispensável que o aluno disponha de condições para permanecer na escola. Especialmente em razão da situação de pobreza do nosso povo, constituem requisitos imprescindíveis à consecução desse intuito o fornecimento de merenda escolar durante todo o ano letivo, e a distribuição de livro didático e material escolar em toda a rede pública.

Ao destacar esses objetivos, o Programa “Educação para Todos” revela, como singular característica, a simplicidade e a viabilidade. Simples, porque reúne metas de fácil verificação; viável, porque não mediremos esforços — a despeito das dificuldades financeiras e econômicas que o País experimenta — para alocar os recursos necessários à sua execução.

Tenho a convicção de que a Nação não faltará com seu apoio ao estabelecimento das metas consignadas neste Programa, porque tenho maior certeza de que a educação é o verdadeiro caminho da mudança, que é hoje a grande exigência do povo brasileiro.

Rendo também, neste instante, a minha homenagem, pelo esforço desenvolvido pelo Ministro Marco Maciel na deflagração dos objetivos constantes do nosso programa de governo.



03 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE ASSI-  
NATURA DE ATOS DE INTERESSE DA  
ÁREA AMBIENTAL

Em primeiro lugar, quero, em nome do Governo, agradecer a colaboração que tem dado ao País, neste curto prazo que exerce o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, o Senhor Ministro Flávio Peixoto. Ele, neste instante, dá mais uma prova da sua absoluta sintonia com os objetivos da Nova República, ao executar política do Governo no sentido de dar ênfase total aos nossos problemas ecológicos.

Há alguns anos, lembro-me que, no Museu de História Natural, em Nova Iorque, assistia a uma palestra do Professor Van Welder, que dizia que a grande palavra que iríamos ouvir no futuro, cada vez com maior intensidade, *the big word*, seria, sem dúvida, a palavra *ecologia*.

O Governo tem absoluta certeza de que o Brasil, como uma nação jovem, não pode incorrer no erro das velhas nações que desprezaram o que se pode chamar de os direitos da

Natureza. Porque criaremos um tipo de rebelião, que é a rebelião da Natureza negando espaço à sobrevivência do Homem.

É com essa visão que o Governo enfrentará, sem dúvida, da maneira mais decisiva, os problemas ambientais. Problemas de poluição do ar, das águas, poluição industrial e toda a sorte de poluição, de modo que se possam terminar estes tempos de trabalho dizendo ao País que cumprimos com o nosso dever. O Homem ainda é o recurso mais importante da Natureza. Mas ele não pode se voltar contra a própria Natureza e contra o seu próprio espaço.

Encerro estas palavras dizendo que em toda a aventura humana há uma coisa que fica, conforme li em *The New World*: o Homem continua sendo um caçador.

Hoje, porém, ele não busca uma caça, mas busca uma grande esperança.

04 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER O DEPUTA-  
DO FEDERAL HUMBERTO SOUTO  
(PFL/MG), ACOMPANHADO DE PREFEI-  
TOS DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE

Desejo agradecer, nesta oportunidade, ter aqui no Palácio do Planalto velhos companheiros de lutas e, ao mesmo tempo, muitos representantes da classe política, a que tenho a honra de pertencer. Classe de gente sofrida e dedicada à solução dos problemas, como estamos vendo aqui, todos mobilizados em benefício da obtenção de obras públicas.

Não há dúvida nenhuma, pelo que ouvi aqui, pelos dados técnicos, pela constância e pelo tempo que se vem lutando por essas obras, que elas são extremamente prioritárias.

Quero dizer aos Senhores que não tenho condições, neste instante, com apenas 2 meses de governo, de afirmar que poderemos imediatamente tocar essas obras. Por nossa avaliação da disponibilidade dos instrumentos de decisão, eles ainda não estão à disposição do Presidente da República, de modo que ele possa, numa linguagem franca, sincera e honesta,

dizer o que pode fazer e o que não pode fazer. Mas posso dizer que vou mandar o Senhor Ministro dos Transportes e o Superintendente da SUDENE, em conjunto, examinarem a situação dessas obras e mobilizar o Governo, de modo que se possa viabilizar esse atendimento.

Sei perfeitamente das dificuldades dessa Região, que vou homenagear, falando num município, mas nele homenageando a todos os presentes, que é Montes Claros. Nele, certa vez, estive, numa reunião da SUDENE, e fiquei certo de que a noção, a visão do Polígono das Secas, a visão do Nordeste não é uma visão geográfica. Ela é uma visão espiritual, porque verifiquei, naquela área, que o Nordeste estendia-se quase que num sentimento, para ser um só estado de espírito, estado de espírito que se manifestava na consciência de todos, em lutar em favor da solução dos problemas de sua Região. Tenho também um dado pessoal em relação a Montes Claros. Sempre falo nisso ao Deputado Humberto Souto, que está em débito comigo a esse respeito. E aproveito esta oportunidade para lhe fazer uma cobrança pública: meu bisavô morreu em Montes Claros. Como juiz ele foi para Montes Claros e ali, aos 29 anos, morreu. Pedi ao Deputado que pesquisasse, no Cartório de Montes Claros, a passagem do João Leopoldino Ferreira por aquela cidade.

No mais, o que devo dizer aos Senhores é que estou aqui numa missão que não pedi, mas que me foi entregue pelo destino e, como político, espero nessa missão honrar os políticos e cumprir com o meu dever.

10 DE JUNHO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SEU  
DESPACHO NO MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

Estou aqui para, como Chefe do Governo, tentar unificar a linguagem daqueles que constituem a equipe dirigente da Nova República. Ao mesmo tempo para oferecer diretrizes de governo e receber, humildemente, a colaboração e a vivência daqueles que têm a missão do barro diário do trabalho.

Minha visita deixa clara a disposição de um governo orientado para a participação e para a integração. A integração começa dentro da equipe governamental, promovendo uma saudável permuta de idéias e democratizando, ao mesmo tempo, o planejamento administrativo.

Desejamos também estabelecer uma permanente política de acompanhamento e controle para que o Presidente da República, nas suas responsabilidades, tenha uma visão do andamento da coisa pública. A base da política governamental é a busca da credibilidade perante o povo, que só pode ser

obtida através da verdade nas informações, uma nitidez nas intenções, austeridade, eficiência e simplicidade, como simples é o povo brasileiro.

Aqui no Ministério da Educação estão muitos profissionais que têm dedicado a sua vida ao serviço público no setor da Educação. E a crise educacional brasileira está situada no bojo da crise geral. É preciso que exista no País uma vontade política, uma consciência nacional de mudança para ajudar o Governo a promover, de logo, as reformas de que o País necessita. Repensar o modelo universitário, colocar nossas disponibilidades científicas e tecnológicas a serviço da Educação. Entrar fundo na educação básica, dignificar e dar melhores condições de vida e trabalho ao magistério.

Ouvi, nesta manhã, a difícil situação que atravessou e atravessa o Ministério da Educação. A perda da sua importância política, a diminuição dos seus recursos para executar essa tarefa tão fundamental que é a tarefa educacional. Visão que se pode constatar nas cifras que temos e ouvimos sobre o ensino básico: mais de 8 milhões de crianças sem escolas; cerca de 26% da população compostos de analfabetos; e a dificuldade de instrumentação daqueles que trabalham na educação para enfrentar esse quadro que não é dramático porque é trágico. O problema da universidade. A perda constante também dos recursos a ela destinados. A situação do Ministério da Educação como um todo também na queda de recursos, queda essa que chega a um nível impossível de fazer funcionar bem a simples máquina administrativa.

É natural, portanto, que os que aqui trabalham e os que trabalham na Educação tenham o seu espírito desestimulado, e até mesmo tenham tido motivo de desesperança. Ainda não

posso trazer otimismo ao povo brasileiro. Mas já posso trazer menos pessimismo. Já posso dizer que hoje tenho uma grande dose de confiança de que nós vamos vencer a crise que o País atravessa. A cada dia, com o apoio e a compreensão do povo, a equipe que duramente enfrentou esse momento de transição, momento que teve até mesmo aquele instante pior que foi o da tragédia da morte do nosso Chefe Tancredo Neves, tenho absoluta certeza de que vamos vencer, vamos superar essa crise. E aqui estou para motivar todos que trabalham no setor da Educação, dizendo que nós temos consciência do que ele representa para o futuro do País. O futuro do Mundo não será marcado entre ricos e pobres, mas entre aqueles que dispõem de bens espirituais e aqueles que estão escravos do atraso científico e tecnológico. Aí é que vai ser travada a grande batalha de separação da Humanidade. E se perdermos a batalha da educação, perderemos a batalha do futuro.

Mais do que traduzir uma conduta democrática, essa prática de visitar, de estar juntos com aqueles que trabalham nos diversos órgãos, tem o intuito de propiciar maior integração e maior eficácia das políticas governamentais. Somente assim a Nova República caminhará na trilha do progresso e da democracia, rompendo o isolamento que se instalou entre o Governo e a sociedade, e habilitando-se para responder mais prontamente aos anseios sociais.

Com efeito, os nossos problemas educacionais são dramáticos e exigem soluções e medidas urgentes. A universalização do ensino básico não é apenas o imperativo de justiça social, mas uma política voltada para assegurar a extensão da verdadeira cidadania a todos os brasileiros. E atender a mão-de-obra qualificada em uma sociedade que se dispõe a expan-

dir o mercado interno e a competir eficientemente no mercado internacional.

Confio que o programa “Educação para Todos”, que sancionei há poucos dias, haverá de traduzir a inabalável determinação governamental de tornar exequível a universalização da educação, possibilitando-nos ultrapassar a real fronteira que nos separa do desenvolvimento.

A Educação é assim compreendida pelo Governo como um instrumento capaz de permitir ao cidadão o acesso a conhecimentos, habilidades, valores e atitudes necessárias à consecução de um desenvolvimento justo e equilibrado que pretendemos alcançar.

Em verdade, a expansão de oportunidades educacionais importará em maiores expressões por mais e melhor educação em todos os níveis.

O Governo da Nova República não receia esse desdobramento de sua própria iniciativa. Ao contrário, está consciente de que novas condições sócio-culturais poderão ensejar maior criatividade nas soluções dos problemas crônicos que afligem a sociedade brasileira.

Vamos, finalmente, aceitar a idéia de que a educação é esforço permanente, sem o qual se tornará cada vez mais difícil exercer atividades criativas numa sociedade cada vez mais complexa e exigente de conhecimentos gerais e de habilidades específicas.

Sei que a missão do Ministério é complexa. Cabe-lhe liderar e coordenar esforços numa área que se estende desde o apoio ao ensino básico, ao esporte, até os fomentos mais avançados dos projetos de pesquisas científica e tecnológica.

Sei também que o bom desempenho dessa missão pressupõe a cooperação constante com os Estados e Municípios, com outros Ministérios e com inúmeras instituições que no País ou no Exterior se dedicam aos mesmos fins. Sei, além disso, que as ações educativas, para lograrem êxito, precisam apoiar-se em outros serviços sociais básicos que embora escapem aos limites de sua atuação imediata, refletem a exigência de tratar os problemas sociais em sua globalidade. Mencionei como exemplos os serviços de saúde, de nutrição, bem como as iniciativas referentes à criação de empregos que possam absorver os egressos do sistema educacional.

Temos aqui, no Ministério da Educação, um dos melhores homens públicos deste País, o Senador Marco Maciel. O Governo tem plena consciência e absoluta certeza de que ninguém mais do que ele, na missão que lhe foi entregue, saberá cumprir com o seu dever. Dele podemos dizer que é um fanático do trabalho.

E para finalizar esta minha visita ao Ministério da Educação, quero dizer a todos que trabalham na equipe da Nova República que nós vamos pertencer a uma geração que teve, perante a História deste País, um grande desafio, e que venceu este desafio.

Estamos aqui para unificar a nossa linguagem. Dizer que nós temos que confiar naqueles que trabalham no serviço público, não só os chefes, mas também a importância do menor servidor do Ministério, no êxito dos programas que temos que enfrentar. O progresso começa dentro de cada um. E a mudança dessa mentalidade, de que o Brasil mudou e vai mudar cada vez mais, que nós aqui estamos para, de mãos juntas,

todos, como se fôssemos uma só força, iniciarmos essa grande caminhada que nos foi entregue pelo povo brasileiro.

O Senador Marco Maciel me entrega uma exposição-de-motivos sobre o Ensino à Distância. Esse é um ramo extraordinário que temos pela frente: colocar a serviço da educação as novas técnicas.

Foi lembrado aqui um pequeno fato que realmente me comoveu pessoalmente. Foi lembrado o trabalho pioneiro que há 20 anos nós começamos no Maranhão, quando no Brasil não existia nenhum trabalho dessa natureza. Colocamos a televisão a serviço da Educação, criando a TV Didática, com circuito fechado de televisão. Transformando velhas oficinas em 50 salas de aula, colocamos circuito fechado de televisão para multiplicar o número de bons professores que não tínhamos. Mandamos técnicos para o Japão. Formamos uma equipe que lá está até hoje, funcionando, com pequeno recurso.

Agora, que está à disposição do País um imenso campo que começa no satélite doméstico, nós não podemos permitir que ele fique girando enquanto aí estão milhões de analfabetos, enquanto ele pode ser instrumento do saber, um novo campo a serviço da educação, levando conhecimento, melhorando a vida, condição de, no futuro, cada um ter um direito e um lugar ao sol.

Muito obrigado. Saio revigorado desta visita ao Ministério da Educação.

10 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER OS MEM-  
BROS DA COMISSÃO DE REPRESENTAN-  
TES DA COMUNIDADE CIENTÍFICA

Este encontro representa um momento importante no diálogo do Governo com as pessoas que consagram suas vidas à Ciência e à Tecnologia.

A época em que vivemos testemunha uma mudança nos meios de produção mais significativa do que a revolução industrial, graças ao acelerado desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

No mundo de hoje, o conhecimento científico e tecnológico é sinônimo de soberania.

De Gaule, na Presidência da França, falou da necessidade de “incentivar incansavelmente nossa pesquisa científica e tecnológica, a fim de evitar o risco de cairmos na amarga mediocridade ou sermos colonizados pelas atividades, invenções e capacidades de outros países”.

Eu acho que o mundo do futuro não será balizado entre ricos e pobres, mas entre aqueles que dispõem de bens espirituais e aqueles que estão escravos do atraso tecnológico e científico.

Essa interação entre o saber e o poder — no sentido mais concreto e imediato da capacidade do homem de dominar a Natureza, colocando-a a serviço de suas necessidades — tem sido a mola mestra do progresso e, historicamente, explica grande parte das disparidades hoje existentes entre as nações.

Enquanto os países desenvolvidos reservam de dois a três por cento de seu produto interno bruto à pesquisa científica e tecnológica, o Brasil não investe mais de 0,6% do PIB nesta área.

Representa fato da maior gravidade constatar que houve uma substancial deterioração, em termos reais, dos recursos disponíveis para a Ciência e a Tecnologia.

A Ciência e a Educação estão relegadas a plano secundário e, em conseqüência, os pesquisadores estiveram afastados do centro de decisão.

Em 1975, apresentei, como Senador, no Congresso Nacional, o projeto-de-lei número 80, que criava o fundo de fixação de cientistas no País.

Visava a fazer voltar ao Brasil os cérebros que dele emigraram e atrair a inteligência para romper o fosso tecnológico. Na justificativa dizia: “conhecimento científico e tecnológico de alto nível são hoje assuntos tratados como segredo de Estado pelos países mais desenvolvidos que nos vendem produtos mas não nos permitem que lhes absorve e incorpore a tecnologia ou, em alguns casos, simplesmente não nos vendem sequer os produtos. Necessitamos da pesquisa, destas

descobertas, destes conhecimentos, mas eles não estão disponíveis, restando como única alternativa criá-los”.

Tenho conhecimento dos problemas que constituem o cotidiano daqueles que se dedicam abnegadamente à pesquisa nos laboratórios de nossas universidades e institutos.

Não ignoro os obstáculos que se antepõem aos jovens que, animados pela chama do idealismo, freqüentam cursos de pós-graduação, percebendo bolsas cujo valor aquisitivo vem sendo severamente corroído ao longo dos anos.

Nesse propósito, decidi que, ao lado da atividade agrícola, seja o setor excluído dos cortes orçamentários.

Em cumprimento a essa orientação, solicitei ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia que, em articulação com o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, realizasse um levantamento dos recursos que precisam ser aplicados de imediato para assegurar a continuidade dos projetos de pesquisa e dos programas de capacitação de recursos humanos.

Estes recursos suplementares deverão permitir o desenvolvimento de ações que constituem um plano de emergência para a ciência brasileira.

Senhores representantes, da comunidade científica.

O Brasil, como país em desenvolvimento, não poderia prescindir da Ciência e da Tecnologia para superar as distâncias que ainda nos separam das metas de progresso econômico e bem-estar social.

Não nos será possível passar a uma era de abundância, a que todos almejamos, sem o domínio efetivo das técnicas que fizeram de outros povos sujeitos — e não mero objeto — da História.

Necessito da colaboração da comunidade, aqui representada por alguns de seus membros mais ilustres, para formular planos e traçar programas que não devem ser estabelecidos como atos unilaterais do Governo.

Acabo de chegar do ME e pedi que de imediato se incorporem novas técnicas a serviço da Educação, para superar nossos índices trágicos de inferioridade educacional.

Aí está aberto o campo imenso dos satélites, possibilitando o uso da TV didática em todos os campos e em todos os lugares.

Podem os Senhores confiar em que meu governo irá incorporá-los ao processo de decisão para o setor.

Em contrapartida, espero poder contar com o resultado de suas pesquisas e labor para que a Nova República possa se tornar, para as gerações que nos sucederão, em sinônimo de nova sociedade.

12 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA - DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER COMISSÃO  
PARA ENTREGA DO DISCO "NORDESTE  
JÁ"

Há dois dias reuníamos aqui no Palácio do Planalto, as mais altas expressões da Ciência e da Tecnologia do País, para a assinatura de um ato de apoio e de revigoração da pesquisa científica.

Hoje, esta Casa parece que tem um brilho refletido, uma luz diferente, que é a luz do talento e dos momentos importantes da inteligência brasileira, que constituem, sem dúvida, os artistas que aqui estão. De minha parte, presidindo a esta solenidade, desejo enfatizar a importância que o governo da Nova República dá aos problemas da Cultura. E terá sempre os ouvidos abertos, os olhos bem presentes para ouvir e para ver. Ouvir os reclamos, as reivindicações e as sugestões. E os olhos para ver e aplaudir tudo aquilo que fazem, em favor da cultura brasileira, os grandes artistas deste País.

Esta é uma idéia generosa. Generosa em si mesma, porque os nossos artistas, trabalhando com o barro da Humanidade, oferecem um pouco do seu talento, através dos seus direitos autorais, em favor da nossa sofrida região do Nordeste brasileiro.

O Senador Marcos Freire, líder daquela área, sensível aos problemas da terra e também aos problemas culturais, coloca a Caixa na linha da vocação social do Governo. E absolutamente sintonizados com esta diretriz juntamo-nos para procurar fazer em todos os setores, no máximo e no mínimo, tudo o que for possível em favor das populações mais humildes deste País.

Devo, assim, em nome do Governo, louvar a Caixa pela idéia e agradecer aos artistas pelo gesto, sem deixar de ressaltar que a experiência que a Caixa faz, hoje, do disco numerado, é um exemplo que o Governo espera que seja seguido.

10 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA - DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, ATRAVÉS DA TELEVISÃO  
PORTUGUESA, QUANDO DA CONCLU-  
SÃO DOS ACORDOS QUE INTEGRAM A  
COMUNIDADE EUROPÉIA

Em nome do povo brasileiro, saúdo a Nação portuguesa no momento da conclusão dos Acordos que a integram a Comunidade Européia.

O Brasil vê na participação de Portugal, nessa entidade internacional, o alargamento de sua influência sempre devotada às causas de cooperação e da harmonia entre os povos.

Tudo que ocorre na vida portuguesa tem reflexos no Brasil. Pelas nossas raízes, pela nossa cultura, pela nossa história, pelo nosso destino comum, no presente e nos caminhos do futuro.

Enriquecendo os elementos de diálogo da Comunidade Européia, a contribuição portuguesa será fiel à sua índole conciliatória e à sua vocação universalista.

Da parte do Brasil, espero o fortalecimento ainda maior dos laços singulares que unem brasileiros e portugueses.

Agradeço o simpático convite para este pronunciamento e renovo a mensagem de profunda amizade fraternal do povo português.

15 DE JUNHO  
CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA  
DO TRÓPICO SEMI-ÁRIDO DA EMBRAPA  
PETROLINA-PE

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SUA VI  
SITA À EMBRAPA

Eu não pretendia falar porque esta é uma viagem de trabalho. Estou desejoso, e acho que esta é uma das funções maiores do Governo democrático: falar menos, ordenar menos e ouvir mais. Mas me animei, diante das palavras aqui proferidas pelo diretor do Centro, pelo presidente da EMBRAPA, pelo doutor Geraldo Rolla, a tentar fazer uma justificativa de uma viagem que poderia parecer aparentemente uma viagem de trabalho não plenamente justificada.

Li alguma coisa sobre problemas do setor primário no Brasil — agricultura, irrigação —, mas tenho um exemplo que me foi dado quando o Comandante Bormann foi à Lua, depois de preparado durante muitos anos para aquela missão. E ele conhecia aonde ia pisar. Ele tinha uma frase — ele achava que sabia tudo sobre aquela região —: “Nada se compara ao

olho do Homem, preciso ver". Assim como ele, eu queria ver um projeto de irrigação funcionando. E, também, com um pouco de veleidade de intelectual da Província do Maranhão, pensei um pouco: eu preciso me aconselhar com as águas do São Francisco. Esse rio legendário, que é uma personalidade no País. O Velho Chico tem um exemplo muito grande a nos dar em suas águas. Ele nasce numa área bem perto de uma região rica. Podia ter corrido para uma região rica, como todo mundo vai de uma região pobre para uma região rica. Mas as suas águas não foram para a região rica. Vieram para a região pobre. Talvez seja esta uma lição, a Natureza foi o primeiro mestre do Homem.

Neste instante, devemos seguir o exemplo das águas do São Francisco: ao invés de caminharmos, em matéria de opções do Governo, para as regiões ricas, caminhemos para a região pobre.

A agricultura é o setor prioritário do Governo. Os pobres são a opção prioritária do Governo. Nós, no Brasil, teremos, se as coisas continuarem como estão, teremos daqui a alguns anos, não um choque de petróleo, mas um choque de alimentos. Estamos ameaçados de sermos importadores, em grande escala, de alimentos, de diminuirmos, e até de não termos excedente de exportação, o que significa estarmos aumentando ainda mais a fome dentro do País.

Os países de grande população, pobres, se encaminharam para soluções como a irrigação. Doutor Rolla citou, aqui, o exemplo da China. A China, para alimentar 1 bilhão de pessoas, irrigou quase seus 50 milhões de hectares irrigáveis. A Índia, buscando, também, encontrou essa solução para a fome de sua grande população. E nós, no Brasil, estamos com

somente 1 milhão e 500 mil hectares irrigados. Daí a necessidade que temos de criar uma consciência nacional para inverter esse processo. Realmente é a irrigação o processo para aumentar a produção de alimentos que temos de buscar no País, porque multiplica a produtividade do solo. É mais justo, porque contempla a empresa maior, contempla a empresa média, e contempla, sobretudo, o pequeno que pode dispor de seu pedaço de terra. Lembro aí o Padre Vieira, o pequeno seu “enchido”, como ele falava, e ter então à sua disposição uma tecnologia que pode ser até rudimentar, mas que lhe abra condições de participar do conjunto da produção nacional.

Estamos atravessando uma situação muito difícil. Ontem, tivemos uma reunião e só ouvíamos falar — Simon não, que é o do Rio Grande do Sul — mas nós do Nordeste nunca ouvimos falar em números tão grandes: *trilhões*, déficit de trilhões, mais trilhões. É esta a nossa situação, realmente uma situação de caos na economia do País. Não quero suscitar aspirações que não possa cumprir, para que o Governo não perca a credibilidade. Por isso estou ouvindo mais, estou formando a consciência de que devemos fazer um programa ambicioso. Lembro-me do metrô do Rio de Janeiro — o Governador me dizia outro dia que custa diariamente Cr\$ 500 milhões: “Se a população do Rio, que anda de metrô, fosse de casa para o trabalho de táxi todo dia, seria mais barato que aquilo que o Governo paga pelo metrô”.

Com a metade do metrô teríamos modificado a situação do Nordeste no setor da irrigação.

Acho que este é o momento de, num país sem recursos, procurarmos ter imaginação, e buscar opções que sejam viáveis, que sejam necessárias. É esta a tarefa do Governo. Por

isso o Governo está humildemente ouvindo. Outro dia, alguém dizia: “Está na hora de parar de ouvir e falar”. Mas eu não vou aceitar esse conselho. Vou continuar ouvindo para seguir aquela lei do Rei Davi: “Tu guardarás tua língua, guardarás tua alma de muitos atropelos”.

Esta é a minha função aqui em Petrolina e Juazeiro. Acho que com isso acabei com a rivalidade: os dois governadores estão juntos.

Vim ver o que se está fazendo aqui com irrigação. Geraldo Rolla falou que 1 milhão de hectares irrigados são pouca coisa. É realmente pouca coisa. O Brasil, durante toda a sua existência, conseguiu irrigar apenas 1 milhão e 200 mil hectares. Isso não se faz do dia para a noite. Mas na minha cabeça bate esta cifra: irrigar um milhão de hectares durante nosso Governo para o Nordeste.

Deflagrar e criar uma consciência de que esse é o caminho, o caminho da política agrícola. Mas ele não está dissociado da necessidade que o País tem de resolver de uma vez por todas o grave problema da sua estrutura fundiária. Daí a conjugação da reforma agrária. Reforma agrária que é destinada não a criar a violência, mas a evitar a violência. Reforma agrária que se destina a redimir o País da injustiça que existe realmente para o sofrido homem do campo, que sentimos naquela face mostrada aqui e que nós podemos ver em milhões de brasileiros espalhados pelo País inteiro. Aumentar a produção nacional, evitar o êxodo rural daqueles que vão construir o metrô na cidade, metrô em que depois não andam, ou, quando andam, andam desempregados. É preciso que eles tenham condições de permanecer nas regiões onde estavam. Num projeto de 1 milhão de hectares irrigados, cer-

tamente teremos cerca de 6 milhões de pessoas fixadas. A reforma agrária não deseja de nenhuma maneira violentar a propriedade. Propriedade é um direito individual, faz parte da liberdade, e nós estamos justamente num regime democrático em que serão ampliadas as faixas de liberdade e não diminuídas.

As regiões improdutivas existem apenas para uma ficção de riqueza inútil e evidentemente estão contra a função social já consagrada na Constituição para a propriedade. Nessas áreas improdutivas, abandonadas, o teju que nós vimos aqui, o preá, a capivara, são mais importantes que o homem, o homem que precisa lavrar a terra, ali se localizar, criar sua família e participar da riqueza nacional.

A Reforma Agrária será realizada de acordo com o Estatuto da Terra, uma lei feita pelo Presidente Castello Branco, sem nenhum outro propósito que não seja uma reforma democrática, com a participação de todos, com o País demonstrando uma grande consciência de que deseja resolver esse problema.

Nós estamos num instante de encruzilhada realmente. O País tem que se modernizar em todos os setores. No setor administrativo, no setor econômico, no setor político, no setor fundiário. Em qualquer setor. Mas isso só se pode fazer com uma consciência de unidade nacional, que é preciso que se construa. Foi essa a unidade nacional que o Presidente Tancredo Neves construiu para a vitória. É essa unidade que eu desejo pedir humildemente a todos os brasileiros. Que se construa para construir o Brasil.



15 DE JUNHO  
BALCÃO DA SEDE DA PREFEITURA MU-  
NICIPAL JUAZEIRO-BA  
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO SAUDAR O POVO DE  
JUAZEIRO

Aos membros da nossa comitiva, há pouco eu dizia, em Petrolina, que vim numa viagem de trabalho, mais para ouvir do que para falar. Disse que vinha aconselhar-me com as águas do Rio São Francisco. Disse também o que vou repetir aqui: que o Rio São Francisco, este “Velho Chico”, dá exemplo aos que governam, porque ele, nascendo numa região rica, não foi para o Sul, ele veio para o Norte. Ele veio para a região pobre, e esse é o conselho que ele me dá: “O Governo tem que ter prioridade pelos pobres e o Nordeste é pobre”.

Assim, ao pisar o solo sagrado da Bahia, de tantas inspirações cívicas para este País, o que posso dizer é que, como Presidente deste País, apoiado pelo povo, eu cumprirei com meu dever.



15 DE JUNHO  
PREFEITURA MUNICIPAL  
PETROLINA-PE

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO ENCERRAR A REU-  
NIÃO DA EMBRAPA

É com uma profunda emoção que, no fim desta tarde, encerro esta reunião. Vamos em seguida fazer algumas visitas de trabalho e, depois, regressar a Brasília. Vim olhar o que aqui se faz sobre irrigação.

Desde os primeiros dias que assumi o Governo da República, não me tem saído da cabeça que a grande solução para o Nordeste está na agricultura. A grande solução para o Brasil está na agricultura. Nós devemos transformar esta prioridade em ação, porque, uma vez realizada, ela solucionará também os problemas do Brasil.

A indústria não vai resolver o problema de desemprego do País, mas o setor agrícola, bem encaminhado, vai ajudar a resolver o problema de desemprego no País. Tive oportunidade de dizer, pela manhã, que não queria suscitar aspirações que não pudéssemos cumprir, de modo que o Governo

mantenha aquela linha central por ele traçada, que é a linha de credibilidade. O Governo jamais deseja falar ao povo aquilo que não ache seja viável. Porque aí começa o caminho da descrença, aí começa o caminho da desilusão, aí começa o caminho da desesperança, que tem caracterizado os últimos anos deste País. Nós visitamos a EMBRAPA e verificamos ali o estudo e a solução de problemas tecnológicos referentes à irrigação, resolvidos, encaminhados. Não me impressionou somente o equipamento físico, mas os recursos humanos que ali estão, através dos técnicos que há tantos anos trabalham, diuturnamente, pela solução desses problemas.

Ouvimos aqui o presidente da CODEVASF, sobre um projeto já iniciado e a viabilidade de soluções dessa natureza. Ouvimos o superintendente da SUDENE relatar sobre a existência de muitos projetos emperrados, desativados e abandonados em muitos Estados. Ouvimos o superintendente e o diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, da mesma maneira, falar em muitos projetos também abandonados e desativados. Ouvimos o Governador de Pernambuco falar do trabalho que já faz o Estado e a impossibilidade que tem de encaminhar mais pela absoluta falta de recursos. Isso tudo me leva a crer que o problema mais grave da falta de confiança do País atinge esse setor primário. O que falta é todos passarmos a acreditar que as soluções são possíveis e que todos estamos de mãos dadas, desejosos de solucionar problemas.

O Governo aqui não vem trazendo o projeto pronto, feito em gabinete, pensado pelos técnicos, para anunciar programa de paz. Não. Vem para ouvir, procurar saber, estruturar soluções, depois submetê-las, debater, criar a consciência que

é preciso ser restaurada nesse País. Criar a confiança que perdemos no Brasil, a confiança de que vamos para a frente, que somos maior do que qualquer dificuldade que tenhamos, ou que possamos enfrentar.

O Governo e sua equipe se dispõem a essa posição e a essa postura. Logo iremos constituir um grupo de trabalho interministerial, composto pelo Senhor Ministro da Agricultura, pelo Senhor Ministro do Interior, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano e do Meio-Ambiente, para que se possa unir todos esses esforços que estão dispersos e criar aquela unidade de comportamento e unidade de ação. Vamos examinar a estrutura dos recursos e dar a ordem de começar e de avançar. Posso dizer ao Nordeste que não falharemos. Queremos e iremos executar uma política agrícola que esteja de acordo com as necessidades do País.

Devo repetir aquilo que disse a respeito da reforma agrária: ela não está sendo feita e nem será feita para criar a inquietação no setor rural. Ela é feita justamente para evitar a violência e para implantar a paz no setor rural. Porque é do meu dever — e eu o cumprirei em qualquer situação — não permitir jamais que o País entre em qualquer convulsão, e nela ele não entrará. Ao contrário, o que estamos fazendo é restaurar a paz, construir a unidade, unir os brasileiros, recuperar a esperança e iniciar a nova etapa da Nova República, que só será nova no momento em que o povo brasileiro tiver nova perspectiva de vida e nova certeza do seu futuro.



16 DE JUNHO  
AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELLA —  
SENADO FEDERAL  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ABER-  
TURA DA VII CONFERÊNCIA INTER-  
PARLAMENTAR EUROPA-AMÉRICA  
LATINA

A cena histórica desta Assembléia, reunindo o Parlamento europeu e o latino-americano, só é possível em virtude do extraordinário avanço democrático deste Continente.

Manifesto o reconhecimento do Povo e do Governo brasileiros pela presença da Delegação do Parlamento Europeu, chefiada pelo Senhor Pierre Pflimlin, cuja longa e respeitada experiência política e parlamentar, vivida na consolidação da moderna democracia européia, atesta o alto nível da participação mundial neste Conclave.

Minha homenagem aos representantes da Comissão Européia, Senhor Peter Sutherland, e do Conselho de Ministros das Comunidades, Senadora Susanna Agnelli, cujas presenças, ao lado dos numerosos delegados, evidenciam a importância que os países europeus emprestam às relações com a América Latina.

Agradeço igualmente a presença das expressivas delegações dos países irmãos da América Latina, a comprovar, com o elevado nível de seus integrantes, que o renascimento democrático em nossa América deixou de ser uma esperança, para transformar-se em uma realidade atuante sobre os destinos de nossos povos.

É de justiça a menção especial ao incansável trabalho que, em prol do Parlamento latino-americano e do diálogo político entre nossos países, vêm fazendo o Eminentíssimo Senador Nelson Carneiro e o Deputado José Carlos Teixeira, ao lado de um expressivo grupo de parlamentares brasileiros e latino-americanos, igualmente entusiastas da idéia da integração parlamentar na América Latina e do intercâmbio legislativo no mais alto nível, com outras regiões do Mundo.

Senhores Delegados,

A instituição parlamentar sempre foi, em nossa América, o grande aferidor das liberdades democráticas e um dos pilares da luta pelo aperfeiçoamento de nossa vida política e pelo respeito à dignidade e aos direitos do homem em nosso Continente.

A Europa tem na democracia uma conquista adquirida. Nossa democracia é luta, e luta árdua e sem tréguas. É luta que se faz ao mesmo tempo em que se incorporam ao nosso patrimônio político e moral direitos elementares, essenciais não apenas à cidadania, mas à própria sobrevivência do ser humano.

“Somos um pequeno gênero humano”, afirmava Bolívar em sua *Carta da Jamaica*, para dizer que a América Latina

é um Continente em formação, em busca de uma identidade permanente. Não tenho dúvidas de que a democracia, o pluralismo e a liberdade compõem uma parte substancial dessa identidade.

Da Europa vieram-nos fórmulas e conceitos impregnados do mais elevado humanismo, valores e aspirações que aqui encontram um campo fértil para crescer nos anseios de justiça e liberdade. Da Europa veio-nos a própria concepção da instituição parlamentar. Ao fazer nossos esses valores, tomamos em mão o nosso próprio destino e livramo-nos das tutelas. Foi na aspiração das lutas dos povos da Europa e do nosso próprio povo que fomos buscar o alento para prosseguir, incansáveis, na reconquista da democracia que vai hoje alterando a face do Continente.

Senhores Delegados,

O Parlamento latino-americano nasceu e cresceu sob a luz da nossa vocação para a democracia e a cooperação. E consolidou-se como uma importante dimensão política dos esforços de integração regional que de há muito ocupam nossos países.

O Governo brasileiro apóia com simpatia e interesse o exame da institucionalização do Parlamento latino-americano como foro de debates e de intercâmbio parlamentar.

Creio ter chegado o momento de desencadear-se os entendimentos entre nossos países para que a América Latina possa, também, construir seu parlamento participante, que seja a um tempo reflexo e ponto de apoio afinado com as nossas realidades e profundamente identificado com nossas aspirações de estabilidade política de progresso e bem-estar social.

As reuniões interparlamentares podem trazer a esse importante processo político um aporte fundamental. O diálogo e o intercâmbio de impressões e experiências com o Parlamento europeu servirão certamente de base para a consolidação de uma instituição parlamentar transnacional em nossa região.

Esse diálogo deve fortalecer-se. Não se substitui ao diálogo e ao entendimento político entre os governos latino-americanos e seus interlocutores europeus, individualmente ou reunidos sob a égide das comunidades. É este um canal complementar privilegiado, porque coloca em contato os representantes diretos do povo de cada Continente. A convivência política adquire uma nova dimensão, por força das identidades de valores e aspirações que aproximam os parlamentares.

Esse canal deve servir para uma profunda troca de impressões sobre todos os aspectos ligados à vida democrática. Não devemos limitar-nos, nesse intercâmbio, aos aspectos institucionais da democracia.

A democracia na América Latina exige muito mais do que o fortalecimento das suas instituições políticas. Pressupõe a estabilidade social e econômica, a diminuição das desigualdades sociais e regionais, a felicidade das pessoas e a garantia dos seus direitos mais elementares, que são o trabalho, a educação, a saúde.

Essa é uma aspiração nacional e, para ela, estamos trabalhando intensamente. Nossos projetos nacionais vêm passando por uma profunda revisão, mercê do impacto que neles teve a grave crise econômico-financeira que assola o mundo inteiro.

Para a retomada do nosso desenvolvimento não são suficientes as severas medidas internas de reformulação de nossa política econômica. Não podemos pagar a dívida externa se não pudermos exportar nossos produtos e se não tivermos por eles remuneração que cubra seus custos, que não avilte a mão-de-obra que os produz, que não aumente ainda mais o fosso quase intransponível entre os preços dos produtos primários e os preços dos bens de capital e o próprio custo do dinheiro no mercado financeiro internacional. Não podemos pagar a dívida externa com a fome e o desemprego.

Senhores Delegados,

De grande valor têm sido as contribuições que as Conferências Interparlamentares Europa-América Latina têm trazido ao diálogo político entre nossos Continentes. Esse diálogo tem assumido proporções crescentes, transcendendo a esfera dos interesses parlamentares e legislativos para inscrever-se no universo mais amplo das relações econômicas entre a Europa e a América Latina, da cooperação científica, técnica e cultural e da própria experiência da integração regional.

É a diversidade de experiências e de pontos-de-vista na prática democrática de cada país que torna possível um encontro como este. Não há fórmula a apresentar. Cada povo procura em suas tradições, em seus anseios e em suas vocações o caminho apropriado para viver a sua democracia.

Espelha-se neste foro de participação latino-americana uma das faces que assumiu a liberdade no Brasil. Essa liberdade foi conseguida nas ruas, pelas multidões abrigadas sob a Bandeira, com os olhos postos no futuro, mas com uma imensa determinação a movê-las no presente.

Os parlamentares europeu e latino-americano, aqui representados por seus nobres integrantes, participam da democracia brasileira e dela devem levar, não apenas a imagem do seu Congresso atuante e livre, mas também a cena inesquecível do povo nas ruas a clamar por participação, a sufragar, simbolicamente, a mudança e a conciliação, e a homenagear, com as suas lágrimas mais sentidas, o grande líder desta etapa histórica da saga brasileira.

Esse povo, brasileiro por sua origem, por sua identidade, participa deste encontro como representante de todo o povo desta América.

É com esse povo que se trava o debate aqui iniciado.

17 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER OS ESTA-  
GIÁRIOS DA ESCOLA SUPERIOR DE  
GUERRA

É com imensa satisfação que recebo a visita dos estagiários da Escola Superior de Guerra, hoje, aqui na sede do Poder Executivo. Esta Escola tem o lugar definido e consagrado na consciência do País, pelo trabalho sério, dedicado, patriótico, que ao longo dos anos vem realizando na reflexão e na definição dos objetivos e dos problemas nacionais.

Desejo congratular-me também com os Senhores pela escolha do nome da turma, que é o nome de Tancredo Neves. Porque essa escolha define uma linha que é a de homenagear um homem, cujo legado deixado à Nação é o legado da conciliação e da unidade. Conciliação e unidade que jamais poderemos prescindir em qualquer instante de construção nacional. Todos sabem a maneira dramática com que assumi as responsabilidades deste cargo. Talvez nunca, na História do Brasil,

tantas dificuldades somaram-se a tantas esperanças. Mas, humildemente, superando as minhas deficiências, afirmo aos Senhores que saberei cumprir com o meu dever, tendo a visão histórica do cargo que ocupo e das minhas responsabilidades.

Agradeço ao Senhor Comandante da Escola Superior de Guerra as palavras que acaba de proferir. E desejo a todos que esse Curso, que agora se conclui, seja extremamente proveitoso, não somente para o conhecimento pessoal de cada um, mas sobretudo para ajudar a Pátria nos diversos setores em que terão que atuar.

17 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

ENTREVISTA DO PRESIDENTE JOSÉ  
SARNEY AOS JORNALISTAS CREDEN-  
CIADOS NO PALÁCIO DO PLANALTO

Desejo, neste instante, antes de começarmos a nossa entrevista, homenagear a imprensa brasileira, nos profissionais credenciados no Palácio do Planalto, através do seu Comitê de Imprensa.

Estou à disposição dos Senhores.

### **Jornal Estado de Minas**

*A reação contrária de alguns setores da sociedade ao projeto do Governo de reforma agrária pode acarretar o reestudo da questão ou retardar a sua efetiva implantação?*

### **Presidente José Sarney**

A reforma agrária está no programa da Aliança Democrática. Nós assinamos aquele compromisso e o assinamos para que realmente fosse efetivado.

Porém, antes que a reforma agrária estivesse no compromisso da Aliança, estava na consciência de todos os homens

responsáveis no Brasil. É impossível o País avançar sem que se faça uma reforma profunda no seu sistema fundiário. Essa reforma destina-se, não a causar a violência, mas, pelo contrário, a conjurar a violência, a restaurar a paz no campo, a melhorar a produção, a evitar o êxodo rural e esse modelo que hoje temos da super-urbanização e concentração urbana. Por outro lado, temos necessidade de corrigir as injustiças no campo. Então, a reforma agrária é um compromisso do Governo e o Governo dele não vai recuar.

Isso não significa, de nenhuma maneira, que seja propósito do Governo violentar a propriedade. Ao contrário, o que desejamos é aumentar o número de proprietários. Sobretudo porque teremos aí em frente, daqui a alguns anos, se a situação do País continuar a ser esta nesse setor, uma crise muito séria. Não vamos ter mais o choque do petróleo. Vamos ter o choque dos alimentos. Pesa sobre o Brasil a ameaça de vir a atravessar, na próxima década, uma séria crise de produção no campo, em consequência da qual terá de importar grande volume de alimentos básicos, além de vir a ter reduzido o fluxo de exportação de alimentos básicos e frustradas as perspectivas que hoje temos.

A China está alimentando 1 bilhão e 130 milhões de pessoas, graças ao processo de irrigação criado lá. A Índia investe, também nesse setor, hoje, 3 bilhões de dólares por ano, chegando já a quase 50 milhões o número de hectares irrigados. O Brasil conta apenas 1 milhão e 200 mil hectares irrigados, com baixa produtividade, e cada vez mais as nossas populações do Interior são condenadas a buscarem as cidades. Evidentemente, temos que inverter essa situação. E a inversão dessa situação é conjugar uma política agrícola com a reforma agrária. É isso que o Governo vai fazer, com determinação.

Acredito que todo o problema existente na reação, de algum modo um pouco passional que verificamos, foi determinado por uma interpretação imprópria da palavra conflito, no caso. O que vamos aplicar, com a reforma agrária, é simplesmente o Estatuto da Terra: reforma e desenvolvimento agrário, uma lei do Presidente Castello Branco. Estamos utilizando instrumentos legais votados pelo Congresso e à disposição da Nação há muito tempo. A Constituição diz que a propriedade tem que ser voltada para o interesse social — o Estatuto da Terra define conflito agrário como a situação em que há dúvida sobre a propriedade da terra. Nada tem a ver com invasão de terra. Invasão de terra, em face do Código Civil, é esbulho; em face do Código Penal é crime, não é conflito agrário. Mas misturou-se essa noção de conflito agrário. Em quê? Misturou-se a forma definida pelo Estatuto da Terra com a invasão, tipo de conflito que é um problema de ordem pública, que nada tem a ver com o problema agrário.

O Presidente Tancredo Neves teve a oportunidade de dizer que ouviu de Sua Santidade o Papa, que era necessário fazer a reforma agrária no Brasil, como uma reivindicação do Episcopado brasileiro. E ele acrescentou mais, naquele instante: que ouviu o mesmo de organismos internacionais como o BIRD e o BID. Ora, nós, responsáveis pela Aliança Democrática, no momento em que firmamos aquele compromisso, assumimos a determinação de iniciarmos a solução desse grave e decisivo problema brasileiro. E eu irei, com a minha responsabilidade de Presidente da República, com esse alto objetivo, com idealismo, encontrar uma solução para o problema. Hei de tocar, levar à frente uma reforma agrária dentro dos cânones das leis. Iremos fazer uma reforma agrária de acor-

do com a sociedade. Uma reforma agrária que seja o que o País necessita, deseja e exige.

Agora pergunta a Gioconda Guedes se nós vamos prorrogar o prazo de 30 dias que demos para a discussão do problema.

Esse prazo ainda não venceu. Se o Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário informar o Presidente sobre a insuficiência do prazo, para que o problema seja equacionado, prorrogaremos esse prazo. Mas sempre dentro de um determinado tempo que não frustre, de nenhuma maneira, a decisão que o Governo tomou. Neste instante, é necessário que se faça ao País uma chamamento no sentido de que os nossos problemas sejam resolvidos de maneira racional e não de maneira passional. Temos tantos problemas, tantos problemas estão aí a desafiar o nosso gênio criativo, neste momento em que tantas dificuldades se cruzam com tantas esperanças, que se impõe questionar: por que então, em vez de ajudarmos, vamos aguçar tentando soluções passionais para um problema absolutamente racional e absolutamente justo?

### **SBT (Sistema Brasileiro de Televisão)**

*A propósito das reações agora mesmo examinadas pelo Senhor ao Projeto de Reforma Agrária, também ao Projeto-de-Lei de Greve, e as dificuldades para uma revisão dos termos com o Fundo Monetário, eu queria fazer uma observação: o Presidente Tancredo criou a esperança de um Governo de participação, um Governo de todos e para todos. O Senhor nesse momento encaminha a negociação de um pacto nacional com as lideranças político-partidárias. O Senhor acredita que um Governo de participação, o Senhor que tem proclamado a sua fidelidade*

*aos propósitos do Presidente Tancredo Neves, o Senhor acredita que um Governo de participação social pode ser de alguma forma substituído por um entendimento entre as elites partidárias simplesmente?*

## **Presidente José Sarney**

O Pacto não é um entendimento de elites. O assunto merece um pouco mais de meditação, por isso vou ser um pouco mais longo na resposta. O País necessita de uma unidade, de uma consciência política, de uma vontade política de unidade, para que possa enfrentar os problemas que aí estão. A pergunta é: "O que é o Pacto?" Acho que é mais ou menos essa a pergunta que o Carlos Henrique deseja fazer.

Tenho verificado que para realizarmos as mudanças com que nós nos comprometemos precisamos de uma vontade e de uma consciência política. Todos os setores em que temos colocado a mão e olhado estão profundamente desestruturados, desarticulados. Não há hoje no Brasil setor que se diga que possa ser um setor organizado, disposto, pronto, para que se possa, com ele, iniciar as mudanças que o País tem pedido. Vamos dar um exemplo mais simples: a Administração Pública.

O País cresceu, sofisticou-se em muitos aspectos, mas o setor da administração pública ficou inteiramente defasado. Temos uma máquina burocrática incapaz de servir a um País moderno. As decisões não são executadas, são lentas. Não podemos acompanhá-las, não podemos supervisioná-las, porque a máquina administrativa foi totalmente desarticulada, desestruturada, desestimulada. Onde se chega, em qualquer repartição, não se encontra entre os servidores aquele espírito que deviam ter, justamente porque os seus salários foram achata-

dos, os seus *status* foram diminuídos, foram atropelados nas suas carreiras, não se criou uma administração selecionada pelo mérito. Enfim, para que possa pensar politicamente, um País moderno como o Brasil tem de ter uma máquina administrativa que possa funcionar independentemente de suas crises políticas. Então iniciamos a reforma administrativa de que necessitamos. Mas vamos ter reações profundas.

Fomos mexer no terreno agrário, tivemos reações profundas. Fomos mexer no problema financeiro mais profundamente, como já o fizemos, propondo a reformulação da lei para punir os administradores desonestos nessa área. Se fomos mexer na reforma universitária em profundidade, como temos necessidade de fazer, nós vamos encontrar reações por todos os lados.

Se não tivermos no País uma vontade política, uma consciência política de unidade, não se dará, de nenhuma maneira, o passo decisivo das mudanças de que o País necessita e que neste instante exige. Daí a necessidade do Pacto. Esse Pacto é um Pacto Nacional, em que essa consciência se une não em torno da Presidência da República mas em torno do Governo. Vamos discutir com a sociedade — e aí o Pacto não é elitista — as diversas reformas que teremos de fazer para o País dar o passo decisivo. E acontece que, neste instante, no Brasil, temos uma grande oportunidade de dar uma virada na História.

Mas não é o Presidente sozinho que pode fazer. Nem somente a Aliança Democrática que fez um pacto para o Governo de transição. É preciso que haja essa consciência nacional, capaz de respaldar as grandes reformas e as grandes linhas que teremos de construir. Se conseguirmos concluir

essa tarefa de engenharia política difícil, esta geração vai ter um lugar importante na História deste País, porque, realmente, vai mostrar que o Poder Civil pode mudar os rumos do País com uma das consciências mais idealistas que o País já teve ao longo da sua História. De minha parte, estou me propondo justamente a não exercer, de nenhuma maneira, o poder de falar, o poder de decidir, mas, a vontade de ouvir, de reunir, de discutir, de encontrar caminhos e soluções. Senão, não avançaremos.

Mas tenho certeza de que vamos avançar no Pacto, fazer o Pacto, criar essa consciência política e essa consciência nacional.

E vamos entrar firme nas reformas, criando aquela estrutura de que o País necessita, que o País deseja e que vai ter, a fim de ser o grande País do grande povo que tem.

## **Rádio Bandeirantes de São Paulo**

*Senhor Presidente, alguns líderes da Aliança Democrática acreditam que a disputa pelas eleições nas capitais pode agravar as divergências entre o PMDB e o Partido da Frente Liberal. Cito por exemplo, agora, o caso de São Paulo, onde o PFL deve apoiar o candidato do PTB. Já se fala também no surgimento de um novo partido, após as eleições, para dar sustentação política ao Governo, unindo o PFL, os dissidentes do PDS, que não estão na Frente Liberal e também moderados do PMDB. Eu gostaria de saber como o Senhor pretende administrar essa situação e, no caso da ruptura da Aliança, precisaria inclusive de uma reforma ministerial?*

## Presidente José Sarney

Não acho que tenhamos qualquer ruptura da Aliança. Acho que a Aliança vai ser mantida, que ela vai atravessar essas dificuldades, vai atravessar as eleições deste ano para as prefeituras, e vai atravessar a eleição também do próximo ano. Acredito, sobretudo, no espírito público dos homens que compõem a Aliança Democrática, no grande idealismo que fez com que firmássemos o compromisso com a Nação.

Sobretudo, temos o exemplo do sacrifício do Presidente Tancredo Neves a inspirar essa nossa unidade. Portanto, vejo pouca possibilidade de ruptura da Aliança Democrática.

Acredito até que os partidos que a compõem podem separar-se em eleições. Mas em torno daquele compromisso fundamental, esse compromisso não se dissolverá.

## Folha de São Paulo

*Senhor Presidente, as forças sociais conservadoras estão em processo de rápida articulação para pressionar o Governo em uma direção anti-reformista. A esquerda está canalizando insatisfações acumuladas e pode obter vantagem da divisão eleitoral dos Partidos da Aliança Democrática em 15 de novembro. O Senhor não teme ficar imprensado nos choques entre esses dois blocos contraditórios?*

## Presidente José Sarney

Não. Acho que é muito cedo para fazermos avaliação dessa natureza. Muitas vezes perdemos a perspectiva de que este Go-

verno tem apenas 90 dias. Desses 90 dias, tenho apenas 56 dias desde que assumi plenamente a Presidência da República.

Toda a interinidade, em especial minha interinidade, é frágil em si. Mas, além da sua fragilidade, nós tivemos de acompanhar aqueles dias traumáticos que o País viveu. De maneira que, no momento, não devemos perder a perspectiva de estarmos num momento de transição. Este é um Governo de transição, um Governo de transição entre o autoritarismo e a plenitude democrática. Estamos querendo estabelecer a ponte, estamos lançando todas as vigas dessa ponte, algumas feitas com projeções, com idealismo, outras já de maneira bastante concreta.

Não vejo que possa haver uma radicalização maior. O que está havendo é um desejo de participação da sociedade. Um desejo que é extremamente salutar. Nós não estávamos acostumados a esse tipo de convivência política. Mas já fizemos muitas coisas nesses dias, que podem demonstrar ser possível, nesse clima de participação e de debate, que as coisas podem ser feitas.

Vamos examinar o que já se fez no País nestes 90 dias, na área política. Tivemos a restauração das eleições diretas para Presidente da República. Tivemos o voto do analfabeto. Tivemos as eleições nas Capitais, a queda das sublegendas, o reconhecimento da CUT, da CONCLAT. Tivemos a participação efetiva e a legalização dos partidos que se diziam clandestinos e que passaram a ocupar os seus espaços políticos, numa mudança total de comportamento dos espaços sociais, em período muito curto. Nada disso conseguiu abalar a sociedade, de nenhuma maneira. Estamos demonstrando uma grande prova de maturidade política.

Ao mesmo tempo, foi possível ao Governo implantar-se no meio de uma grande crise e reverter todas as expectativas. Ninguém pode esquecer-se de que, quando, no dia 15 de março, eu assumi a Presidência da República, as projeções da inflação no Brasil eram da ordem de 500%. Algumas empresas já tinham reajustados os seus preços e estavam trabalhando nesse nível de projeção. Se se perguntasse a 10 pessoas, 9 apostavam na explosão inflacionária, na explosão da base monetária e no caos. E os que saíram do Governo diziam: "Vamos esperar um mês. Daqui a um mês todos vão ver, vão ter saudades da gente". Essas expectativas foram totalmente desmontadas. Houve uma inversão: conseguimos manter a inflação mensal nos 7%; a expansão anual da base monetária, que era de 252%, naquele tempo, hoje é de 198%; controlamos os preços; colocamos um pouco de ordem nas estatais; e também no reajustamento de tarifas, não onerando o povo. Dizia-se que era impossível passar algum tempo sem aumento da gasolina. E nós passamos. Conseguimos reverter a perspectiva da explosão inflacionária. Essa sim, seria o caos para todos nós. No dia em que tivéssemos a perda do controle sobre a inflação, aí todos nós estaríamos perdidos. Esse é o grande fantasma que ainda não está conjurado. Temos que manter a inflação sob vigilância permanente, porque essa, sim, essa destrói os salários, essa liquida as instituições e essa acaba com todos nós.

Por isso tenho dito: serei e estou vigilante para que jamais isso aconteça. A hiperinflação não vai acontecer. Não deixaremos, de nenhuma maneira, que ela aconteça, porque ela é quem pode liquidar qualquer perspectiva e qualquer esperança de todos nós.

## Afinal

*Presidente, alguns empresários, muitos empresários de todo o País se preparam para custear candidaturas em 86 em proporções nunca vistas. Essa ingerência excessiva do poder econômico não poderá desvirtuar a Constituinte, na sua opinião?*

## Presidente José Sarney

Em primeiro lugar, acho que o Pacto é a preparação da Constituinte, do debate dos problemas nacionais, das reformas. O Pacto vai preparar o País, conscientizar o povo para a importância da Constituinte que ela seja realmente um grande marco na História do Brasil. Com o Pacto, devemos criar a mística da Constituinte.

Acho que a ingerência do poder econômico é um problema da justiça eleitoral. É um problema do Congresso Nacional. Qualquer desfiguração da opinião pública, através da interferência do poder econômico, do poder público, ou qualquer outro, com o objetivo de deformar a vontade do cidadão é uma agressão à democracia. Esse é um assunto que, naturalmente, nas reformas que irá proceder, o Congresso levará em conta, votando leis contra o abuso do poder econômico, contra a deformação da vontade do eleitorado.

## Sistema Globo de Rádio

*Presidente, o Senhor assumiu o Governo num momento dramático para todos, para o País, inclusive para o Senhor, inclusive assumiu uma equipe que não foi escolhida pelo Senhor para governar. Eu gostaria*

*de saber se o Senhor pretende modificar essa equipe antes dos Ministros se desincompatibilizarem do cargo para concorrerem nas eleições de 86?*

## **Presidente José Sarney**

Ontem me perguntaram, durante o jogo, qual o conselho que eu tinha que dar ao Telê para modificar a seleção. E uma pessoa que estava ao meu lado disse: “Em time que está ganhando a gente não deve mexer.”

No nosso caso, nós estamos começando, como disse há pouco, e não tenho nenhum motivo de natureza política para modificar a equipe de Governo. Mas tenho um compromisso com a Nação, de eficiência administrativa, sobre a qual serei cada vez mais exigente e procurarei cobrar mais. Se na execução desse programa administrativo, desse programa político, tivermos necessidade de mexer na equipe, não tenham nenhuma dúvida de que nela mexeremos.

## **UPI**

*Senhor Presidente, o Senhor disse, ontem à noite, que não aceitará acordos que provoquem a fome e a recessão do povo brasileiro. Mas a receita do FMI, nos últimos três anos, tem provocado desemprego e recessão. O Senhor está na véspera de concluir um novo acordo com o FMI. Qual é a sua proposta para impedir mais recessão para o Brasil?*

## **Presidente José Sarney**

Estamos negociando com o FMI, depois iremos negociar

com os bancos. Mas teremos uma linha traçada nessas negociações. Essa linha já está definida. Não podemos aceitar nenhum acordo que implique um compromisso do Brasil, no sentido de mergulhar na recessão e, através da recessão, mergulhar no desemprego e, através do desemprego, mergulhar na fome e através da fome, mergulhar na convulsão social.

O Brasil não é um risco econômico, mas pode ser um grande risco político.

Portanto, não podemos, jamais, selar nenhuma negociação que importe um sacrifício que a Nação não possa suportar. Tenho a visão histórica deste instante e determinação deste presente. Essa é a nossa linha de conduta.

## **O Estado de São Paulo — Jornal da Tarde.**

*Presidente, como o Senhor pretende compatibilizar a implantação do projeto de reforma agrária e a inquietação que ele já vem provocando, hoje, no sistema produtivo rural, com a necessidade de manutenção dos níveis de crescimento do País e do combate à inflação?*

### **Presidente José Sarney**

Como disse, acho que vamos encontrar um terreno onde as águas, naturalmente, vão baixar. Esse é um desejo de todos nós. Até mesmo porque não estamos fazendo, de nenhuma maneira, uma reforma agrária com o objetivo, como disse, de desencadear uma luta, nem desencadear a violência. O nosso objetivo é o contrário. O nosso objetivo é restaurar a paz. Em

vez de desarticular a agricultura, pelo contrário, aumentar a produção. Em vez de termos condições de somente uns poucos beneficiarem-se dos processos produtivos no campo, que tenhamos também uma grande faixa de brasileiros com acesso ao trabalho e à vida digna nessa área.

## **TV Manchete**

*O Senhor disse há pouco que não pretende fazer modificações no seu Ministério. Comentaristas políticos têm feito críticas sistemáticas dizendo que existem divergências no seu Ministério. O Senhor disse que as divergências são saudáveis e que não vai fazer modificações. Como é que o Senhor pretende conseguir essa unidade do seu Ministério?*

## **Presidente José Sarney**

Eu acho que uma coisa é unidade, outra coisa é a liberdade das pessoas poderem opinar. Estamos num Governo composto politicamente. São líderes, são pessoas que têm opiniões a oferecer, pessoas que têm experiências a dar, pessoas que podem aconselhar.

O Governo não pode se isolar numa casamata e achar que é dono de uma decisão somente dele, nem também se fechar com três ou quatro técnicos e encontrar uma solução mágica. O Governo jamais deseja ser um governo milagreiro. O Governo não será um governo milagreiro. Ele sabe que tem as suas limitações e, na equipe, cada um tem o direito de opinar.

Mas, uma coisa posso afirmar: a política e a decisão são da responsabilidade do Presidente. E delas não abdicó e nem abdicarei. Os Ministros são executores de uma política. Eles não são formuladores de uma política. Isso não significa que estejam impedidos de opinar. Mas a decisão é minha. Uma vez tomada a decisão, todos têm que executar o que o Presidente decidiu. Essa é a verdadeira unidade do Governo.

## **Rádio Alvorada de Brasília e Rádio Gaúcha de Porto Alegre**

*Senhor Presidente, o Senhor deve estar sofrendo muitas pressões para manter o controle de preços. Até quando o Senhor terá condições de levar adiante esse projeto?*

### **Presidente José Sarney**

Como disse, tivemos, em alguns casos, com a grande perspectiva da explosão inflacionária, remarcações feitas com a projeção de 500%. O Governo teve necessidade de exercer uma rigorosa vigilância dos preços, e exerceu. Agora vai continuar exercendo essa vigilância nos preços, repassando aquilo que realmente seja a margem normal em relação ao mercado. Mas jamais permitirá que esse repasse seja aquele que estava sendo feito, que era o repasse irracional e de lucros freqüentemente muito acima do que seria normal. Assim, vamos manter uma vigilância sobre os preços sem manter um congelamento de preços.

## Última Hora de Brasília

*Senhor Presidente, o Presidente Tancredo Neves, numa de suas últimas entrevistas, mostrava-se muito preocupado com o problema da alimentação, de transportes, habitação e da miséria existente na periferia urbana do País. O Senhor criou a Secretaria de Assuntos Comunitários. Eu indagaria do Senhor: será criado o Ministério para Assuntos Comunitários? E se o Governo até agora não tem trabalhado muito pouco em relação à miséria nas periferias urbanas?*

### Presidente José Sarney

Eu aí volto, uma vez mais, aos três meses. Devo dizer que nesse setor encontramos um déficit no orçamento da República calculado, inicialmente em Cr\$ 84 trilhões e, hoje, numa outra metodologia, já alcançando Cr\$ 110 trilhões. Nós herdamos o caos econômico. Dentro desse quadro, sem abandonar a prioridade para os pobres, conseguimos fazer o Programa de Emergência, destinando-se recursos da ordem de Cr\$ 10 trilhões para a sua implantação. Esse programa importa no “cestão de alimentos”, na reformulação da merenda escolar, no atendimento às populações mais pobres. Esse programa já está sendo organizado, já está sendo implementado em curto espaço de tempo, justamente seguindo a filosofia de que devemos encaminhar as ações do Governo, nas suas disponibilidades de recursos, em benefício dos mais pobres.

Também não devemos nos esquecer que, neste pequeno período de governo, também tive que atender ao problema das enchentes do Nordeste, onde tivemos de socorrer 1 milhão e

800 mil pessoas, também com distribuição de alimentos, reparos em habitações e um programa de emergência que lá está sendo iniciado.

Estou voltando de Petrolina com o mesmo sentido de ação do Governo para os mais necessitados e os mais pobres, na organização de um programa para pequenos agricultores, para que sejam irrigados, naquela área, 1 milhão de hectares. E lançaremos, no futuro, um grande programa de irrigação para uma área bem maior do que 1 milhão de hectares.

Assim, acho que o Governo não tem, de nenhuma maneira, abandonado o seu compromisso fundamental. Toda a ação do Governo tem sido no sentido de canalizar os poucos recursos que tem em favor das populações menos favorecidas.

## **Rede Globo de TV**

*Senhor Presidente, há uma reação dentro do seu Partido, o PMDB, com relação às divergências de conduta dos Ministros da área econômica. Há poucos dias entrevistei um político eminente do seu Partido e ele me dizia que o Ministro da Fazenda estaria mais identificado com o antigo governo, e que o Ministro do Planejamento, João Sayad, seria a Nova República.*

*Eu pergunto ao Senhor: o Senhor é mais o controle de gastos do Senhor Dornelles, ou o aumento dos impostos do Senhor Sayad? O Senhor é a diminuição de juros do Senhor Sayad, ou a manutenção da política monetária do Senhor Dornelles? O Senhor é Dornelles ou o Senhor é Sayad?*

## Presidente José Sarney

Acho que não vou poder fazer essa opção, simplesmente porque quando os dois estão juntos os dois são Sarney. Essas opiniões todas têm sido ajustadas, uma vez que, no que se refere à baixa dos juros, nem o Ministro Dornelles é contra a baixa de juros e nem o Ministro Sayad, como se tem dito. Todos nós desejamos a baixa da taxa de juros. E não tenho dúvidas de que os juros vão baixar. Agora, o que não podemos é baixar a taxa de juros artificialmente, sem saber as consequências dessa baixa, se ela for feita artificialmente. Ela é uma decisão de governo, não vai baixar como se pudéssemos interferir na economia artificialmente de modo a dizer que a taxa vai baixar apenas porque o Governo deseja que ela baixe. Sob esse ponto-de-vista, tanto o Ministro Dornelles quanto o Ministro Sayad estão absolutamente de acordo. Vamos baixar a taxa de juros, mas não artificialmente.

Agora, o que não podemos é arriscar-nos a interferir, dessa maneira, no mercado e perdermos o controle da economia. Por quê? Para enfrentar esse déficit de Cr\$ 104 trilhões, temos que fazer cortes de gastos, como estamos fazendo. Vamos fazer cortes ainda mais duros. Temos que ir ao mercado através da colocação de títulos públicos, temos que aumentar impostos, taxando, onerando, naturalmente, os mais ricos, ou temos que emitir. Essas são opções de Economia, e tenho ouvido os economistas todos. Chegamos à seguinte conclusão: quanto ao diagnóstico da doença, todos são unânimes; porém, na hora de começarmos o tratamento, então a junta médica começa a divergir. Sabem quais são os remédios, mas um pede um centímetro, outro pede dois centímetros, vamos agre-

gar mais um analgésico... Enfim, a solução, sempre há uma certa, mas nem sempre com grande nitidez. Não podemos correr o risco, no Brasil, da aventura de começarmos a tomar decisões de interferência no mercado, violentando algumas vezes essas leis, e perdermos, como eu disse, o controle da economia. Porque aí é possível que no dia seguinte acordemos no astral.

## Rádio JB

*Presidente Sarney, a Nova República vem adotando a prática do nepotismo. No Diário Oficial aumentam a cada dia as listas de parentes de ministros, governadores, senadores, deputados e presidentes de estatais nomeados para função DAS (Direção e Assessoramento Superior). O que o Senhor pretende fazer para acabar com isso?*

*E uma subdivisão desta pergunta: as mansões dos Ministros de Estado, vazias, estão criando problemas para o Governo. O Ministro da Administração está estudando a questão e admite a transformação de algumas em creches, em centros de treinamento e até hospedarias de luxo. Mas a decisão final do que fazer vai caber ao Senhor. E o que o Senhor pretende fazer?*

## Presidente José Sarney

Em primeiro lugar, acho que, se a pessoa tem qualificação, valor, condição de exercer um cargo, ela deve ser aproveitada. Pelo fato de ser parente, não pode ser punida nem condenada a não trabalhar. Se não tem condições, se trata

de uma prática de favoritismo, isso é nepotismo e não devemos, de nenhuma maneira, admitir. A imprensa, só em divulgar esse fato, já naturalmente está contribuindo para que, onde isso possa ocorrer, deixe de ocorrer. Não quero fugir, jogando só nos Ministros. Quero dizer que a imprensa também falou que tenho o meu genro e a minha filha trabalhando aqui no Palácio do Planalto. No que se refere ao meu genro, ele não tem um cargo administrativo, mas um cargo de assessoramento, que é meu Secretário Particular. Uma pessoa que é de minha estrita confiança. Tem todas as qualificações para exercer esse cargo e até ajuda a que eu melhor exerça as minhas funções nesse setor, pelo relacionamento que temos.

No caso de minha filha, ela exerce uma função quase que de terceiro escalão, num contato com parlamentares. Ontem, ela estava profundamente chocada, ela que tem feito tudo tentando ajudar o pai. Quando ela veio para cá, foi assim como quem está vendo o seu pai em perigo: “Eu vou socorrê-lo!” Ela estava, como única filha, a meu lado, desde aqueles primeiros momentos, vivendo os problemas, querendo me ajudar. De nenhuma maneira ela precisaria de participar de emprego dessa natureza. Nesses dois casos, acho que não estou cometendo, de nenhuma maneira, nenhuma forma de nepotismo. No caso do Jorge Murad, o problema ainda é mais grave, porque ele foi punido e demitido porque era meu genro. E agora não pode trabalhar porque também é meu genro.

Sobre as mansões, Sônia, eu acho que uma coisa já podemos anunciar. Vou determinar ao Senhor Ministro da Administração que proceda à venda das duas primeiras casas para verificarmos como é que essa venda vai ser feita e se podemos então iniciar o processo de Estado vender esses imóveis.

## **EBN**

*Senhor Presidente, o Senhor começou uma série de reuniões, reunindo lá no Granja do Tórto diversos segmentos da sociedade. Agora, economistas e empresários. Dessas duas reuniões, que subsídios o Senhor colheu para o Governo da Nova República?*

### **Presidente José Sarney**

Acho que essas reuniões são muito importantes, uma vez que representam um desejo do Presidente de ouvir todos os setores da sociedade. Esse desejo é o desejo de errar menos. É o que tenho procurado fazer nas reuniões que estou promovendo. E vou continuar.

Agora mesmo, lá em Petrolina, fizemos a mesma coisa, tentando ouvir muitas pessoas interessadas. Acho que isso é extremamente salutar para quem governa. É um novo estilo de governar, um estilo aberto em que o Governo tem a humildade de procurar aconselhar-se.

### **Isto É**

*Senhor Presidente, no Congresso, lideranças da Oposição, do PDS, hoje na Oposição, têm feito críticas ao Senhor, acusando-o de indecisão, de lentidão, de um estilo confuso de governar. Há algumas decisões no País que precisam ser tomadas e que ainda não o foram. O processo de decisão está em andamento. A pergunta que faço é a seguinte: por exemplo — a questão do BNH, qual foi a decisão que o Senhor*

*tem a anunciar à Nação. E uma outra pergunta: a Constituinte, se fala nela mas ela não está convocada ainda. O Governo ainda não enviou a sua Mensagem ao Congresso. O Senhor envia quando essa Mensagem?*

## **Presidente José Sarney**

Então, nós temos duas perguntas. — **BNH.** Sabemos que o sistema financeiro habitacional está vivendo uma crise profunda e vai necessitar de uma reformulação muito grande. Talvez deva corresponder à Nova República um novo sistema financeiro de habitação. Se fosse decidir, teria chamado os técnicos, que me diriam ter de corrigir a prestação dos mutuários no nível da inflação, e que o BNH não poderia suportar outra solução senão esta. Teria dado uma solução técnica e adotado uma decisão contra os mutuários do BNH há bastante tempo. Seria uma decisão rápida. Nenhuma indecisão. Quer dizer, o Governo não foi indeciso. Ele foi rápido para punir os mutuários do BNH e digo punir, aí, porque realmente nesse caso, quando as prestações foram aumentadas, além do aumento que eles tiveram os seus vencimentos, estava criando-se uma maneira pela qual eles só tinham duas opções: ou perder o seu imóvel, ou não pagar as prestações, o que está ocorrendo com cerca de 60% de inadimplência dentro do sistema.

Pedi ao BNH, com responsabilidade, que examinasse o problema em profundidade para me trazer alternativas. Depois de essas alternativas chegarem, mandei estudar as repercussões que elas terão dentro de cada setor para que possa decidir, sabendo que minha decisão é uma decisão consciente e já sabendo dos reflexos que vai ter.

Assim, acho que o que se chama indecisão é responsabi-

lidade. É isso que o Governo está tendo. Ele precisa, para decidir, não tomar aquela decisão autoritária, que pode parecer, que pode parecer não, que será uma decisão de trono, mas uma decisão que muitas vezes — e nós já vimos que quase sempre tem sido assim — é contrária aos interesses nacionais e contrário ao povo.

— **A Assembléia Constituinte.** Nós tínhamos uma Emenda dentro do Congresso. Não queria, de nenhuma maneira, mandando a Emenda, por parte do Poder Executivo “atropelar” uma Emenda que já estava em votação dentro do Congresso.

Mas tenho um compromisso com a Aliança Democrática Nacional de convocar a Constituinte. Esse é um compromisso tomado por todos nós. E vou cumpri-lo. E mandarei ao Congresso Nacional, antes do fim do mês, a Emenda convocando a Assembléia Nacional Constituinte. Sobretudo porque temos um tempo muito grande, já que no resto deste ano e no próximo, temos que criar a mística da Constituição, debatendo os temas, aprofundando cada um desses temas para que a Nação possa então ter uma Constituinte como ela espera que possa ter.

## Jornal de Brasília

*Presidente José Sarney, toda a vez que foi convocada uma Assembléia Constituinte na História do Brasil registrou-se uma baixíssima participação popular.*

*A pergunta é a seguinte: que papel o Presidente da República vai exercer na convocação dessa Constituinte, e de que forma o Presidente Sarney vai mobilizar a grande maioria da sociedade brasileira para participar dela?*

## **Presidente José Sarney**

Pessoalmente, como Chefe do Governo, o que posso fazer é aquilo que estou fazendo, isto é, tentar construir o Pacto Nacional. Esse Pacto Nacional significa o quê? Como eu disse: será pegarmos os grandes problemas do País, as grandes reformas de que o País necessita, começar e debatê-las, e chegar à conclusão sobre que rumo cada um de nós deve tomar. Em segundo lugar, vamos estimular o debate sobre a Constituinte no País inteiro, no resto deste ano e no próximo, de modo, para repetir, que se crie a mística da Constituinte. Acho que esta é uma posição que o Governo está tomando e que vai ser muito salutar para que a Constituinte possa cumprir sua finalidade. Acho que, no Brasil, nunca tivemos, ao longo da História, um período que tenha tido uma preparação para uma Assembléia Constituinte, com tantas vontades conjugadas no sentido de que cumpra com o seus objetivos, quanto neste instante.

## **Rádio Roquete Pinto**

*Senhor Presidente, o Senhor disse, há pouco, que o Pacto Nacional não será um pacto de elite. Eu pergunto então como exatamente a sociedade vai ser ouvida, principalmente na elaboração da nova Constituição.*

## **Presidente José Sarney**

Acho que, na sociedade, em primeiro lugar, o que temos que estimular é um debate sobre a Constituinte e os diversos temas que ela vai abordar. Mas, a grande decisão da socieda-

de sobre a Constituinte virá, naturalmente, com a eleição, quando ela tiver que eleger aqueles que vão elaborar a Constituição, que serão os deputados e senadores constituintes. Ela será a consagração do grande Pacto através da lei constitucional que será votada.

## **Radiobrás**

*No dia 11 passado fez um ano que o Senhor renunciava à Presidência do PDS. É um fato que acabou marcando a vida do Brasil, do País todo, principalmente a sua vida. Eu queria que o Senhor fizesse uma análise breve desse espaço de um ano do dia 11 de junho do ano passado até hoje.*

## **Presidente José Sarney**

Vou fazer uma análise muito breve: estou muito mais preocupado com o futuro do que com o passado.

## **Gazeta Mercantil**

*Senhor Presidente, o País pagará, nos próximos 7 anos, cerca de 55 bilhões de juros aos bancos internacionais. Essa cifra daria para financiar pelo menos 30 programas de emergência, hoje. Soubemos que em reunião recente, na Granja do Tórto, o senhor ponderou que se o nível de reservas cambiais caírem, o País suspenderia o pagamento dos juros.*

*Como o Senhor pretende enfrentar a questão dos juros da dívida externa, que representam um sério constrangimento ao crescimento interno, e com que nível de reservas o País deixaria de pagar juros?*

## Presidente José Sarney

O Presidente Kennedy, certa vez, numa entrevista também coletiva, teve a oportunidade de dizer que a um Presidente da República, num governo democrático, falando à imprensa, ele podia dizer e, algumas vezes, disse: “Não, eu não estou em condições ainda de responder a essa pergunta”.

Eu não direi isso. Mas direi que não devo tornar pública, neste instante, a resposta à sua pergunta. Quem mais está interessado em saber qual seria a nossa posição seriam aqueles nossos credores que estão desejosos de saber, antecipadamente, a nossa estratégia.

Nós apenas temos a dizer que, na realidade, há um limite que o Brasil pode suportar para pagar a sua dívida, que é aquilo que eu tive a oportunidade de dizer.

Antes de encerrar, quero apenas agradecer e pedir desculpas se alonguei algumas respostas, de modo a não permitir que todos os jornalistas participassem da entrevista. Mas, como vamos repetir esta prática salutar, espero que na próxima vez esteja respondendo com maior concisão e que também nós tenhamos outras notícias melhores a dar ao povo brasileiro.

Mas não queria encerrar essa entrevista sem dizer que, hoje, tenho absoluta certeza de que este País vai vencer as suas crises. Posso dizer ao povo brasileiro que não podemos ser um Governo para fazer milagres, mas vamos vencer esses problemas.

O Brasil tem grandes potencialidades e o que ele precisa hoje é de uma consciência nacional, de uma vontade nacional, uma unidade nacional em torno da solução dos nossos problemas.

Se o povo brasileiro reverter essa expectativa de pessimismo, nós chegaremos, sem dúvida, brevemente, a esse grande caminho.

É essa a mensagem final que queria transmitir. Entrei no Governo numa situação dramática, levado pelo destino. E hoje já tenho uma confiança muito maior e devo repetir aquilo que disse no dia da reunião do Ministério, no dia 15: se Deus me trouxe de tão longe não foi, sem dúvida, para decepcionar o povo brasileiro. Por isso, eu estou procurando cumprir com o meu dever, trabalhando 18 horas por dia, como os Senhores têm visto aqui, convidando todos a trabalhar, procurando, de toda a maneira, que a gente possa não frustrar as grandes esperanças desse nosso grande povo.



18 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER A COMITI-  
VA DE PREFEITOS E VEREADORES DA  
FRENTE MUNICIPALISTA NACIONAL

É com grande alegria que aqui estou, em companhia da classe política, classe à qual pertenço e de que muito me orgulho. Classe política tantas vezes injustiçada, classe política que tem dado ao País, sempre, exemplos de vida dedicada ao sacrifício.

Os Senhores, o que estão fazendo em Brasília? Como políticos, buscando ampliar a faixa de recursos para as suas comunidades. Para quê? Para fazer escolas onde não vão estudar. Para fazer estradas, onde muitas vezes não vão passar. Para colocar energia elétrica, onde muitas vezes delas jamais irão se servir. Enfim, essa é a função de todos nós, políticos, dedicados sempre ao bem público, procurando fazer o melhor em favor de todos. É essa a característica profunda de todos nós, políticos, de dedicarmos a nossa vida, pensando sempre coletivamente e, nunca, individualmente.

O Brasil começa no município, nos problemas que aí se acumulam.

Sabemos perfeitamente a crise da Federação, a crise do município brasileiro em todos os setores.

Os Senhores sabem também das circunstâncias dramáticas em que assumi a Presidência da República. E aqui tenho buscado cumprir com as minhas responsabilidades, procurando suprir as minhas deficiências, sabendo que estou sucedendo, não substituindo, um homem que hoje é um símbolo de conciliação e de unidade na História do Brasil e que se chamou Tancredo de Almeida Neves.

Encontrei um caos econômico. Tenho hoje que lidar com um déficit de cerca de Cr\$ 105 trilhões. As nossas responsabilidades são muito maiores do que as nossas disponibilidades. Nós todos, que constituímos hoje a esperança do povo brasileiro da Nova República, que lidamos com a Administração Pública, temos os mesmos problemas, os Senhores e o Presidente da República. Os Senhores já foram muito enganados. Eu não quero ser mais um Presidente a enganar os Prefeitos do Brasil.

A sorte de todos nós, que temos a responsabilidade de administrar no Brasil, residirá na nossa credibilidade e na nossa capacidade de falar a verdade e de dizer aquilo que podemos fazer e aquilo que não podemos fazer.

Assim, acabei de dizer ao Presidente da Frente Municipalista que, nessa linha da Nova República, de responsabilidade de ouvir, constituíssemos, num prazo de 30 dias, paritariamente, uma comissão de prefeitos e, ao mesmo tempo, de membros do Governo Federal, para estudarmos e resolvermos, de uma vez por todas, os problemas que os Senhores apontam nesta emergência.

Não nos limitaríamos somente a examinar o aspecto tributário, que não deixará de ser cuidado, mas também todas as outras reivindicações que, no momento, de maneira emergente, precisam ser tratadas em nível de município e de Governo Federal.

Assim, é com essa responsabilidade que quero voltar a reunir-me com os Senhores em breve, e examinar, conjuntamente, o que vamos realizar e o que vamos fazer.



19 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA - DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO ANUNCIAR DECISÃO  
SOBRE A PRESTAÇÃO DO BNH

Chamei as nossas lideranças aqui no Palácio do Planalto para comunicar a decisão do Governo sobre a prestação do BNH. Este foi um assunto que muito me preocupou, sobretudo porque sabemos das grandes repercussões deste problema numa ampla faixa da população brasileira. Estudei, pensei e adotei a seguinte decisão, depois de examinar todas as alternativas. Acredito ser a melhor decisão que poderia encontrar, sobretudo pensando em não tomar uma decisão técnica, mas uma decisão voltada para o setor principal e prioritário do Governo, que é o setor social.

Nesse sentido, em relação à prestação da casa própria, aprovamos medidas que compensam a perda salarial dos mutuários nos anos de 82, 83 e 84, permitindo a opção de um reajuste semestral com base em apenas 50% do INPC durante um ano, ou seja, de 112%. Hoje, ninguém pode alegar que a prestação do BNH, com o índice que nós estabelecemos, foi

superior ao aumento dos seus salários. Esta decisão implica também um grave problema para o Sistema Financeiro da Habitação, porque causa repercussões negativas nos recursos do BNH, repercussões que se desdobrarão ao longo dos anos. Se fôssemos adotar uma solução técnica, jamais poderíamos ter aprovado esta solução. Mas acontece que a inviabilidade do sistema fez com que mais de 60% dos mutuários do BNH deixassem de pagar as prestações em dia, tornando o sistema inexequível.

Concomitantemente com esta decisão, para evitar que o Sistema Financeiro da Habitação entre em colapso, tomei a decisão também, imediatamente, de determinar a formação de uma comissão, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, para estudar a reformulação do Sistema Financeiro da Habitação e, ao mesmo tempo, o aumento da contribuição do agente financeiro, para repor as perdas do Sistema Financeiro da Habitação.

Por outro lado, esta comissão estudará uma nova proposta de orientação do BNH para que dirija sua ação basicamente às populações de baixa renda e ao setor rural, o grande abandonado no Sistema Nacional de Habitação.

Mas, sobretudo, devo dizer que esta comissão também deve estudar os custos de construção para o BNH, os custos de compra de terreno, os custos das construções por metro quadrado, de modo que se possa ter uma visão mais profunda neste setor e evitar a especulação e os ganhos indevidos neste sistema voltado para o setor social.

Por outro lado, um argumento decisivo para tomar esta decisão foi que, ao analisar as repercussões sobre os mutuários do BNH, esta fórmula é aquela de menor incidência na-

queles que têm a menor renda. Esta decisão beneficia, sobretudo, os mutuários de baixa renda. Esta prestação não excederá, em nenhum momento, além de 8, 9 e 10% do salário dos mutuários de baixa renda. Isto significa uma tomada de posição na linha do Governo de se preocupar com aqueles que são os mais pobres. Esta foi a decisão que tomamos e para a qual eu peço, não só a colaboração e a compreensão dos nossos líderes, como também que eles a transmitam a todos os nossos correligionários, àqueles interessados no problema, como estou transmitindo, através dos Senhores, ao povo brasileiro.

Sobretudo, há um ponto fundamental em toda esta decisão. Estabelecemos aquilo que era a grande aspiração: a equivalência salarial.



26 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA - DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER OS REITORES  
DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

É com grande satisfação que os recebo, para reafirmar-lhes, de modo inequívoco, o propósito do meu governo em promover o desenvolvimento da educação superior no País.

As preocupações do Governo, quanto às dificuldades que a educação superior brasileira atravessa foram traduzidas na decisão que tomamos, logo no início desta administração, de constituir uma comissão de alto nível para oferecer subsídios à concepção de uma nova política de ensino superior.

Essa linha de ação não impediu que adotássemos iniciativas de caráter emergencial para enfrentar a crise universitária. Apesar de todas as restrições econômicas e financeiras que dificultam a ação de governo, procurei assegurar os recursos indispensáveis à manutenção de nossas instituições de ensino superior e à melhoria dos níveis de remuneração dos quadros docentes e técnico-administrativos das universidades federais.

Este encontro é a oportunidade que temos para refletir sobre as perspectivas do ensino e da pesquisa em instituições universitárias mantidas pelo Governo Federal.

Estou certo de que é indispensável assegurar o pluralismo organizacional das instituições de ensino superior. A universidade não deve se pautar por um modelo único, mormente em uma sociedade complexa que produz demandas igualmente complexas.

Há que admitir a existência de instituições voltadas exclusivamente para o ensino, a profissionalização e a extensão. Mas a ausência de pesquisas sistemáticas não será razão para comprometer a qualidade dos serviços educacionais oferecidos, mesmo porque esse é um compromisso maior da universidade.

Ao corresponder à relevante e tradicional função universitária, a pesquisa deve ser objeto de atenção especial. É da maior importância que procedamos à sua institucionalização — sobretudo nos centros de pós-graduação —, que estimulemos a divulgação dos resultados, promovamos a formação de pesquisadores e fomentemos a articulação entre a pesquisa básica e os diferentes níveis de ensino. Essa trilha não aproveita apenas o robustecimento das atividades de pesquisa nas universidades, mas possibilita especialmente elevar sua utilidade social.

Todos reconhecemos que é tempo de fortalecer os centros de pesquisa e pós-graduação, de reaparelhar nossas universidades, instalar ou melhorar equipamentos e laboratórios, atualizar seus acervos bibliográficos e documentários, processar e recuperar a informação técnica e científica. É igualmente necessário reconhecer que as universidades formam os me-

lhores quadros do País e a eles devem recorrer para aperfeiçoar suas práticas de gestão.

Vivemos momentos difíceis, mas desejamos encorajar a consolidação de nossas universidades como instrumentos de formação intelectual e cultural dos cidadãos, bem como de produção e disseminação de novos conhecimentos. Esperamos, entretanto, que elas nos ajudem a descobrir alternativas de solução para os graves problemas de ordem tecnológica e de natureza social, que ora nos afligem.

A decisão governamental se baseará nessas alternativas sempre que sua adoção se mostrar relevante para o progresso econômico do País e o seu bem-estar social. Essas condições, acredito, serão atendidas mediante inquebrantável compromisso da comunidade acadêmica com altos padrões de desempenho e constante avaliação de suas atividades.

Resta-me exortar a todos — em especial, ao Reitor José Raimundo Romeo, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras — para que continuem oferecendo sua decidida contribuição ao aprimoramento da educação superior — enobrecedora tarefa que empolga e interessa a toda a sociedade brasileira.



27 DE JUNHO  
TEATRO SÉRGIO CARDOSO  
SÃO PAULO - SP

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO ENTREGAR O TROFÉU  
JUCA-PATO AO INTELLECTUAL DO  
ANO

Constitui este um momento bem brasileiro de reflexão sobre os valores do espírito que me honra e alegra: a homenagem merecida que exalta Fernando Henrique Cardoso, homem de valor intelectual e espírito público provados.

Saboreio também, agora, o reencontro com a grandeza cultural de São Paulo, que em 17 de abril abrigou o Congresso Nacional de Escritores, o qual tive a honra de inaugurar.

Neste instante sinto-me, porém, duplamente envolvido, em empatia absoluta com o homenageado e a homenagem que o consagra, homens de letras e homens públicos que somos os dois.

Ninguém põe em dúvida a justeza com que o Troféu Juca-Pato cabe ao Senador paulista, expressão elevada dos estudos sociais do seu tempo — dos nossos tempos —, que com tão aguda percepção soube captar.

Fernando Henrique Cardoso é daqueles paulistas — e não podemos deixar de citar Florestan Fernandes, Otavio Ianni, Edgard Carone, entre tantos — que nas décadas 60/70 apontaram ao Brasil, em seus ensaios, em termos sociologicamente abrangentes, mazelas que três décadas antes o Juca-Pato denunciava em termos e dimensões pessoais, através da Folha da Noite, de São Paulo.

Não será demais lembrar quem foi Juca-Pato, aquela figura que, segundo seu autor, o caricaturista Belmonte, encarnava o representante ideal da justiça e expressão da luta pela igualdade social. O personagem, atualíssimo, protestou sempre contra as injustiças miúdas do dia-a-dia que sempre agriem os humildes e despossuídos.

Permito-me também esboçar o paralelo histórico do recado do personagem de Belmonte com a mensagem do nosso homenageado: enquanto Juca-Pato, pela pena do seu criador, em charges desabusadas, fez a denúncia dos anos que mediarão 1936 e 1946, tempos difíceis do Estado Novo, veio Fernando Henrique fazer, cerca de trinta anos depois, a análise de outros tempos duros, fundado em conhecimentos de cientista político que honra São Paulo e engrandece a Nação.

Entre os agraciados do Juca-Pato despontam nomes que balizaram nossa História, como Alceu Amoroso Lima, Érico Veríssimo, San Tiago Dantas, Luiz da Câmara Cascudo, Cora Coralina, e pensadores que marcam nossos passos, como Sobral Pinto e Afonso Arinos de Melo Franco.

E agora, neste 1985 de tanta riqueza política, de renovação e transformação do País, cabe a Fernando Henrique Cardoso o título de Intelectual do Ano.

Homem de seu tempo, Fernando Henrique rompeu com a observação pura e simples do cientista, para, inconformado, lançar-se ao mar da luta política.

Hoje, são as virtudes do intelectual e homem público, senador da República pelo São Paulo de Anchieta, de João Raimundo, de Fernão Dias Pais, do Movimento Modernista de 22, que me trazem aqui, de novo, para junto da gente que, com o rasgo das Bandeiras, rompeu as amarras das Tordesilhas e forjou novas dimensões para o Brasil.

Meu amor a São Paulo vem de longe. Do estudante que buscava na noite a garoa que, em encantamento e lembrança, encontrava na declamação da *Paulicéia Desvairada*, de Mário de Andrade, nas noites de boêmia intelectual do Maranhão.

Cresceu nos amigos — dos melhores que a vida me deu, que aqui encontrei. Dos filhos que aqui juntaram-se à juventude paulistana nas universidades onde estudaram, no protesto, nas paixões populares da alma paulistana.

São Paulo da evocação dos seus sentimentos, da sua carga histórica, do seu valor humano, do seu destino de grandeza.

Antonio Machado dizia: *Ponga amor y sacarás amor.*

É este amor por São Paulo que tenho certeza que me protegerá neste caminho difícil para ajudar-me a ajudar o Brasil.



28 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA - DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO ASSINAR PROPOSTA  
DE EMENDA CONSTITUCIONAL

As nações, como os homens que a constituem, são imperfeitas construções da História. Não há povos — nem homens — servidos apenas de virtudes, nem aqueles submissos inteiramente aos pecados.

Mas ao mesmo tempo as nações, como os homens, carregam em si, com suas imperfeições, a busca do ideal e da perfeição, procurando recuperar os caminhos que tenham sido perdidos nas tardes da aventura e nas noites do medo. É pois sinal do homem, assim como das nações, a ânsia da perfeição.

Reunimo-nos hoje para um ato de grandeza nacional. Vamos, com a consciência da importância deste gesto, pedir ao povo que, através dos delegados que vier a escolher, reordene a vida institucional do País. Cumprindo o mais grave dos compromissos que, em aliança democrática, assumimos com a Nação, estamos encaminhando ao Legislativo proposta de Emenda

Constitucional que dê aos seus representantes, a serem eleitos em novembro do ano próximo, poderes para elaborar e promulgar a nova lei fundamental e suprema do País.

A primeira das nossas crises está no desajuste entre a ordem jurídica e a realidade política e social. Não há leis que possam sobrepor-se à vontade dos cidadãos, por mais que se subordinem à sabedoria e à ética. As leis que pretendam, pela força do Estado, disciplinar e elevar a cidadania produzem resultados inteiramente opostos. As virtudes que se decretam mudam-se em vilania e só o terror pode manter de pé tais sistemas insensatos.

Por outro lado, não há instituições que durem mais do que as circunstâncias que as tenham estabelecido. Vivemos em tempos de mudanças, e os homens, ao transformarem a Natureza, transformam-se também, reclamando novas normas de convívio social.

Encontram-se, na história de todas as nações, respostas institucionais a desafios inesperados. Quando há perigo iminente para a sobrevivência dos povos reunidos em Estados, cabe à inteligência política encontrar, e com decisão, a resposta certa. Recordo-me, entre outros exemplos, da coragem de Roosevelt com o New Deal, naqueles assustadores anos 30. Não fora a ousadia do grande líder em adotar, na emergência, medidas que rompiam amarras, e talvez outros tivessem sido, uma década mais tarde, a sorte da guerra e o destino do Mundo.

Senhores,

A proposta que enviamos ao Congresso Nacional corresponde às circunstâncias da atualidade política. Não há nor-

mas que determinem o modo de convocar-se poder constituinte; para os que a promulgam, a Constituição será sempre documento com intenção de permanência.

A Constituinte será — graças ao bom-senso político de toda a Nação — um marco seguro no caminho da conciliação.

Assim, depois de haver consultado as forças políticas que compõem a nossa coalizão de governo e de ouvir eminentes constitucionalistas, optei pelo rito de propor ao Congresso a presente Emenda Constitucional.

Tenho, nestes meses, procurado governar com a visão maior do que representa para o País o Congresso Nacional. Estou convencido de que todos nós, nesta hora difícil, sabemos assumir as nossas responsabilidades para com a Pátria. Os nossos problemas são graves demais para que nos permitamos o desfrute do capricho da intolerância, o equívoco do radicalismo e a arrogância da soberba. Não podemos, os homens públicos, ter hoje outro orgulho que não seja o de pertencermos a um povo que tem sabido sofrer sem desespero e que, mais uma vez, dá às elites do País lições de patriotismo.

A convocação, agora, do Poder Constituinte para as eleições de 1986 irá facilitar e estimular o debate político em torno do Estado. É uma circunstância que favorece a Nação. Não iremos votar uma Constituição às pressas, com um poder constituinte escolhido no açodamento. Vamos começar — aliás, já começamos — a votá-la, na realidade, nos debates que ocorrem de norte a sul do País.

Ninguém é mais criador que o povo.

O debate amplo haverá de conferir, como desejava Tancredo Neves, representação mais autêntica aos delegados constituintes. Haverá tempo para que os eleitores lhes conheçam

as idéias e programas e deles alcancem o compromisso de criar um documento que atenda às reivindicações nacionais.

Senhores,

Quero encerrar com um agradecimento ao povo brasileiro. Disse à Nação, em um dos momentos mais fortes destas jornadas carregadas de crises, que eu procuraria ser maior do que sou, para responder a uma responsabilidade histórica. Não perderei nunca o senso grave de meu dever, e o apoio de nossa gente serve a minha modéstia com a coragem e a energia que a Nação espera e exige de seu Presidente.

A todos quero dizer que as dificuldades não serão maiores do que a minha determinação, e que, com a lucidez de nossos homens públicos e a sabedoria da Nação, levaremos este País ao seu grande destino democrático.

Agradeço aos Presidentes da Câmara e do Senado, aos líderes dos Partidos, aos Congressistas e a todas as autoridades presentes o prestígio que emprestam a esta solenidade.

28 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
JOSÉ SARNEY, AO RECEBER OS PRODUTORES AGRÍCOLAS REUNIDOS EM  
BRASÍLIA

O brasileiro, hoje, num momento estimulante, busca encontrar os melhores caminhos para ajudar sua agricultura, consolidando as conquistas e resolvendo graves impasses políticos e sociais.

Nenhuma grande nação moderna estabilizou-se institucionalmente sem resolver seu problema agrário.

Não vamos incidir no equívoco, enganando-nos a nós mesmos, de saltar sobre um problema que se apresenta desafiador e cuja solução é uma pedra no caminho do grande projeto de constituição do País moderno e democrático em que nos empenhamos.

As metas de produção e produtividade da nossa agricultura, cujas graves injustiças de que foi vítima buscamos corrigir, não serão fixadas autoritariamente, mas por necessidade da nossa própria sobrevivência, como sociedade progressista e justa.

Estou convocando o País a debater uma nova política agrícola.

Aos produtores agrícolas reunidos em Brasília reafirmo minha crença de que a iniciativa privada é a grande propulsora do progresso nas sociedades livres. Ela é criativa e competitiva. E, como base da liberdade econômica, é inseparável da liberdade política. Esta não sobrevive sem o respeito à liberdade individual, à propriedade, aos direitos civis e humanos.

O Governo tem o setor primário como prioritário e está deseioso de implantar “uma política agrícola que cumpra a fixação de preços mínimos realistas e a formação de estoques reguladores e reforma agrária, mediante cumprimento do Estatuto da Terra e melhoria das condições de vida do homem do campo”, conforme consta do *Compromisso com a Nação*, assumido pela Aliança Democrática.

É meu desejo que, através do diálogo, sem violência, no debate democrático, encontremos solução para os problemas brasileiros.

## ÍNDICE CRONOLÓGICO

	Págs
15 DE MARÇO PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, AO EMPOSSAR O MINISTÉRIO/BRASÍLIA-DF .....	5
17 DE MARÇO PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO MINISTÉRIO DA NOVA REPÚBLICA/BRASÍLIA-DF .....	7
28 DE MARÇO PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, AO RECEBER A BANCADA DO PMDB NO RIO DE JANEIRO/RIO DE JANEIRO-RJ .....	19
01 DE ABRIL PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO PROJETO NORDESTE/BRASÍLIA-DF .....	21
17 DE ABRIL PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR OCASIÃO DA ABERTURA DO CONGRESSO NACIONAL DE ESCRITORES/SÃO PAULO-SP .....	23
21 DE ABRIL PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, AO ANUNCIAR O FALECIMENTO DO PRESIDENTE ELEITO TANCREDO NEVES/BRASÍLIA-DF .....	29

	Págs.	
24 DE ABRIL	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO SEPULTAMENTO DO PRESIDENTE ELEITO TANCREDO NEVES/SÃO JOÃO DEL REI-MG .....	33
30 DE ABRIL	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO DECRETO DE CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/BRASÍLIA-DF .....	35
30 DE ABRIL	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, POR OCASIÃO DO ANÚNCIO DO NOVO VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO/BRASÍLIA-DF .....	37
02 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DA ENTREGA DO PRÊMIO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/BRASÍLIA-DF .....	41
02 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ALTO NÍVEL PARA PROCEDER À REFORMA DO ENSINO SUPERIOR/BRASÍLIA-DF .....	43
03 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA 51. <sup>a</sup> EXPOSIÇÃO NACIONAL DE GADO ZEBU/UBERABA-MG ...	47
03 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO ENCONTRO COM AS LIDERANÇAS DAS COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS/UBERABA-MG .....	51
07 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE REUNIÃO MINISTERIAL/BRASÍLIA-DF .....	53

07 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO ASSINAR MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL, RESTABELECENDO ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA/BRASÍLIA-DF .....	65
08 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO INAUGURAR O CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA TANCREDO NEVES/RIO DE JANEIRO-RJ .....	67
08 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DAS SOLENIDADES DE HOMENAGEM À MEMÓRIA DOS MORTOS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL/RIO DE JANEIRO-RJ .....	71
14 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER/BRASÍLIA-DF .....	75
15 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE INFORMÁTICA — CONIN/BRASÍLIA-DF .....	77
18 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 40ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS/GOIÂNIA-GO .....	81
18 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO ENCONTRO DAS LIDERANÇAS POLÍTICAS/GOIÂNIA-GO .....	85
22 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER A ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DO PMDB DE SANTA CATARINA/BRASÍLIA-DF .....	91

		Págs.
22 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER A ASSOCIAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BANCÁRIAS DA REGIÃO AMAZÔNICA/BRASÍLIA-DF .....	93
24 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SUA VISITA A RECIFE/RECIFE-PE .....	97
26 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO IV CONGRESSO DE TRABALHADORES NA AGRICULTURA/BRASÍLIA-DF .....	101
27 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO OFICIAL DA COMISSÃO NACIONAL DO ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE/BRASÍLIA-DF .....	107
28 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SEU DESPACHO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/BRASÍLIA-DF .....	111
29 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO DAR POSSE AO MINISTRO DA CULTURA ALUÍSIO PIMENTA/BRASÍLIA-DF .	113
30 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER MEMBROS DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-ESTADOS UNIDOS/BRASÍLIA-DF .....	115
31 DE MAIO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA "EDUCAÇÃO PARA TODOS"/BRASÍLIA-DF .....	117
03 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE ASSINATURA DE ATOS DE INTERESSE DA ÁREA AMBIENTAL/BRASÍLIA-DF .....	121

	Págs.	
04 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER O DEPUTADO FEDERAL HUMBERTO SOUTO (PFL/MG), ACOMPANHADO DE PREFEITOS DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE/BRASÍLIA-DF .....	123
10 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SEU DESPACHO NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/BRASÍLIA-DF ...	125
10 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER OS MEMBROS DA COMISSÃO DE REPRESENTANTES DA COMUNIDADE CIENTÍFICA/BRASÍLIA-DF .....	131
12 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER COMISSÃO PARA ENTREGA DO DISCO "NORDESTE JÁ"/BRASÍLIA-DF .....	135
10 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, ATRAVÉS DA TELEVISÃO PORTUGUESA, QUANDO DA CONCLUSÃO DOS ACORDOS QUE INTEGRAM A COMUNIDADE EUROPEIA/BRASÍLIA-DF .....	137
15 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DE SUA VISITA À EMBRAPA/PETROLINA-PE .....	139
15 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO SAUDAR O POVO DE JUAZEIRO/JUAZEIRO-BA .....	145
15 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO ENCERRAR A REUNIÃO DA EMBRAPA/PETROLINA-PE .....	147
16 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA ABERTURA DA VII CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR EUROPA-AMÉRICA LATINA/BRASÍLIA-DF.....	151

	Págs.
17 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER OS ESTAGIÁRIOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA/BRASÍLIA-DF. 157
17 DE JUNHO	ENTREVISTA DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY AOS JORNALISTAS CREDENCIADOS NO PALÁCIO DO PLANALTO/BRASÍLIA-DF ..... 159
18 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER A COMITIVA DE PREFEITOS E VEREADORES DA FRENTE MUNICIPALISTA NACIONAL/BRASÍLIA-DF ..... 187
19 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO ANUNCIAR DECISÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DO BNH/BRASÍLIA-DF ..... 191
26 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER OS REITORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS/BRASÍLIA-DF ..... 195
27 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO ENTREGAR O TROFÉU JUCAPATO AO INTELLECTUAL DO ANO/BRASÍLIA-DF ..... 199
28 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO ASSINAR PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL/BRASÍLIA-DF ..... 203
28 DE JUNHO	PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, AO RECEBER OS PRODUTORES AGRÍCOLAS REUNIDOS EM BRASÍLIA/BRASÍLIA-DF ..... 207

## ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

### A

- Administração pública — 9, 11, 57, 59, 95, 99, 110, 111, 112, 163, 188.
- Agricultores — 18, 81, 82, 135, 187.
- Agricultura — 48, 54, 83, 100, 101, 102, 103, 111, 112, 139, 140, 147, 149, 172, 207.
- Agropecuária — 48, 49, 81, 83, 102, 139.
- Aliança Democrática — 6, 8, 21, 30, 35, 45, 54, 56, 60, 65, 88, 102, 117, 161, 164, 165, 166, 181, 203, 208.
- Alimentos — 116, 140, 141, 145, 175.
- Amazônia (V. também Região Amazônica) — 29, 94.
- América Latina — 72, 151, 152, 153, 154, 155.
- Analfabetos (V. também Eleições e Voto) — 100, 102, 126, 130, 205.
- Ano Internacional da Juventude (V. também Jovens e Juventude) — 107, 108, 109, 211.
- Apartheid* — 51, 52.
- Artistas — 28, 135, 136.
- Assembléia Constituinte (V. também Constituinte) — 11, 31, 61.

- Assembléia Nacional Constituinte (V. também Constituinte) — 60, 61, 66, 87, 100, 102.
- Austeridade — 8, 13, 16, 17, 30, 112, 126.

### B

- Banco Interamericano do Desenvolvimento (V. BID)
- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (V. BIRD)
- Banco Nacional da Habitação (V. BNH)
- Bem-estar social — 10, 17, 133, 153.
- Benefícios fiscais (V. também Incentivos fiscais) — 13.
- BID — 161.
- BIRD — 161.
- BNH (V. também Mutuários e Sistema Financeiro da Habitação) — 180, 191, 192, 193.

### C

- Capital e trabalho — 38.
- Carta de Jamaica — 152.

- Carta Magna (V. Constituição e Constituinte)
- Casa própria (V. também BNH, Mutuários e Sistema Financeiro da Habitação) — 191.
- Censura — 28.
- Central Única de Trabalhadores (V. CUT)
- Cestão de alimentos — 174.
- Ciência (V. também Tecnologia) — 41, 42, 44, 131, 132, 133, 135.
- Classe política (V. também Políticos) — 28, 89, 94, 123, 187.
- CODEVASF — 148.
- Combate à fome (V. também Fome) — 55.
- Comércio exterior (V. também Exportação e Saldo comercial) — 54.
- Companhia de Desenvolvimento da Vale do São Francisco (V. CODEVASF)
- Compromissos — 5, 6, 11, 28, 45, 49, 58, 100, 117, 203.
- Comunidade afro-brasileira (V. também Cultura afro-brasileira) — 51, 52.
- Comunidade científica — 79.
- Comunidade européia — 7, 133.
- Conciliação — 25, 30, 34, 36, 37, 50, 53, 83, 156, 157, 188, 205.
- CONCLAT — 167.
- Conferência interparlamentar — 156.
- Conflito agrário (V. também Política agrária, Problema agrário e Reforma agrária) — 35, 159, 160.
- Congresso Nacional (V. também Parlamento e Poder Legislativo) — 9, 13, 19, 23, 56, 58, 61, 65, 66, 77, 79, 86, 132, 169, 203, 204, 205.
- CONIN (V. também Informática e Lei de Informática) — 77.
- Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos — 115.
- Conselho Nacional de Informática (V. também CONIN) — 77, 78, 79.
- Constituição (V. também Constituinte) — 5, 6, 14, 60, 61, 62, 87, 102, 105, 111, 143, 161, 181, 182, 205, 207.
- Constituinte (V. também Constituição) — 11, 31, 100, 102, 169, 180, 181, 182, 205.
- Contenção de despesas — 13, 15, 16.
- Controle de preços — 160, 163.
- Corrupção — 30, 59.
- Credibilidade — 94, 112, 125, 141, 148, 188.
- Crescimento econômico (V. também Desenvolvimento) — 14, 49.
- Crimes de responsabilidade — 12.
- Cultura — 26, 27, 41, 51, 78, 113, 135, 137, 155.
- Cultura afro-brasileira (V. também Comunidade afro-brasileira) — 51, 52.
- CUT — 167.

## D

- Democracia (V. também Regime democrático, Renascimento Democrático e Restauração democrática) — 7, 8, 10, 14, 18, 27, 28, 31, 52, 61, 66, 82, 105, 108, 127, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 169.
- Desemprego — 17, 55, 59, 103, 147, 155, 170.
- Desenvolvimento (V. também Crescimento econômico) — 12, 14, 16, 17, 25, 26, 27, 28, 31, 49, 55, 56, 59, 100, 103, 107, 108, 115, 121, 128, 131, 133, 149, 155, 191, 195.
- Despesas públicas (V. também Gastos públicos) — 16, 57.
- Diálogo — 9, 10, 30, 50, 101, 115, 131, 137, 152, 154, 155, 208.
- Direitos da mulher — 75.

Direitos humanos — 31, 100.  
Diretrizes — 9, 16, 54, 103, 117, 125.  
Dívida externa — 14, 58, 155.  
Dívida interna — 14, 57.  
Dívida nacional — 21.  
Dívida social — 14.

## E

Ecologia — 119.  
Economia popular — 12, 108, 115.  
Educação (V. também Ensino e Universidades) — 27, 108, 117, 118, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 134, 154, 195, 197.  
Educação para todos — 44, 52, 78, 115, 116, 126, 128.  
Eleições (V. também Analfabetos e Voto) — 61, 65, 100, 102, 165, 205.  
EMBRAPA — 139, 147, 148.  
Emenda constitucional — 203, 205.  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (V. EMBRAPA)  
Empresas bancárias — 93.  
Ensino (V. também Educação e Universidades) — 4, 44, 45, 67, 117, 118, 126, 127, 128, 130, 195, 196.  
Escola Superior de Guerra — 157, 158.  
Escritores — 23, 24, 25, 27, 28, 199.  
Espírito de equipe — 63.  
Estados — 11, 57, 113, 129, 148, 204.  
Estatuto da Terra — 36, 102, 103, 143, 161, 208.  
Ex-combatentes (V. Segunda Guerra Mundial e Veteranos da FEB)  
Êxodo rural — 104, 116, 142, 160.  
Exportação (V. também Comércio exterior e Saldo comercial) — 54, 140.

## F

FMI — 170.

Fome — 31, 38, 55, 59, 97, 103, 140, 155.  
Forças Armadas — 30, 72, 73.  
Fraudes — 59, 102.  
Fraudes financeiras — 59.  
Frente municipalista — 187, 188.  
Fundo Monetário Internacional (V. FMI)  
Fundos públicos — 11, 16.

## G

Gastos públicos (V. também Despesas públicas) — 11, 15, 54.  
Greves — 60.

## I

Igreja — 104.  
Imprensa — 159, 178, 184.  
Incentivos fiscais (V. também Benefícios fiscais) — 11, 12, 27.  
Inflação (V. também Processo inflacionário) — 14, 15, 16, 17, 31, 38, 54, 55, 60, 85, 86, 100, 103, 168, 171, 180.  
Informática (V. também CONIN e Lei de Informática) — 77, 78, 79.  
Iniciativa privada — 31, 48, 83, 116, 208.  
Investimentos — 16, 49.  
Irrigação — 139, 140, 141, 142, 147, 148, 160, 175.

## J

Jovens — 67, 107, 108, 133.  
Juca-Pato (V. Troféu Juca-Pato)  
Juros (V. também Taxa de juros) — 57, 175, 176, 183, 185.  
Justiça social — 18, 25, 108, 116, 127.  
Juventude (V. também Jovens) — 31, 45, 107, 108, 109, 201.

**L**

- Legitimidade — 14.  
 Lei de greve — 162.  
 Lei de informática (V. também CONIN e Informática) — 77.  
 Liberdade — 24, 25, 27, 28, 31, 33, 38, 47, 48, 72, 102, 105, 115, 116, 143, 152, 153, 155, 208.  
 Literatura — 24, 27, 52.  
 Livro didático — 118.

**M**

- Mansões — 177, 178.  
 Meio-ambiente — 121, 149.  
 Merenda escolar — 118, 174.  
 Ministério: Posse — 6, 113.  
 Ministério: Primeira reunião — 7, 16, 54.  
 Ministério: Segunda reunião — 53.  
 Ministério da Cultura — 26, 113.  
 Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — 35, 103.  
 Mordomias — 13.  
 Mudanças — 6, 9, 30, 92, 100, 119, 204.  
 Municípios — 11, 19, 57, 91, 102, 129.  
 Mutuários (V. também BNH e Sistema Financeiro da Habitação) — 180, 191, 192, 193.

**N**

- Nepotismo — 177, 178.  
 Nordeste — 21, 22, 23, 47, 55, 56, 94, 97, 98, 99, 100, 124, 135, 136, 141, 142, 145, 147, 149, 174.  
 Nova República — 7, 16, 18, 29, 32, 34, 45, 48, 49, 52, 54, 56, 61, 63, 66, 77, 81, 83, 88, 89, 99, 100, 101, 103, 108, 112, 113, 118, 121, 125, 127, 128, 129, 134, 135, 149, 175, 177, 187, 188.

**O**

- ONU (V. Organização das Nações Unidas)  
 Opinião pública — 9, 10, 103, 112, 169.  
 Orçamento da União — 56, 58.  
 Orçamentos — 13.  
 Ordem democrática — 60.  
 Ordem jurídica — 204.  
 Ordem política — 14.  
 Ordem pública — 18, 60.  
 Organização das Nações Unidas — 107, 108.

**P**

- Pacto nacional — 164, 182.  
 Pacto político — 87, 102.  
 Pacto social — 15, 87.  
 Pagamento em dólares — 13.  
 Parlamento (V. também Congresso Nacional e Poder Legislativo) — 9.  
 Parlamento europeu — 151, 154.  
 Parlamento latino-americano — 152, 153.  
 Partidos — 102, 206.  
 Paz social — 18, 28, 103.  
 Pecuária — 47, 49, 50.  
 Pecuaristas — 48, 49, 81, 82.  
 Pesquisa científica — 129, 131, 132, 135.  
 Plano de emergência — 55, 100, 133.  
 Plano Nacional de Informática — 79.  
 Plano Nacional de Desenvolvimento (V. também PND) — 56, 103.  
 PND — 56.  
 Pobres — 31, 34, 35, 38, 56, 98, 101, 105, 127, 132, 140, 143, 159, 160, 161, 162, 171, 208.  
 Pobreza — 15, 38, 97, 108, 118.  
 Poder civil — 85, 92, 94.  
 Poder econômico — 31, 102, 169.  
 Poder Executivo — 9, 157.

Poder Legislativo (V. também Congresso Nacional e Parlamento) — 9, 11.

Polígono das secas — 124.

Política agrária (V. Conflito agrário, Problema agrário e Reforma agrária)

Política agrícola — 104, 142, 149, 160, 208.

Política cultural — 113.

Política econômica — 8, 155.

Política externa — (V. também Relacionamento externo) — 10, 30.

Política fiscal — 54.

Política fundiária — 54, 104.

Política monetária — 54, 175.

Política rural — 49.

Política social — 101.

Políticos (V. também Classe política) — 85, 86, 87, 88, 123, 124, 187, 207.

Portugal — 135.

Pós-graduação — 196.

Poupança — 12.

Povo — 5, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 18, 22, 26, 29, 33, 34, 36, 37, 38, 54, 59, 60, 62, 67, 68, 71, 72, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 103, 105, 109, 118, 119, 125, 126, 127, 130, 137, 138, 145, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 165, 188, 193, 203, 205, 206.

Preços — 17, 55, 153.

Preços mínimos — 102, 206.

Prefeitos — 52, 88, 91, 102, 123, 187, 188.

Prioridade agrícola — 140.

Prioridades nacionais — 21.

Prioridades sociais — 55, 56, 100.

Problema agrário (V. também Conflito agrário, Política agrária e Reforma agrária) — 207.

Processo inflacionário (V. também Inflação) — 13, 14, 16.

## Q

Questão agrária (V. Conflito agrário, Política agrária, Problema agrário e Reforma agrária) — 159.

## R

Recessão — 55, 170, 171.

Reforma administrativa — 164.

Reforma agrária (V. também Conflito agrário, Política agrária e Problema agrário) — 31, 35, 36, 102, 103, 104, 116, 142, 143, 149, 159, 160, 161, 162, 171, 208.

Reforma tributária — 11.

Reforma universitária — 164.

Região Amazônica (V. também Amazônia) — 93.

Regime democrático (V. também Democracia, Renascimento democrático e Restauração democrática) 8, 13, 25, 143.

Regime tributário — 11.

Reitores — 193, 195.

Relacionamento externo (V. também Política externa) — 10.

Renascimento democrático (V. também Democracia, Regime democrático e Restauração democrática) — 152.

Restauração democrática (V. também Democracia, Regime democrático e Renascimento democrático) — 19, 28.

Rio São Francisco (V. também "Velho Chico") — 140, 145.

Rodovias — 94.

## S

Salário-mínimo — 35, 37, 38, 100.

Saldo comercial (V. também Comércio exterior e Exportação) — 54.

Saúde — 55, 129, 154.  
Segunda Guerra Mundial (V. também Veteranos da FEB) — 24, 71, 72.  
Segurança nacional — 19, 102.  
Sentimento de pátria — 72.  
Sistema Financeiro da Habitação (V. também BNH e Mutuários) — 192.  
SUDENE — 97, 98, 123, 124, 148.  
SUDESUL — 92.  
Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (V. SUDESUL)  
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (V. SUDENE)

### T

Taxa de juros (V. também Juros) — 176.  
Tecnologia (V. também Ciência) — 41, 44, 48, 78, 131, 132, 133, 135, 141.  
Trabalho — 11, 14, 16, 17, 18, 22, 30, 32, 37, 38, 41, 50, 53, 62, 63, 67, 83, 94, 97, 98, 103, 105, 114, 115, 118,

122, 125, 126, 129, 130, 139, 141, 145, 147, 148, 149, 152, 154, 157.  
Transição — 8, 54, 60, 127.  
Transportes — 94.  
Triângulo Mineiro — 47.  
Trocéu Juca-Pato — 199.

### U

Unidade de ação — 7, 125, 147.  
Unidade nacional — 184.  
Universidades (V. também Educação e Ensino) — 13, 44, 195, 196, 197.

### V

“Velho Chico” (V. também Rio São Francisco) — 140, 145.  
Veteranos da FEB (V. também Segunda Guerra Mundial) — 72.  
Violência — 31, 36, 38, 102, 105, 116, 142, 149, 208.  
Voto (V. também Analfabetos e Eleições) — 100, 102.

Composto e Impresso pela



**Grafica Brasileira**

Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 4 - Nº 283  
PABX (061) 226-1828 - Telex (061) 3742  
70.610 — Brasília — Distrito Federal